

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RANIELE ALVES SOUSA

UMA REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO: a legitimação da reforma agrária do Alentejo através da aplicação das leis de Expropriação/Nacionalização e da imprensa portuguesa (1974-1976)

São Luís

2021

RANIELE ALVES SOUSA

UMA REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO: a legitimação da reforma agrária do Alentejo através da aplicação das leis de Expropriação/Nacionalização e da imprensa portuguesa (1974-1976)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves.

São Luís

2021

Sousa, Raniele Alves.

Uma revolução na revolução: a legitimação da reforma agrária do Alentejo através da aplicação das leis de expropriação/nacionalização e da imprensa portuguesa (1974-1976) / Raniele Alves Sousa. – São Luís, 2021.

119 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Elaborada por Luísa Sousa Barros - CRB 13/657

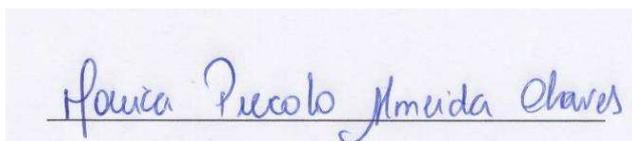
RANIELE ALVES SOUSA

UMA REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO: a legitimação da reforma agrária do Alentejo através da aplicação das leis de Expropriação/Nacionalização e da imprensa portuguesa (1974-1976)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovado em: 27 de Agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves (UEMA)
(orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Ana Livia Bomfim Vieira (UEMA)

Prof.^o Dr.^o Fábio Henrique Monteiro Silva (UEMA)

Dedico este trabalho a mulher mais importante da minha vida, e que sempre esteve comigo: minha mãe, Telma de Sousa Alves.

AGRADECIMENTOS

Durante esta minha trajetória acadêmica, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis, que foram de suma importância para que eu conseguisse chegar a este momento. Agradeço primeiramente a Deus por ter me sustentado até aqui. Por ter me dado forças nos momentos de fraquezas, choros e incertezas.

Agradeço eternamente a mulher mais importante da minha vida, que me ajudou em todos os momentos difíceis, por ter me dado força e por todo dia me mostrar que este esforço não está sendo em vão. Mãe, com certeza sem você isto não seria possível, acho que nunca conseguirei retribuir tudo que já fizeste por mim. Obrigada por tudo, por ser minha mãe e pai ao mesmo tempo, por ter me criado sozinha e ter sempre feito tudo o que estava a seu alcance por mim.

Agradeço aos meus avós: Tereza Rodrigues, Maria Santana e Antônio Alves, por todo amor, por terem cuidado de mim durante minha infância e me mostrado a importância dos estudos. Obrigada, às minhas tias: Maria Ribamar, Maria José, Conceição Alves e minha prima Vanessa Alves por serem grandes incentivadoras e por todo os momentos felizes compartilhados. Quero agradecer também à minha irmã Mirele de Sousa, pelos bons momentos juntas. Agradeço à família Alves e a família Sousa de modo geral.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dr^a Monica Piccolo, que me recebeu no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea- NUPEHIC. Uma orientadora que tem toda minha admiração, que sempre esteve disposta a ajudar todos os seus orientandos. Obrigada por todo conhecimento compartilhado, pela paciência e pelas oportunidades dadas.

Obrigada às minhas amigas da UEMA: Gabrielly Pereira, por compartilhar suas aflições comigo, por ter me apoiado em todos os momentos sempre que eu mandava uma mensagem e por ser uma pessoa sempre disposta a ajudar. Obrigada a Luana Anjos por ter sido minha companheira de NUPEHIC, você é muito especial para mim, nunca vou esquecer da nossa ida para Portugal. Agradeço também à Beatriz Sousa, Itamires Cantanhede e Gabriele Damasceno (*in memoriam*) pela cumplicidade, ajudas e os bons momentos aproveitados juntas, amo vocês! Obrigada por terem feito parte deste processo.

Minha gratidão às minhas melhores amigas Juliane Nascimento e Girlândia Nascimento, vocês são como irmãs para mim e sei o quanto torceram para eu chegar até aqui. Amo vocês, obrigada pelo carinho e amor de sempre.

Agradeço à Universidade Estadual do Maranhão pelo ensino e por ter me dado a oportunidade de ter sido bolsista de iniciação científica, fato que muito contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho, as agências financiadoras de pesquisas, em especial a Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), não só por financiar um ano de pesquisa de iniciação científica, mas também por ter ofertado a oportunidade, através do edital Estágio Internacional, que fez com que eu estagiasse durante 3 meses na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Agradeço a todos os docentes da UEMA que compartilharam conhecimentos comigo. Obrigada à minha turma do curso de História 2017.1, vocês foram incríveis, gratidão por todas trocas e conhecimentos compartilhados durante esses 4 anos juntos.

RESUMO

Em Portugal, em abril de 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos, movimento coordenado pelas Forças Armadas portuguesas que destituiu a ditadura estadonovista, restabelecendo assim, as liberdades democráticas e promovendo profundas transformações sociais no país. Após este evento uma série de embates políticos ocorreram e diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais, cita-se a reforma agrária e o declínio do latifúndio. Logo, em finais de 1974 ocorreram as primeiras ocupações, quando alguns trabalhadores rurais começaram a explorar por conta própria os latifúndios, posteriormente, apoiados pelas leis agrárias. Em meados de 1975, o movimento de ocupação de terras ganhou mais intensidade em Évora e Portalegre e começou a tornar-se claro que buscavam objetivos mais amplos, visando a real transformação da estrutura da propriedade e da exploração agrícola, além da alteração das relações sociais de produção. Entre agosto e setembro de 1975, o movimento de ocupação de terras atingiu o seu ápice em Beja e em Évora, devido à aprovação pelo Governo, em julho, dos decretos leis 406-A e 407/75 que deram o suporte legal às ocupações. Mediante isto, para o entendimento do processo da Revolução Agrária do Alentejo, nota-se que é de suma importância a compreensão da atuação do Estado português, visto que, a reforma agrária possuiu o apoio do Movimento das Forças Armadas (MFA) e dos governos provisórios, fatores os quais vieram a corroborar com a limitação do poder da classe dos grandes proprietários, levando assim a uma ruptura revolucionária, que no plano Legislativo inspirou uma nova legalidade sobre as questões de posse e de uso da terra. Diante disto, com esta pesquisa propomos investigar as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as ocupações de terras, e compreender a atuação dos trabalhadores rurais, através das publicações dos jornais portugueses *Diário do Alentejo* e *Combate*, bem como, das Leis de Expropriação/Nacionalização, entre os anos de 1974-1976.

Palavras-chave: Estado-Novo; Revolução dos Cravos; Reforma Agrária; Legislação; Imprensa.

ABSTRACT

In Portugal, in April 1974, the Carnation Revolution took place, a movement coordinated by the Portuguese Armed Forces that ousted the estadonovista dictatorship, thus reestablishing democratic freedoms and promoting profound social transformations in the country. After this event, a series of political clashes occurred and several instances of society underwent changes, among them agrarian reform and the decline of the latifundium. Soon, at the end of 1974 the first occupations took place, when some rural workers began to exploit the latifundia on their own, later supported by agrarian laws. In the middle of 1975, the movement of land occupation gained more intensity in Évora and Portalegre and began to become clear that they were seeking broader objectives, aiming at the real transformation of the structure of property and farm, in addition to changing the social relations of production. Between August and September 1975, the land occupation movement reached its peak in Beja and Évora, due to the approval by the government in July of the decrees 406-A and 407/75 that gave legal support to the occupations. Therefore, in order to understand the process of the Alentejo's Agrarian Revolution, it is important to understand the actions of the Portuguese State, since agrarian reform had the support of the Armed Forces Movement Portuguese and provisional governments, factors which came to corroborate with the limitation of the class power of the big landowners, thus leading to a revolutionary break, which on the Legislative level inspired a new legality on the issues of land tenure and use. Given this, with this research we propose to investigate government initiatives in order to regulate land occupations, and understand the actions of rural workers, through the publications of the Portuguese newspapers *Diário do Alentejo e Combate*, as well as the Expropriation/Nationalization Laws from 1974 to 1976.

Keywords: New-State; Carnation Revolution; Agrarian Reform; Legislation; Press.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 - Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA).....	63
Gráfico 1 - Percentual da população das três classes sociais antes da Revolução de 25 de abril.....	65
Gráfico 2 - Percentual do número de terras que cada classe possuía antes da Revolução de 25 de abril	66
Tabela 1 - Superfícies ocupadas na terceira fase.....	77
Tabela 2 - Ocupações de terras nas quatro fases	79
Tabela 3 - Sobre a análise dos editoriais do Jornal <i>Combate</i>	91
Tabela 4 - Sistematização das leis de Nacionalização e Expropriação	109

LISTA DE SIGLAS

ALA: Associação Livre de Agricultores

CAP: Confederação dos Agricultores de Portugal

CDR: Comissões Distritais Rurais

CDS: Partido do Centro Democrático Social

CPA: Cooperativas de Produção Agrícola

CRA: Centro de Reforma Agrária

CRRA: Confederação Regional da Reforma Agrária

INIA: Instituto Nacional de Investigação Agronômica

IRA: Instituto de Reorganização Agrária

JSN: Junta de Salvação Nacional

MDP/CDE: Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MFA: Movimento das Forças Armadas

MPP: Movimento Popular Português

MPLA: Movimento Pela Libertação de Angola

PCP: Partido Comunista Português

PDC: Partido da Democracia Cristã

PIDE/DGS: Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança

PL: Partido Liberal

PPD: Partido Popular Democrático

PPM: Partido Popular Democrático

PSDI: Partido Social Democrata Independente

PSP: Partido Socialista Português

PTDP: Partido Trabalhista Democrático Português

PVDE: Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

SADA: Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário

UCP: Unidades Coletivas de Produção Agrícola

ZIRA: Zona de Intervenção da Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1- O ESTADO NOVO EM PORTUGAL- DAS ORIGENS À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: análise bibliográfica	17
1.1 A instauração do regime Salazarista	17
1.2 A Primavera Marcelista: “evolução na continuidade”	32
1.3 A Revolução dos Cravos: um novo destino político se abriu para Portugal?	41
2.1 Os embates políticos e a situação social de Portugal: a luta pelo poder e pela hegemonia.....	46
2.2 Os (des)caminhos da reforma agrária no Alentejo	61
2.3 As fases das ocupações nos campos do Alentejo.....	71
3- A REVOLUÇÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO: a trajetória deste processo a partir da Imprensa e das Leis de Nacionalização/ Expropriação	81
3.1 Imprensa, Estado e Hegemonia	81
3.2 Historicizando os jornais portugueses <i>Diário do Alentejo</i> e <i>Combate</i> : a atuação destes Aparelhos Privados de Hegemonia	88
3.3 A transição política em Portugal e a reforma agrária à luz da imprensa portuguesa: os jornais <i>Diário do Alentejo</i> e <i>Combate</i>	92
3.4 A conquista da terra: análise das legislações que deram base às ocupações das regiões do Alentejo- as leis de Expropriação e Nacionalização	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

A Revolução dos Cravos pôs fim aos 48 anos da ditadura do Estado Novo em Portugal, que segundo José Soeiro (2013) condenou o país ao atraso e ao subdesenvolvimento. Desta forma, o golpe realizado em 25 de abril pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) possibilitou a abertura de um processo de reivindicações que durante o período de vigência da ditadura estonovista foram contidas pelo aparelho repressivo do Estado Novo.

Com o fim do regime tiveram início os governos provisórios e se abriu no país um intenso processo de lutas sociais e políticas. Diante disto, ocorreu a reorganização dos sindicatos e a formação de um poderoso movimento dos trabalhadores que juntos buscavam seus direitos. Assim, diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais, neste cenário do pós-golpe, temos a ação dos trabalhadores rurais alentejanos na luta pela posse da terra, pelo pleno emprego e pelo fim da exploração pelos latifundiários.

Durante este processo da história portuguesa, a Revolução Agrária do Alentejo assumiu grandes proporções. Dito isto, refletir historicamente acerca dos (des)caminhos da questão agrária e os distintos movimentos de luta pela terra no século XX, demanda considerar a permanência de uma estrutura agrária caracterizada pelo latifúndio. Para tal, no caso de Portugal é de suma importância a compreensão da atuação do Estado durante este processo, visto que este teve um importante papel na legitimação da reforma agrária e na desagregação dos latifúndios.

Em 14 de maio de 1974 foi publicado o Programa do Movimento das Forças Armadas, que organizou uma estrutura constitucional temporária até se compor uma nova Constituição. O Programa do Movimento das Forças Armadas, nas suas medidas a curto prazo, determinava uma política econômica ao serviço do povo português, “a estratégia antimonopolista e uma política social que visava essencialmente a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas” (ALMEIDA, 2006, p.140).

O Movimento das Forças Armadas (MFA), que assumiu o poder com a destituição de Marcelo Caetano através da Revolução dos Cravos, abriu um canal de negociação com os trabalhadores rurais e, paulatinamente, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Trabalho aprovou os elementos centrais da plataforma da Revolução Agrária, a partir de 08/1975. O primeiro ano do movimento, promoveu ocupações e desapropriações que

deram origem às Cooperativas de Produção Agrícola (CPA) e as Unidades Coletivas de Produção Agrícola (UCP).

As questões alusivas a este processo da história portuguesa vieram a originar inúmeros debates, publicações, pesquisas e vem ganhando um espaço ainda maior na historiografia, tornando-se um importante objeto de estudo. Diante disto, entende-se que houve estreitas relações entre a Revolução política nacional e a Revolução Agrária alentejana. Afinal, a Revolução de 25 de abril deu gênese ao movimento agrário.

Nesta acepção, esta pesquisa objetiva analisar a atuação do Estado português, para a compreensão de seu papel de legitimador da reforma agrária através da publicação dos Decretos-Leis, destacando assim seu processo de organização e seus reflexos na vida dos trabalhadores rurais. Diante disto, buscaremos responder com este trabalho as seguintes questões centrais: a Revolução Agrária do Alentejo foi obra de quem? Como se deu a atuação do Estado português na legitimação da reforma agrária? Para entender este processo, propomos investigar as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as ocupações e expropriações realizadas durante a Revolução Agrária do Alentejo e compreender a atuação dos trabalhadores rurais, através das publicações dos jornais portugueses *Diário do Alentejo* e *Combate*, bem como, das Leis de Expropriação/Nacionalização, entre os anos de 1974-1976.

Outra grande questão que marcou o 25 de abril em Portugal, foi a liberdade de imprensa, inexistente anteriormente durante o regime estadonovista, que foi marcado pela censura, e conseqüentemente, pela desaprovação das matérias dos jornais que denunciavam e criticavam o regime autoritário. Desta maneira, neste cenário os (des)caminhos da reforma agrária do Alentejo ganharam um espaço ainda maior nas discussões historiográficas. Um dos fatores que possibilitou todo este itinerário foi a transferência de todos os arquivos nacionais, no início de 1990, pelo Parlamento Português, para o Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, que passados quatro anos puderam ser consultados (embora ainda existam certas restrições). Esta abertura dos arquivos possibilitou a muitos um maior panorama do que foi o Estado Novo e todos seus aparelhos repressivos, bem como, um maior entendimento do processo de transição política. Ampliando assim, perspectivas interpretativas através das informações lançadas à opinião pública.

Logo, esta pesquisa tornou-se viável, uma vez que o acesso às fontes (os jornais *Diário do Alentejo* e o *Combate*, bem como, os Decretos-Leis) se deu por meio de um Estágio Internacional em Portugal no ano de 2019, financiado pela Fundação de Amparo

à Pesquisa (FAPEMA). Desta forma, trazer para o centro das discussões a Revolução Agrária do Alentejo a partir da perspectiva de dois jornais portugueses e das Leis de Expropriação/Nacionalização, é um importante meio de entender um processo reivindicatório dos trabalhadores rurais alentejanos na busca da conquista da terra e pelo fim da exploração trabalhista.

No primeiro capítulo propomos uma discussão sobre o Estado Novo a partir das principais obras historiográficas que discutem quanto a sua composição ideológica e principais características, destacando como ocorreu a conquista do poder por parte de Salazar e como este conduziu a ditadura a partir de ideais autoritários e corporativistas. Além disto, apresentamos como ocorreu a chegada de Marcelo Caetano ao poder, dando início ao período da Primavera Marcelista, que foi destituída pela Revolução dos Cravos, que também analisamos neste capítulo, a partir de uma ótica que visa apresentar que um novo cenário político surgiu após a queda da ditadura estadonovista.

No segundo capítulo será apresentado o processo de luta pelo poder do Estado e pela hegemonia. Neste capítulo será feito um balanço dos principais acontecimentos que marcaram o processo da reforma agrária do Alentejo, assim como, será dada ênfase às fases de ocupações nos campos alentejanos que encaminharam o país para o processo da reforma agrária.

No que tange ao terceiro capítulo, inicialmente propomos uma discussão teórica e metodológica sobre a relação entre Estado, Imprensa e Hegemonia. Consecutivamente, analisamos a trajetória dos jornais que são fontes desta pesquisa, para o entendimento da atuação destes Aparelhos Privados de Hegemonia, partindo da perspectiva gramsciana. Por fim, ocorre a análise das fontes desta pesquisa, ou seja dos jornais *Diário do Alentejo* e *Combate*, assim como, das leis de Expropriação/Nacionalização, para o entendimento de como ocorreu a atuação do Estado português na legitimação da reforma agrária.

CAPÍTULO 1- O ESTADO NOVO EM PORTUGAL- DAS ORIGENS À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: análise bibliográfica

Pensar acerca da história política contemporânea de Portugal, parte da construção de uma extensa reflexão sobre a complexidade que permeou este cenário, sobretudo, quando se refere às várias tensões no âmbito econômico e social. Diante disto, vale destacar que o Portugal da contemporaneidade, tal como aponta António Barreto (2017), conheceu com grande atraso a “revolução industrial, a inovação tecnológica e o desenvolvimento do capitalismo. O antigo regime possuiu resistência para chegar ao fim, embora os seus aspectos essenciais tivessem quase desaparecido no século XIX” (BARRETO, 2017, p. 21). Deste modo, a história política do país foi marcada por crises, conflitos e golpes, fatores que geraram intensas inconstâncias nos setores econômico e social.

Neste primeiro capítulo propomos uma análise do Estado Novo português a partir das produções historiográficas que resultaram em profícuos debates quanto a sua origem, ideologias e principais características. Logo, o objetivo central deste capítulo é de entender como o processo que levou ao fim o Estado Novo em Portugal, através do golpe realizado em 25 de abril de 1974, abriu possibilidades de reivindicações que durante a vigência do regime foram contidas. Diante disto, um novo cenário político surgiu no país, com novas dinâmicas de poderes e novos sujeitos políticos na busca pela hegemonia.

No primeiro tópico enfatizamos os aspectos que resultaram nas instabilidades políticas que deram margem ao processo que conduziu a instauração do regime Salazarista, dando ênfase aos principais ideais e ideologias de Salazar frente ao Estado português. No segundo tópico deste capítulo, se analisa a continuidade do Estado Novo através da Primavera Marcelista, no qual apontamos o cenário de crise política que levou à queda do regime, através da Revolução dos Cravos, evento histórico analisado no último tópico do capítulo, no qual também buscamos compreender o novo destino político que surgiu no país com a queda da ditadura.

1.1 A instauração do regime Salazarista

Fernando Rosas, um dos principais autores que analisa o Estado Novo em Portugal, refletiu acerca da crise do sistema liberal monárquico, bem como, sobre a falência da alternativa democratizante republicana, no seu artigo “*A crise do Liberalismo*

e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal” (1989). O autor aponta que a I República (1910-1926) falhou como tentativa de regeneração democratizante do liberalismo monárquico. “Toda a sua história é a história do agitado processo agônico do liberalismo português, agora na sua final expressão republicana” (ROSAS, 1989, p. 102).

Percebe-se que Fernando Rosas (1989), buscou apresentar como este processo histórico resultou na redefinição da natureza do Estado português, isto é, levou a implementação do Estado Novo. Desta forma, este historiador faz uma sistematização das principais razões que levaram à falência da alternativa democratizante republicana, destacando assim, três problemas centrais que ao nosso ver são pontos de partida para o entendimento do processo de instabilidades políticas que passou Portugal. O primeiro destes problemas seria “o cerco social do republicanismo” (ROSAS, 1989, p. 102), cabendo salientar que,

O republicanismo chegou ao poder num momento em que já começa a ser claro para a maioria das forças vivas que a alternativa para o liberalismo monárquico não é o democratismo republicano: fosse para o poderoso bloco do conservadorismo ruralista, fosse para as forças emergentes do industrialismo, a necessidade de um Estado forte, mantenedor da ordem, econômica e socialmente interveniente, isto é, não liberal, era questão assente. O que os levará, de uma forma geral, não obstante as contradições sobre tudo o mais que competiria a tal Estado fazer, a encarar com indisfarçada desconfiança e hostilidade a República, e a alimentar uma latente e constante atividade conspiratória contra ela (ROSAS, 1989, p. 102).

Mediante isto, nota-se que a implantação da República em Portugal não resultou na estabilidade política¹, pois apresentou uma intensa vulnerabilidade, visto que o republicanismo português, tal como aponta Fernando Rosas (1989), “acabou baqueando”. Primeiro em 1917, durante o ensaio de algo precoce de um autoritarismo moderno e depois com o 28 de maio de 1926, que encerrará duradouramente a experiência de 92 anos de liberalismo em Portugal (ROSAS, 1989, p. 103).

Nesta acepção, o segundo problema destacado por Fernando Rosas (1989) foi “a impossibilidade/incapacidade do republicanismo democratizar o sistema político” (ROSAS, 1989, p 103). Isto se deu devido a pequena burguesia urbana republicanista e o

¹ “Em 28 de Maio de 1926, a partir de Braga mas com ramificações em várias cidades do país, ergueu-se um pronunciamento militar, liderado pelo Marechal Gomes da Costa, cujo objetivo era o derrube do regime parlamentar emergente da implantação da República em 5 de Outubro de 1910. Era resultado da grave crise política, económica e social em que o país se encontrava mergulhado, a par de um descrédito popular cada vez mais evidente face às fórmulas protagonizadas pelos sucessivos governos daquela que se designaria por Primeira República” (CARVALHO, 2009, p. 15).

seu Partido Democrático não aceitarem a ampliação do sistema político, que para estes poderia resultar no regresso à marginalização política:

Caía-se assim nesta situação curiosa: a sua direita o Partido Democrático desejava demonstrar a capacidade de governar no interesse e em nome das forças vivas, mas para o poder fazer tinha de impedir o acesso à direção do Estado dos partidos que tendessem a assumir tal representação, designadamente os partidos da direita republicana que a isso expressamente se candidatavam (ROSAS, 1989, p. 103).

Neste processo, Fernando Rosas (1989), aponta que o desencanto e agitação do operariado com a República, fez com que esta assumisse medidas de violência, visando não só bloquear a participação/concorrência do operariado na vida política, mas, sobretudo, demonstrar às forças vivas a sua capacidade de manter a ordem, de gerir o Estado contra os que ameaçavam a sua subversão (ROSAS, 1989, p. 104). Esta decisão resultou em consequências à República e a ruptura com apoio que esta possuiu do operariado.

A instabilidade do republicanismo português, face à radicalização do proletariado organizado contra o sistema político liberal (por conta da negação em chamar o operariado à participação política), acarretou em um sistema político-institucional e eleitoral, que em contrariedade aos compromissos republicanos, não conheceu qualquer democratização definitiva.

Em terceiro lugar, Fernando Rosas (1989) ressalta o problema da ausência de uma ideia de Estado, “de um projeto político ou econômico próprio do republicanismo e dessa forma susceptível de aglutinar um bloco social de apoio estável e estabilizador” (ROSAS, 1989, p. 105). Logo, tal questão para o referido autor, além de ser atribuível à instabilidade governativa republicana e a ocorrência da Primeira Guerra, pode ter a ver também, com questões como a “própria especificidade política, ideológica e mental da base do republicanismo” (ROSAS, 1989, p. 105). Diante disto, o republicanismo português não possuía uma estratégia política visível, para atuar em um momento de crise e pressões crescentes. Deste modo, Fernando Rosas (1989) destaca ainda que:

Os momentos raros onde parece definir-se um esboço de política econômica coerente – o equilíbrio orçamental de Afonso Costa em 1913, a política de estabilização financeira de Álvaro de Castro em 1924 – não têm nem continuidade em si próprios, nem possibilidade de articulação com outros objetivos e medidas. E aquilo que mais se assemelhou com a formulação de uma certa ideia do papel de Portugal no mundo e com o traçar de um caminho para o alcançar – a política do intervencionismo na I Guerra Mundial – traduziu-se numa manifestação típica do voluntarismo republicanista: o desejo de regenerar Portugal a golpes de audácia e de diplomacia - de ideologia – sem tocar nos fatores

estruturalmente condicionantes da dependência e do atraso do país. A intervenção assim concebida e executada iria aliás, com seu cortejo de dramáticos efeitos econômicos, sociais e políticos, agudizar todas as dificuldades e contradições do regime, precipitando-o numa crise à qual, em última análise, ele acabaria por não sobreviver (ROSAS, 1989, p. 105).

A apropriação do Estado pelos republicanos, depois de intensas crises políticas e mal estar econômico, em nada contribuiu para solucioná-los. Para se ter uma certa noção da vulnerabilidade republicana, vale citar o fato de que naquele curto espaço de tempo, “o país assistiu a ascensão e a queda de um total de 45 governos e a 29 levantes revolucionários de diversos matizes” (ROSAS, 2004, p.44).

Para António Barreto (2017), neste cenário de instabilidades a principal questão que estava no eixo dos conflitos era a “apropriação do aparelho do Estado, independentemente da forma do regime” (BARRETO, 2017, p. 25). Assim, a luta pela hegemonia sobre o aparelho estatal, junto a determinadas questões como os problemas de desenvolvimento econômico, a entrada equivocada na primeira Guerra Mundial e as divergências entre setores governistas, resultaram na intensa crise do republicanismo no país.

Neste momento conflituoso da República portuguesa, as Forças Armadas de Portugal estavam divididas. Envolvidas regularmente nos conflitos partidários, os militares² interferiam frequentemente na vida política, conduzindo golpes e intentonas. Desta maneira, “os conflitos entre os grupos dirigentes, facções ideológicas e interesses econômicos eram permanentes. Sem uma hegemonia social, a conciliação era difícil” (BARRETO, 2017, p. 24).

O regime Salazarista estabeleceu-se gradualmente a partir de 1926, depois do golpe de 28 de maio, que ficou conhecido como Revolução Nacional. Este evento derrubou a I República portuguesa, advindo assim a ditadura nacional militar. Desta forma, iniciou-se um processo que levou à consolidação do Estado Novo em Portugal. Vale ressaltar que a sucessão de vários episódios conduziram António de Oliveira Salazar ao cargo de primeiro-ministro.

² Para Francisco Carlos Palomanes Martinho (2007) as escolas militares foram, assim, “uma referência determinante para o crescimento de um outro tipo de pensamento autoritário em Portugal. De feição cesarista, fortemente marcado pelo positivismo, preconizava a intervenção do exército como o remédio para o saneamento da nação” (MARTINHO, 2007, p. 16).

No que tange a tais episódios, destaca-se que os chefes militares convidaram Salazar³, até então um professor de economia em Coimbra, para ser Ministro das Finanças⁴, cargo que assumiu quando tinha 39 anos, em 1928. Tentando equilibrar as finanças do país com medidas duras, Salazar conseguiu ajustar as contas públicas, resultando no seu prestígio político⁵. Assim, em 1932, ele foi nomeado presidente do Conselho de Ministros.

Logo, a ditadura militar, “que durou cerca de sete anos, sucedeu uma ditadura civil, depois do plebiscito constitucional de 1933” (BARRETO, 2017, p. 30). Apesar da agilidade e a eficiência do golpe militar, o novo regime levou alguns anos para se estabelecer, através de lutas pouco ruidosas. Neste cenário, Salazar teve que sobrepor o seu poderio político e o do Estado, acima de diversos grupos políticos e de distintos interesses. Dito isto, foi através da instauração de uma nova Constituição em 1933⁶, que dava plenos poderes ao presidente do Conselho de Ministros, que ele concretizou os seus ideais.

Destarte, proclamou-se em Portugal uma “República unitária e corporativa” (PORTUGAL, 1933)⁷, inspirada no corporativismo europeu, na doutrina social da igreja e nas concessões nacionalistas. Sendo assim, consolidou-se o Estado Novo, assim chamado por motivos ideológicos e propagandísticos, caracterizando-se como um

³ “De formação católica, estudou no Seminário do Viseu antes de ingressar na Universidade de Coimbra, como estudante, em 1910. Convicto da falência dos regimes de representação democrática, Salazar sempre defendeu, para Portugal uma alternativa corporativa, ditatorial, nacionalista e colonialista, que ele entendia como expressões mais profundas da identidade nacional portuguesa” (MARTINHO, 2007, p.15).

⁴ Na condição de Ministro das Finanças (1928-1932), Salazar adotou “um rígido plano de ajuste estrutural, contendo as despesas dentro dos limites compatíveis com as possibilidades do país e penalizando os mais pobres, cujas demandas sociais exigidas foram suspensas. Apoiado pelas Forças Armadas, obteve os seguintes compromissos de seus pares: 1) que cada departamento do governo dispusesse de um orçamento estipulado pelo Ministro das Finanças; 2) que todas as medidas passíveis de interferir na receita ou na despesa do Estado fossem previamente discutidas com o titular das Finanças que dispunha de mecanismos para vetar; e, 3) que todos os departamentos do governo cooperassem com o Ministério das Finanças no sentido de reduzir despesas e aumentar a receita. Tamanho poder lhe valeu o título, dado pela imprensa, de “ditador das finanças”, permitindo-lhe lograr apoios suficientes que lhe fizeram sobreviver e, em dado momento, suplantaram a ditadura militar e criar o seu próprio regime” (RAMPINELLI, 2014, p. 120).

⁵ Para Waldir José Rampinelli (2014, p. 120) “esta atuação foi uma passagem estratégica que consistia na apresentação dos sucessivos orçamentos equilibrados, nos elogios internacionais à sua atuação e na criação de conflitos dentro da ditadura militar”.

⁶ Segundo Manuel Braga da Cruz (1982), “o sistema de governo consagrado na Constituição de 1933 foi justamente definido com um presidencialismo *bicéfalo ou diárquico*. Reforçando o executivo, concentrou os poderes de Estado nas mãos simultaneamente do presidente da República e nas do presidente do Conselho de Ministros” (CRUZ, 1982, p. 784). Posto isto, o que ocorreu após esta questão foi que as decisões políticas foram transferidas para o presidente do Conselho de Ministros, logo, o presidente da República transformou-se em uma mera figura representativa com poderes limitados.

⁷ A Constituição portuguesa de 1933 legitimou o Estado Novo, em seu Artigo n.º5 estabelecia: “O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis” (PORTUGAL, 1933).

período autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista, que dentro da história contemporânea portuguesa, vem suscitando uma série de debates.

Após ter conseguido o apoio dos militares, Salazar estabeleceu a autoridade do governo sob as Forças Armadas, que até então, possuía certa autonomia. Além disso, um dos fatores que mais contribuiu para a institucionalização do regime estadonovista foi o conservadorismo católico⁸. Salienta-se também, que essa consolidação do poder político de Salazar se deu por meio da utilização da repressão, da supressão das liberdades e do apoio das polícias políticas (PIDE/ DGS).⁹

Segundo o jurista e filósofo Giorgio Agamben (2004), que analisa a formação dos Estados de exceção no século XX, estes tendem “cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea” (AGAMBEN, 2004, p 13). Desta forma, para este teórico, o Estado de exceção oferece os meios pelos quais o soberano exerce seu poder. Além disto, Agamben (2004) pontua que o Estado Democrático de Direito pode transformar-se em um Estado de exceção, a partir do momento que este passe para as mãos de um ditador, que vise utilizá-lo para possuir poderes ilimitados.

Em resumo, o Estado de exceção se caracteriza como um mecanismo de governo utilizado em circunstâncias de anormalidades políticas, diante de seu caráter de excepcionalidade e temporariedade.

⁸ A igreja católica possuía uma forte oposição ao liberalismo, “pois não aceitava o modelo laico e democrático em vigor. Logo, depois de sua cooperação para a institucionalização do Estado Novo, ocorreu a sua tentativa de preservação de um Portugal rural e familiar. Dito isto, aos valores “universalistas” do liberalismo, o pensamento católico português produziu, a seu modo, um nacionalismo católico” (MARTINHO, 2007, p. 21).

⁹ Cabe evidenciar a ação da polícia política portuguesa que se caracterizou como o seu principal aparelho repressivo, servindo para intimidar aqueles que não concordassem com o regime e destruir os opositores organizados. A PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) foi criada em 22 de Outubro de 1945, em substituição da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, com atuação entre os anos de 1933-1945), continuando a ser tutelada pelo Ministério do Interior, e unificando todos os organismos com a função de repressão e prevenção política dos crimes contrários ao Estado Novo, a chamada polícia política tinha diversos poderes, dentre eles o de exercer a prisão preventiva (momento em que era tido como oportuno às torturas aos presos). Além disso, esta contou com uma ampla rede de informação, que abrangia pessoas pagas ou não, e que serviram para despertar o medo entre a sociedade portuguesa e demonstrar que ser contrário ao regime seria ir de encontro à perseguição que esta fazia. Seus principais alvos a partir da década de 1930 foram os comunistas. Outro fator é que o medo constante que a polícia política transmitia aos portugueses fez com que esses possuíssem uma imagem negativa da mesma, resultando em sua dissolução. Desta forma, foi criada em 24 de Novembro de 1969, a DGS (Direção Geral de Segurança), que embora tenha passado por uma reorganização em 1972, continuou com os mesmos poderes e a mesma função de sua antecessora, modificando apenas a diminuição do prazo de prisão preventiva para três meses. Como o governo de Marcelo Caetano enfrentou oposição redobrada, para manter-se no poder, a DGS redobrou também o seu cenário repressor e violento.

Partindo das análises deste teórico, que ressalta “o Estado de exceção como a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (AGAMBEN, 2004, p. 12), nota-se que o Estado de exceção de Salazar surgiu como uma resposta às instabilidades da I República portuguesa, em um cenário que o liberalismo estava em profundas crises no país e em toda a Europa. Este Estado de exceção apresentou-se não apenas com a reafirmação do poder de Salazar, enquanto uma ideologia diante das demais nações europeias nas organizações internacionais, mas também como forma de controle constante de seus adversários políticos, através da polícia política portuguesa (PIDE/DGS) que atuava com intensa repressão. Para além da punição-repressão, a polícia “agia para velar a segurança e a consolidação do regime e garantir a fidelidade dos cidadãos aos princípios definidos pelo Estado Novo” (MENDONÇA, 2018, p. 304). Diante deste cenário,

A primeira Guerra Mundial - e os anos seguintes - aparece, nessa perspectiva, como o laboratório em que se experimentaram e se aperfeiçoaram os mecanismos e dispositivos funcionais do estado de exceção como paradigma de governo. Uma das características essenciais do estado de exceção - a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário- mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura (AGAMBEN, 2004, p. 19).

No artigo “*O pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações*”, Francisco Carlos Palomanes Martinho (2007)¹⁰, destaca que além das problemáticas que se referem às questões políticas, ressaltam-se os fatores ligados a tradição histórica portuguesa, visto que, “a república parlamentar, a sociedade de mercado e a indústria foram contemporâneas do poder aristocrático, da corporação e do pequeno universo agrário” (MARTINHO, 2007, p. 12). Assim, percebe-se um forte contraste no qual passado e futuro estavam em constantes proximidades e distanciamentos. Diante de tais fatores, cabe evidenciar os argumentos postos por este autor, para um melhor entendimento de tal proposição:

Se, para alguns países, a primeira Guerra Mundial foi um “divisor de águas”, no sentido de ruptura mais profunda para com o passado, o mesmo não se pode dizer de outros, onde prevaleceram os elementos da continuidade. Este, por certo, é o caso português, cujo regime do Estado

¹⁰ Francisco Carlos Palomanes Martinho (2007) neste artigo também nos esclarece como se deu a dinâmica política que resultou na ditadura estadonovista em Portugal ao apontar que com “desgaste da República, diversos opositores se articularam a fim de enfrentar o sistema liberal representativo e apresentar a sociedade portuguesa uma nova alternativa. Na maioria dos casos a oposição se realizava sob um perfil marcadamente autoritário, embora não houvesse unidade quanto a alguns pontos importantes, como por exemplo, a natureza do novo regime a ser constituído. O primeiro coroamento de tal processo se deu através do golpe liderado por Sidónio Pais, em 1917” (MARTINHO, 2007, p. 16)

Novo (1933-1974) ancorava-se em um eficiente discurso que remetia, a todo instante, a um passado legitimador (MARTINHO, 2007, p.12).

O regime Salazarista¹¹, possuiu uma formação baseada nos que defendiam os princípios conservadores, tradicionalistas, e aqueles para quem a ditadura deveria “dialogar com os diversos projetos de modernidade alternativa ao liberalismo que se organizaram na Europa durante as décadas de 1920 e 1930” (MARTINHO, 2007, p. 13). Tais fatores remetem à análise feita por Fernando Rosas (1989), ao definir as duas distintas perspectivas defendidas pela direita portuguesa, que tiveram no Salazarismo a defesa de seus interesses. Assim, o autor aponta que:

Para o entendimento do processo histórico de ascensão do autoritarismo moderno e do advento do Estado Novo português nos seus acidentes, nas suas hesitações, na conflitualidade, nas suas incoerências, em suma, nas suas especificidades nacionais, passa em boa medida pela detecção e aprofundamento desta distinção e da sua dinâmica histórica (ROSAS, 1989, p. 107).

O Estado Novo possuiu uma base de interesses sociais que abrangia grandes proprietários rurais¹², empresários, militares, a igreja católica e tinha o apoio, ainda que em uma menor escala se comparado aos já citados, do campesinato, da pequena burguesia urbana e rural, que resultará no fato de que:

O Estado Novo virá realizar com êxito duradouro a síntese da experiência de sucessos e fracassos das direitas portuguesas. Ele representa a estabilização de um equilíbrio arbitrado pelo Salazarismo entre as duas direitas, entre as forças da modernização e da conservação na classe dominante, e entre esta e os setores intermédios, num compromisso ideológico e político de raiz autoritária, antiliberal e antidemocrática, e onde coexistem contraditoriamente os elementos de desenvolvimento e de estagnação no plano econômico (ROSAS, 1989, p. 107).

Durante o Salazarismo a política era tida como um privilégio reservado às elites que apoiavam o regime. Assim, a essência da política nacional, ou uma das suas vertentes principais, era “precisamente a ciência ou a arte de enquadrar, conduzir, conformar as massas com o destino nacional que lhe era fixado pelas elites selecionadas e preparadas para tal” (ROSAS, 2012, p. 32). Cabe destacar, deste modo, que diferentemente dos

¹¹ “O Estado Novo e o governo, como várias vezes insistirá o seu chefe, não eram um barco à deriva, um cego praticismo administrativo. Guiavam-se por uma política alternativa — a política nacional — e apoiavam-se num partido único (nunca assumido enquanto tal) congregador da sua base política e social de apoio: a União Nacional” (ROSAS, 2012, p. 31). Este partido único abrangia as direitas apoiantes do regime, que através do unipartidarismo se sobressaiu ao partido do Nacional-Sindicalismo. Consequência disto será o fato de que o regime estadonovista quase não tivesse contestações políticas.

¹² Destaca-se que Salazar defendia a manutenção de um mundo rural tradicional, evitando o processo de industrialização e modernização do país e se opondo a qualquer tipo reforma fundiária.

regimes fascistas que possuíram forte movimentação da massa (como na Itália e na Alemanha), o Estado Novo tinha certa desconfiança da perspectiva de mobilização política popular. Nesta acepção, destaca-se que “o presidente do Conselho, ama o povo, mas não a massa” (BERNARDO, 2015, p.1138).

Diante de todo desequilíbrio político que a I República trouxe, o Estado Novo centrou-se na busca do espírito patriótico, visando uma modificação do agir e pensar do homem português, para que este se transformasse, segundo Fernando Rosas (2001), no “homem novo do Salazarismo”. Esse novo homem português foi levado autoritariamente ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão “os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestão” (ROSAS, 2001, p.1031).

Em seu artigo “*O Salazarismo e o Homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*”, Fernando Rosas (2001) frisa que o Salazarismo articulou-se a uma ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentando também, tal como argumenta este autor, “resgatar as almas dos portugueses, integrá-los sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica no pensamento moral que dirige a nação” (ROSAS, 2001, p. 1032). Por conseguinte, para Francisco Palomanes Martinho (2007, p. 24), o projeto cultural do Salazarismo procurou uma “restauração sistemática dos valores da tradição”¹³. Logo, estes fatores refletem nas especificidades ideológicas do projeto regenerador de Salazar e do novo tipo de homem português que este pregava e queria moldar. O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de essencialidade portuguesa “transtemporal” e “transclassista” que o Estado Novo reassumiria ao encerrar “o século negro do liberalismo” (ROSAS, 2001, p. 1034).

Fernando Rosas (2001) dá destaque à alguns mitos ideológicos postos pelo Estado Novo, apresentando-nos sete: em primeiro lugar, o mito palingenético, o mito do recomeço, da regeneração operada pelo Estado Novo. Em segundo, o mito central da essência ontológica do regime ou o mito do novo nacionalismo, que refere-se ao fato de que o Estado Novo não seria mais um regime na história de Portugal, mas sim o retomar genuíno do verdadeiro curso da pátria que passou por um momento quase a-histórico do liberalismo; Fernando Rosas, ressalta também que o slogan “*Tudo pela nação, nada contra a nação*”, resume no essencial esse mito providencialista (ROSAS, 2001, p.

¹³ É válido pontuar que ocorreu a tentativa de resgatar os feitos nacionais, “tais como as grandes navegações, a restauração, o império do Ultramar e de seus personagens (d. Nuno Álvares Pereira, d. Sebastião e d. Miguel)” (MARTINHO, 2007, p. 27).

1034). Em terceiro, o autor aponta para o mito imperialista, “em larga medida herdado da tradição republicana e monárquica anterior no seu duplo aspecto de tradição histórico-providencial de colonizar e evangelizar” (ROSAS, 2001, p. 1034). Em quarto, apresenta o mito da ruralidade, que ressaltava Portugal como um país essencialmente rural: como uma de suas virtudes específicas, a terra era tida como a primeira e principal fonte de riqueza possível. Em quinto, apresenta-se o mito da pobreza honrada, do qual era caracterizado como a “ausência de ambições doentias” (ROSAS, 2001, p. 1035). Em sexto, o mito da ordem corporativa, que representava a ideia de uma hierarquização social espontânea e harmoniosa. Em sétimo e último, o mito da essência católica da identidade nacional, que atribuía a religião católica como elemento constitutivo do ser português.

A natureza ideológica do regime Salazarista é um dos assuntos na historiografia portuguesa mais debatidos e que não se tem nenhum consenso sobre. Para Fernando Tavares Pimenta (2013), “há uma interminável discussão sobre a integração da ditadura Salazarista na categoria histórica-política do fascismo” (PIMENTA, 2013, p.183).

Dentro dos debates feitos quanto às perspectivas ideológicas do Salazarismo, Manuel Braga da Cruz (1982), apresenta uma importante contribuição, em seu artigo “*Notas para uma caracterização política do Salazarismo*”. Nele, o autor aponta que este regime foi um “nacionalismo autoritário, ao combinar um nacionalismo antidemocrático, com um autoritarismo forte, mas não totalitário” (CRUZ, 1982, p. 778). Assim, embora a tentativa de consolidação do Estado de direito por Salazar, na prática o que ocorreu foi a transfiguração¹⁴ para um Estado “policial, autoritário, convertendo-se numa ditadura de executivo ou de governo, e numa ditadura pessoal do presidente” (CRUZ, 1982, p. 184). Diante disto, o Salazarismo estabeleceu em Portugal um nacionalismo antiliberal, um autoritarismo antidemocrático e um corporativismo antissocialista.

Manuel de Lucena (1984), por sua vez, analisou de maneira crítica as interpretações que foram feitas em relação ao Salazarismo, enfatizando que “até meados da década de 60 foi escassa a produção científica tendo por objeto o regime Salazarista” (LUCENA, 1984, p. 423). Outrossim, *a priori*, as definições deste regime como nacionalista, corporativista e autoritário, foram importantes dimensões analisadas para definição política do Estado Novo (LUCENA, 1984).

¹⁴ De acordo com Manuel Braga da Cruz (1982), “esta transformação real da forma de regime ocorreu através de determinados processos como: o esvaziamento da Assembleia Nacional; a subalternização do chefe de Estado ao presidente do Conselho de Ministros, pessoalização da ação e das estruturas governistas” (CRUZ, 1982, p. 784).

Posto isto, depois da queda da ditadura estadonovista, aumentou o interesse acadêmico sobre esta temática, sobretudo, pelo fato da censura não pesar mais durante o processo de divulgação dos resultados. Em seu artigo “*Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica I*”, Manuel de Lucena (1984) aponta algumas contribuições feitas para o entendimento do Estado Novo português, tais como as interpretações realizadas por Hermínio Martins (1969)¹⁵, Philipp Schmitter¹⁶, Stanley Payne¹⁷.

No artigo “*A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África*”, Fernando Tavares Pimenta (2013) coloca em perspectiva e dá destaque a algumas interpretações feitas pela historiografia portuguesa sobre as temáticas mais controversas da história de Portugal no século XX. Um dos temas abordados diz respeito a discussão quanto ao regime estadonovista como fascista ou não¹⁸. Desta forma, este autor destaca que existiram duas perspectivas principais: a primeira, de que o Estado Novo foi um regime fascista; a segunda, de que o Estado Novo “foi um regime autoritário de direita, mas não propriamente fascista” (PIMENTA, 2013, p. 183). Após 25 de abril de 1974, “predominou a primeira perspectiva entre o mundo acadêmico português, influenciado talvez, pelo ambiente político subsequente à Revolução dos Cravos” (PIMENTA, 2013, p. 184).

Fernando Tavares Pimenta (2013) frisa acerca do primeiro congresso que se realizou no país sobre o tema do fascismo em Portugal, no qual a partir de 1980 predominou a perspectiva de que o Salazarismo fora uma variante do fascismo, tendo Salazar, embora o apoio dos militares, agido com uma autônoma “fascistização” do

¹⁵ Manuel de Lucena (1984) destaca neste artigo que Hermínio Martins (1969), partiu de uma perspectiva interpretativa que ressaltou o processo de “fascistização” do Estado Novo. Para ele, estaríamos perante um regime que a certa altura se encaminhou para o fascismo (processo de fascistização) mas um fascismo sem ideologia subversiva (antes profundamente conservador), sem o suporte de um dinâmico movimento de massas, sem uma política econômica desenvolvimentista.

¹⁶ O autor aponta que Philipp Schmitter faz uma análise do Salazarismo bem dinâmica e aprofundada, perpassando pelas perspectivas econômicas, sociais e políticas do regime, para entender o seu corporativismo de Estado (LUCENA, 1984).

¹⁷ Ainda segundo Lucena, Stanley Payne foi o autor que mais tentou aproximar o regime Salazarista e alguns da Europa de Leste de entre guerras. Logo, ao analisar o regime estadonovista em 1976 e em 1980, destacou que tanto “o Portugal de Salazar como a Espanha de Franco, contando-se embora entre os primeiros países que engendraram formas mais autoritárias de governo, não foram completa, nem intrinsecamente fascistas” (LUCENA, 1984, p. 445). Desta forma, o Estado Novo foi para este autor, um regime desmobilizador, sem ambições modernistas e que agia repressivamente.

¹⁸ O Salazarismo foi classificado por vários autores como um regime autoritário e não fascista, “pois lhe faltava algumas características básicas inerentes às ditaduras clássicas europeias, como uma liderança carismática que envolvesse multidões, um partido único que mobilizasse as massas, uma ideologia expansionista e guerreira e uma tendência totalitária. Por outro lado, a sociedade portuguesa do pós primeira Guerra Mundial não possuía as características estruturais que antecederam a emergência do fascismo nos demais países, como industrialização acelerada, massificação da vida política, crise econômica e mobilidade social descendente” (RAMPINELLI, 2014, p. 224).

Estado português. Em contrapartida, ainda de acordo com este autor, em um novo congresso realizado em 1986, intitulado “O Estado Novo das origens ao fim da autarquia”, novas interpretações foram lançadas acerca do caráter fascista do Estado Novo. Desta forma, podemos destacar que:

O problema foi tratado de forma diferente pelos historiadores, havendo uma certa divisão entre os acadêmicos portugueses em torno das opiniões expressas por dois investigadores estrangeiros, Stuart Woolf e Stanley G. Payne. Embora não de forma taxativa, Woolf colocou o Salazarismo no campo do fascismo, em virtude das suas relações de proximidade com os regimes de Mussolini e de Franco, sobretudo, ao nível do aparato repressivo, orientação política e ideias corporativas. Pelo contrário, Stanley G. Payne classificou o Estado Novo como um regime organicista moderado ou corporativo, mas não propriamente fascista. Esta perspectiva foi gradualmente conquistando adeptos entre os portugueses, mas alguns renomados historiadores- por exemplo: João Medina, Luís Reis Torgal e Fernando Rosas- mantém a opinião de que o Salazarismo foi uma variante do fascismo (PIMENTA, 2013, p. 184).

Por conseguinte, observa-se que a postura internacional do Estado Novo foi de uma tentativa de distanciamento das questões políticas externas. Tal afirmação pode ser fundamentada através do argumento da sua neutralidade durante a Segunda Guerra (1939-1945), fator este que talvez possa justificar a questão da duração da mais longa ditadura ocidental do século XX. Além disso, o período que vai até o fim da Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pela concretização de um regime e de um Estado submetido ao poder pessoal de Salazar. Desta forma, Portugal retirou da neutralidade alguns benefícios palpáveis: “continuou a obter rendimentos do comércio, em particular da venda de volfrâmio e de outros minérios necessários às indústrias militares” (BARRETO, 2017, p.33).

António Barreto (2017) aponta também para a questão de que, paradoxalmente, o país também não se beneficiou dos efeitos da expansão e da modernização que na Europa resultaram nas grandes obras de reconstrução. Posto isto, “o plano Marshall não foi desejado, terá mesmo sido recusado por Salazar, que nele via uma ingerência americana em Portugal e, eventualmente um fator de crescimento econômico descontrolado” (BARRETO, 2017, p. 33). Portanto, pode-se entender que essa postura de Salazar se deu por conta da sua característica nacionalista, que não encarava com bons olhos as aberturas políticas e a dinâmica econômica do pós- guerra.

Ao analisar sobre a duração da ditadura estadonovista, Waldir José Rampinelli (2014) aponta os fatores internos e externos que corroboraram para a sua longevidade:

No campo da economia internacional, Portugal fazia parte de uma periferia dependente, atrasada e pouco industrializada, cuja principal produção estava baseada em uma agricultura tradicional resistente à modernização. Deste modo, as grandes crises mundiais pouco repercutiam no país já que eram amortecidas, quer por uma vasta retaguarda rural, quer pelos mercados coloniais alternativos. A grande depressão de 1929, por exemplo, além de chegar tarde para os portugueses passou relativamente rápida e seus efeitos foram moderados. A queda nas remessas dos emigrantes e no valor dos bens coloniais não tiveram consequências catastróficas (RAMPINELLI, 2014, p. 121).

Ainda segundo o autor, outras razões externas que resultaram na durabilidade do Estado Novo foram: a questão de Lisboa “ser uma metrópole colonizadora e colonialista”¹⁹ e a “situação geoestratégica de Portugal e de suas ilhas localizadas no cruzamento das principais rotas do Atlântico Norte”²⁰ (RAMPINELLI, 2014, p. 121).

No que tange às razões internas, Rampinelli (2014) aponta duas. A primeira, refere-se à questão da ditadura Salazarista ter salvaguardado um mundo rural tradicional que, para este historiador, será o grande baluarte na defesa da imutabilidade do regime e de sua liderança. Em 1950, cerca de 50% da população lusitana ainda era analfabeta, chegando a 70% ou 80% em algumas regiões rurais (RAMPINELLI, 2014, p. 122). A segunda razão, diz respeito à existência de uma classe dominante interna caracterizada pela sua “debilidade econômica global, por sua dependência externa, por sua divisão e pela falta de setores que hegemonizem processos de conservação ou de mudança” (RAMPINELLI, 2014, p. 122).

No livro “*Salazar e o poder: a arte de saber durar*” Fenando Rosas (2012) também analisa a questão da durabilidade do regime, partindo da perspectiva de que mesmo nas fases de crise, com crescentes embates políticos e sociais, o Estado Novo “tremia, mas durava” (ROSAS, 2012, p. 16). Desta forma, para este autor, além dos

¹⁹ Esse papel estratégico desempenhado pelas colônias, entre outros, “é fundamental para a manutenção do *status quo* vigente. Isso faz com que Portugal, em pleno processo de formação do Mercado Comum Europeu nos anos 1960, ouse – como país semiperiférico que é – opor a Europa uma estratégia Ultramarina” (RAMPINELLI, 2014, p. 121).

²⁰ Assim sendo, “adquire uma posição privilegiada entre as potências marítimas, bem como com aquelas que pretendem disputar a hegemonia dos mares de saída da Europa. Com base nesta realidade, Salazar revalorizou a posição de seu governo na Guerra Civil da Espanha; na manutenção de uma falsa neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, aproveitando-se desta situação para obter grandes vantagens econômicas, como também a própria sobrevivência do regime e a integridade territorial do império colonial; na busca de apoio, por parte dos governos democráticos, ao Estado Novo, ameaçado pelo movimento antifascista; na entrada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com o objetivo de alcançar uma legitimação e uma respeitabilidade a seu regime na comunidade internacional para obter respaldo à sua guerra colonial” (RAMPINELLI, 2014, p. 121).

fatores da utilização da repressão política e policial, existiram os sistemas de organização do consenso, razões que resultaram na longevidade do regime.

Quanto às questões econômicas, o Estado Novo limitou o desenvolvimento do capitalismo português, por ter freado os avanços do capital industrial, devido ao desejo de não prejudicar os interesses agrários de uma sociedade que estava atrelada, tal como apresentado por Fernando Rosas (2001), ao mito da ruralidade, resultando assim, na perspectiva de não interferência na grande propriedade fundiária.

Os adversários políticos do Estado Novo são praticamente desfeitos durante a sua consolidação e a esta altura só conseguiam se expressar quando as eleições, que eram fiscalizadas, permitissem alguns aparentes debates. Dentre os partidos que tentaram sobreviver ao regime, destaca-se a resistência do Partido Comunista Português (PCP), que como veremos teve grande influência durante a Revolução Agrária no Alentejo. Logo, só o Partido Comunista fundado em 1921, conseguiu atravessar todo o regime. Todavia, lutando por sua sobrevivência, “o PCP será quase sempre uma pequena organização clandestina e muito fechada, cujos dirigentes vivem frequentemente no estrangeiro, quando não estão na prisão” (BARRETO, 2017, p. 31).

O Salazarismo foi marcado majoritariamente pela concessão e proteção dos interesses das classes dominantes, questão que se torna evidente ao levarmos em consideração o fato de que suas ações consolidavam-se na proteção da manutenção das propriedades rurais, convergindo assim, na salvaguarda dos interesses dos grandes proprietários²¹. Nota-se que não foi construída pelo regime uma política agrícola que objetivasse uma evolução da agricultura. Sobre a questão da atuação do Estado quanto às perspectivas agrárias, Fernando Rosas (1991) aponta em seu artigo “*Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)*”²² que:

Tratava-se de uma intervenção essencialmente protetora da grande exploração latifundiária ou capitalista dos campos do Baixo Ribatejo, do Sado ou do Alentejo - principais produtores de trigo, arroz, azeite, lãs -, visando a maximização das suas produções e dos seus lucros no

²¹ A reação destes que compunham o conservadorismo rural, logrará, efetivamente, quer no imediato pós-guerra, quer nos anos 50, limitar substancialmente a aplicação prática das medidas de reformismo agrário (ROSAS, 1991, p. 785).

²² De acordo com Fernando Rosas (1991), logo após o chamado de Rafael Duque para o governo, em outubro de 1934, “sucede-se, pouco depois, intensa e importante atividade legislativa com incidência na agricultura: o Plano Hidráulico de 1935, na sequência da aprovação da Lei de Reconstituição econômica do mesmo ano; os decretos de fomento da atividade frutícola, também de 1935; a reorganização do Ministério da Agricultura, em 1936, no contexto da qual se cria a Junta de Colonização Interna (JCI) e se põe termo à campanha de produção agrícola (designação que tomou a campanha do trigo de 1930); a Lei Hidráulica Agrícola de 1937, de que resultou o Plano Hidráulico divulgado em 1938 e a Lei do Povoamento Florestal, igualmente deste ano, também acompanhada do respectivo plano. Isto para nos limitarmos aos diplomas básicos definidores dos principais parâmetros da nova política agrária” (ROSAS, 1991, p. 779).

quadro de uma estrutura fundiária e produtiva que se pretendia defender da crise internacional, da concorrência externa, do desenvolvimento urbano-industrial e, por essa via, se consolidar (ROSAS, 1991, p. 773).

Constata-se que a política que foi exercida pelo Estado Novo nos âmbitos social e econômico foi marcada por uma forte intervenção do Estado com o claro objetivo de manutenção e preservação das estruturas dominantes já existentes. Deste modo, Fernando Rosas (2001), caracteriza Salazar como um típico elitista conservador, estes apontamentos se aproximam da perspectiva que nos apresenta Fernando Pimenta (2013) ao destacar que:

Todos teriam prosperado, mas modestamente, de modo a manter um equilíbrio entre todos os grupos dominantes, sob a autoridade arbitral do Estado. A ideologia do regime teria reforçado esse conservadorismo social e bloqueado o desenvolvimento industrial e tecnológico do país pelo menos até à década de 1940 (PIMENTA, 2013, p. 185).

Fernando Rosas (1989) faz uso de uma interpretação econômico-social sobre a gênese, evolução e características de cunho político do Salazarismo. Sendo assim, para ele o Estado Novo foi a resposta política do capitalismo português à crise econômica, social e política que Portugal passava na fase final da I República. Logo, Fernando Rosas (1989) parte do pressuposto de que a classe dominante passava por uma crise econômica, buscando meios que garantissem a sua permanência como classe detentora de poder e domínios, para conservar a perspectiva social vigente. Desta forma, esta classe viu na participação política um meio de garantir o seu poder, dando o apoio necessário para a implementação da política Salazarista.

Portanto, a classe dominante e hegemônica portuguesa queria um Estado Novo dotado de força suficiente para subordinar o operariado, sanar os dissídios no seio da classe dominante e entre esta e os estratos intermédios, adotar medidas econômicas urgentes e garantir a estabilidade do sistema, uma tarefa que o Estado liberal se mostrava incapaz de cumprir (PIMENTA, 2013, p. 185).

A doença afastou Salazar do poder em 1968, devido a um acidente doméstico. Até o seu falecimento em 1970, não tinha mais influência na vida política do país. Desta forma, o Conselho de Estado iniciou o processo constitucional de substituição. Contudo, depreende-se que o Estado Novo, sobreviveu até mesmo a morte de seu mentor, pois continuou sob vigência de seu sucessor Marcelo Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”.

Marcelo Caetano, era o principal candidato para substituir Salazar. Assim sendo, tomou frente ao governo português, tornando-se chefe do governo em substituição a

Salazar que devido a uma queda, acabou tendo um derrame cerebral que o levou ao falecimento dois anos depois deste episódio. Como enfatizado por Fernando Rosas (1998) a fraqueza essencial do Salazarismo e dos Salazaristas, a realidade de que tudo num regime em esclerose avançada dependia da desesperada sobrevivência do velho chefe a chegar nos 80 anos, começou a evidenciar-se no próprio processo da sua substituição à testa do Governo (ROSAS, 1998, p. 485).

1.2 A Primavera Marcelista: “evolução na continuidade”

Com a morte de Salazar, o seu sucessor Marcelo Caetano²³ usufruía de grandes expectativas por parte da sociedade portuguesa, tomando posse no dia 23 de setembro de 1968. Neste processo, quem decidiu sobre a substituição de Salazar foi o presidente da República, Américo Tomás, que por força do modelo governativo do Estado Novo, pela primeira vez em dez anos de presidência, era chamado a decidir sobre uma questão “da maior importância para o regime e que teria consequências profundas nos anos subsequentes: a substituição do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que desempenhava o cargo desde 1932” (CARVALHO, 2009, p. 25).

Diante disto, após consultar especialistas na área da medicina, para tentar avaliar as hipóteses de recuperação de Salazar, Américo Tomás decidiu avançar com a exoneração do antigo líder do governo e a escolha do seu sucessor (SILVA, 2020, p. 23). Contudo, o processo de escolha não foi tão simples e a substituição de Salazar foi algo que gerou aflição nos seus apoiadores:

Com a possibilidade de alteração de líderes, começou a haver no seio dos apoiantes do regime uma certa apreensão de que o desaparecimento político de Salazar fosse visto como um incitador à revolta da ordem pública, com diversas manifestações a exigir a liberdade. Outros chegavam a ir mais longe, afirmando que para se conter a onda de contestação, que estaria prestes a rebentar, só com retorno a uma ditadura militar de “pulso forte” (SILVA, 2020, p. 23).

Américo Tomás²⁴, escolheu Marcelo Caetano, “deixando para trás outros eventuais sucessores: Franco Nogueira, Adriano Moreira e Antunes Varela”

²³ Marcelo Caetano nasceu no dia 17 de agosto de 1901, em Lisboa, “onde desde cedo procurou inteirar-se do cenário em que Portugal se inseria” (SILVA, 2020, p. 21). Ao aderir o integralismo lusitano, que teve como uma de suas características centrais uma oposição conservadora ao liberalismo, segundo João Carlos Lourenço e Silva (2020), com o Salazarismo ele tornou-se um apoiador do Estado Novo.

²⁴ Antes de anunciar a sua decisão, “Américo Tomás decidiu ouvir cada um dos conselheiros individualmente, de modo a tentar perceber quais é que seriam as suas intenções mais íntimas, sem estarem condicionados pela presença dos outros. As opiniões dividiam-se, contudo, a imprensa dava cada vez mais como certo que Marcelo Caetano iria suceder Salazar” (SILVA, 2020, p. 24).

(CARVALHO, 2003, p. 192). Na obra *“O antigo regime e a Revolução” (1941-1975)*, Diogo Freitas do Amaral (1995) ressalta alguns dos motivos que pesaram na escolha de Américo Tomás, destacando que:

O doutor Marcelo Caetano é, apesar de tudo, o nome que conta com mais apoios, tem a mais carreira completa do regime; está acima dos outros três em experiência governativa, em conhecimentos econômicos, e em capacidade de renovação e abertura, sem ultrapassar os limites do razoável (AMARAL, 1995, p. 120).

Segundo Rita de Almeida Carvalho (2003), “a ausência de consenso historiográfico quanto a unanimidade da escolha de Caetano estende-se a obras de tipo memorialista” (CARVALHO, 2003, p. 192). Desta forma, vale destacar a questão de que nem todos os apoiadores do regime viam com bons olhos a liderança política de Marcelo Caetano, muitos assumiam posturas de desconfiança e insegurança:

Caetano também tinha criado ao longo dos tempos, devido a posições que tomou ou ideais com os quais se associou, inúmeras inimizades no centro do regime. A ala monárquica, não lhes agradava a conversão de Caetano à República, traduzida no “discurso de Coimbra”; a corrente de apoio mais conservadora de Salazar não concordava com os ares críticos e independentes que Caetano sempre tomou em relação ao seu antecessor, ao mesmo tempo que temiam que Caetano tentasse uma abertura democrática, dando espaço a uma certa liberalização. Os integracionistas em matéria Ultramarina divergiam de Caetano, quando este propôs, em 1962, uma solução “federalista” para as colónias. Por fim, nas Forças Armadas as opiniões dividiam-se (SILVA, 2020, p.24).

Como um disfarce demagógico do Salazarismo, isto é, como uma tentativa de mascarar a continuidade do antigo regime Salazarista e seus ideais, para manipular seus apoiadores e conquistar facilmente o poder político, o Marcelismo defendia a ideia de que havia liberdades minoritárias e liberdades majoritárias, apresentando que o seu objetivo era de instaurar as liberdades majoritárias, pois acreditava que estas eram as mais importantes.

As liberdades menores (liberdade de informação, designação do poder por sufrágio universal, livre formação de partidos e direito de reunião e associação, etc.), para Marcelo Caetano, conduziriam a desordem e subversão. Desta forma, no seu discurso de posse ele deixou largos elogios ao seu antecessor e às Forças Armadas, preconizando a defesa das colônias no Ultramar e garantindo a continuidade do que Salazar tinha feito até então. Este discurso agradou a ala mais conservadora do regime e a todos os Salazaristas no geral (SILVA, 2020, p. 25).

A partir do momento em que Caetano assumiu, parte da sociedade portuguesa esperava que ocorressem mudanças, ansiando por uma época de aberturas, aparecendo

pela primeira vez o termo “Primavera Política” ou “Primavera Marcelista” (SILVA, 2020, p. 25). Parcela da sociedade, até mesmo acreditava em uma futura transição para a Democracia, fato este que não ocorreu por desejos próprios de Marcelo Caetano.

As questões centrais que resultavam na esperança de mudanças por parcela da sociedade portuguesa, referiam-se à guerra e às liberdades. Marcelo Caetano era um homem do regime, um dos mais antigos barões, muitos pensavam que ocorreria alguma mudança significativa. Outros, certamente em minoria, pensavam que se tratava de um homem de transição e que os problemas em aberto não poderiam ser resolvidos por ele (BARRETO, 2017, p.43). Desta maneira, o Marcelismo assumiu em meio às mudanças e permanências em relação ao Salazarismo, com projetos de reformas que objetivavam a modernização do país, dentro daquilo que o regime e a Constituição lhes permitiam. Pautando-se sobre uma certa fama de Marcelo Caetano como liberal, a expectativa por mudanças assolava parte da sociedade portuguesa. Em sua obra “*O Marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971*”, Rita Almeida de Carvalho (2003), afirma que:

Tal equívoco decorre do fato de, pelo menos desde os finais da II Guerra Mundial, Marcelo ter pugnado por um certo reformismo do regime, bem evidenciado já nas suas propostas enquanto ministro da presidência (1955-1958), chegando a defender a extinção da censura prévia à imprensa, uma política de desenvolvimento econômico acelerado e uma abertura do regime aos países estrangeiros (CARVALHO, 2003, p. 194).

Se para alguns Marcelo Caetano se baseava e seguiria fielmente o Salazarismo e seus ideias, sendo uma continuidade do regime, e para outros instauraria mudanças que até mesmo conduziram à Democracia, certo é que a maior parte acreditava que para bem ou para o mal, algo mudaria. Rita de Almeida Carvalho (2003), dá destaque à longa entrevista²⁵ que Marcelo concedeu, no início do ano de 1973 a António Alçada Baptista²⁶, mostrando que ficou explícito o seu pensamento político através desta. A autora analisa que:

O seu perfil antidemocrático sai reforçado com a afirmação de que as instituições parlamentares britânicas, que em tempos se julgaram construir o modelo ideal de governação, não podiam, com algumas honrosas exceções, ser adotadas pelas sociedades políticas do continente europeu. A Câmara dos Comuns, na qual depois de animadas discussões, os adversários iam juntos tomar muito civilizadamente o seu chá, não encaixava no modo de ser português. Pois por cá, o respeito pela pessoa e pela liberdade dos outros não constituía uma preocupação constante de cada cidadão. Desse modo, e segundo a mesma

²⁵ Consultar Rita Almeida de Carvalho (2003).

²⁶ Escritor português, ligado ao jornalismo e à edição. Escreveu o livro *Conversas com Marcelo Caetano* (1973).

perspectiva, os portugueses, na sua maioria, não podiam viver numa sociedade livre, pois não sabiam utilizar, com responsabilidade, a liberdade de que poderiam usufruir (CARVALHO, 2003, p. 195).

Marcelo Caetano acreditava que os partidos não eram respostas aceitáveis ao problema da representação nacional. Desta forma, a única liberdade que desejava “não ver restituída, nem mesmo num futuro remoto, simplesmente porque não acreditava nela, era a livre criação dos partidos políticos” (CARVALHO, 2003, p. 198). Quanto ao comunismo, Marcelo Caetano o via como uma grande ameaça que levava as sociedades a organizarem a sua defesa. Ele não acreditava que “o comunismo fosse capaz de conquistar democraticamente o poder, mas o julgava capaz de promover golpes de Estado e revoluções” (CARVALHO, 2003, p. 199).

O Marcelismo, sob o ideal de “evolução na continuidade”²⁷, fez despertar, como já apontamos, uma expectativa por mudanças. No setor econômico, devido aos altos índices de desenvolvimento do país na década de 1960 Marcelo Caetano buscou certa abertura, ou seja, uma maior liberalização.

Contudo, quanto à questão política do Ultramar, Caetano visava manter a guerra²⁸ em território africano, nesse sentido, ainda que retomando o essencial do seu projeto de modernização política, econômica, social e até colonial, “embora chegasse irremediavelmente tarde. Era um projeto de liberalização e modernização em guerra, uma guerra em África que Caetano entendia já não poder deixar de se manter” (ROSAS, 1998, p. 485).

No que tange a política Ultramarina, Marcelo percebia que a intervenção da metrópole deveria ser diminuída, devido às diversas pressões internacionais que visavam a descolonização, sendo favorecida por interesses dos Estados Unidos e da União Soviética em anular a tutela europeia, para que fosse possível estabelecer suas hegemonias econômicas e políticas em África e na Ásia.

²⁷ Segundo João Carlos Lourenço e Silva (2020) a continuidade fazia ligação “aos princípios trazidos por Salazar, e a evolução dizia respeito aos métodos, à forma de aplicação e aos ritmos de execução. Logo aqui, conseguimos constatar uma fórmula menos aberta do que seria expectável com a entrada de Caetano no Governo, pois aproximava-se mais da doutrina Salazarista, dando menos espaço a reformulações” (SILVA, 2020, p. 26).

²⁸ Quanto a esta questão, de acordo com João Carlos Lourenço e Silva (2020), “o Ultramar era uma questão central, contudo, por resolver. Marcelo Caetano defendia que não poderia entregar os territórios ultramarinos para as mãos de movimentos de libertação, controlados por Estados Comunistas com ambições em África. Mas ao mesmo tempo, sabia que teria de encaminhar esses territórios para uma autonomia progressiva” (SILVA, 2020, p.26).

O chefe do Estado português optou, porém, pela continuidade nas províncias Ultramarinas²⁹ das forças militares até que fosse encontrado um desfecho para tal. Nestas circunstâncias, as Forças Armadas que, muito embora tenham conseguido uma posição militarmente mais confortável em Angola e em Moçambique, não conseguiam explicar a condução da guerra ou o seu fim.

Neste processo, Caetano afirmava que a “Europa doara a África, e tinha a obrigação de continuar a doar, o progresso material, técnico e científico, com todas as suas implicações no domínio da saúde, da higiene, e do bem estar” (CARVALHO, 2003, p.199). Dito isto, para ele a colonização portuguesa não teria sido “nem asséptica, nem virtuosa, mas mais humana no contato entre os povos” (CARVALHO, 2003, p. 199). Diante destas colocações, cabe destaque ao que diz Fernando Tavares Pimenta (2013), ao apontar que seria muito importante estudar a forma como a raça e o racismo influenciaram a construção do edifício colonial com consequências nos campos identitário, ideológico e até jurídico do Estado Novo (PIMENTA, 2013, p. 190).

Percebe-se que as ideias defendidas por Marcelo Caetano recaem na valorização das diferenças biológicas que, por sua vez, estabeleciam uma hierarquia social entre grupos. Em concomitância com o que se passava com o resto da Europa, “o racismo adquiriu uma espécie de estatuto político que era justificado por argumentos de caráter científico fornecidos desde logo pela etnologia” (PIMENTA, 2013, p.190). Neste processo, para Waldir José Rampinelli (2014), Portugal, aproveitando-se da doutrina luso-tropicalista, “tentara passar a imagem de que seu colonialismo promovera uma integração harmoniosa. No entanto, quer através da colonização, quer da cristianização, o racismo sempre estivera presente no seu império” (RAMPINELLI, 2014, p. 128).

Ainda durante o Salazarismo, devido ao interesse em continuar com o controle sobre o que consideravam³⁰ até então colônias portuguesas em África, ocorreu a modificação do estatuto político, que permitiu a inclusão constitucionalmente das colônias, que passaram a ser consideradas províncias Ultramarinas. Deste modo, Portugal passou a não possuir colônias, mas sim províncias. Com esta manobra, Salazar pretendia “demonstrar às instâncias internacionais a existência de territórios não autônomos sobre

²⁹ Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

³⁰ É importante destacar que para Hannah Arendt (2004) “o fato de os ingleses terem liquidado voluntariamente o seu domínio colonial ainda constitui um dos mais momentosos acontecimentos da história do século XX; depois disso, nenhuma outra nação europeia poderia continuar a reter as suas possessões de Ultramar. Portugal constituía a única exceção, e a estranha capacidade portuguesa de continuar uma luta, da qual todas as outras potências coloniais europeias já haviam desistido, pode ter resultado do seu atraso nacional mais do que da ditadura Salazarista” (ARENDR, 2004, p. 147).

a administração portuguesa” (PIMENTA, 2013, p. 192). Entre os setores conservadores do Estado português esta manobra de Salazar obteve grande sucesso. Assim, usando argumentos jurídicos de caráter constitucional, o Estado Novo afirmou solenemente a unidade da nação portuguesa – o “*Portugal do Minho a Timor*” (PIMENTA, 2013, p.192). Esta perspectiva esteve no campo doutrinário do Estado Novo ligada à questão da preservação como Estado-nação do país, atrelada diretamente à manutenção do império colonial.

A escolha pela permanência da ocupação no território africano, demonstra a continuidade do Marcelismo em agir de conformidade com as políticas implementadas pelo Salazarismo. Desta forma, percebe-se que este “Novo Estado” de Marcelo buscou agir de acordo com aquilo que os apoiadores do regime desejavam. Diante disto, vale destacar acerca da questão Ultramarina, os argumentos desenvolvidos por Fernando Tavares Pimenta (2013), que assinala:

O integracionismo foi a fórmula encontrada pelo regime para ludibriar as instâncias internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas que pedia aos seus membros a aplicação de medidas concretas no sentido de preparar a autonomização - e depois a descolonização - dos respetivos territórios coloniais (PIMENTA, 2013, p. 192).

O autor ressalta ainda que recentemente apareceu uma verdadeira historiografia sobre a guerra colonial. Historiografia esta que analisa aspectos como a questão dos militares, a posição das igrejas cristãs face à guerra colonial, o papel da polícia política portuguesa (PIDE/DGS), etc. No tocante, às guerrilhas nacionalistas que fizeram a guerra aos portugueses, “o crescimento da literatura científica sobre o tema deve-se em parte ao trabalho dos próprios africanos que começaram a escrever sobre a sua história recente” (PIMENTA, 2013, p. 195).

Compreender como se deu os (des)caminhos da política Ultramarina do Marcelismo se torna essencial para analisar o desgaste político do regime entre os militares, pois dentro das Forças Armadas a agitação e o mal-estar atingiram níveis intoleráveis para um país em guerra, ocasionando assim em uma crise na instituição militar durante os últimos anos do regime.

De acordo com Waldir Rampinelli (2014, p. 127), era praticamente impossível para Portugal manter um conflito antissubversivo em um clima de liberdade de imprensa: a guerra crava crescentes ondas de oposições de largos setores da opinião pública, em particular da juventude.

A nação estava exaurida pela guerra interminável e anacrônica. O ano de 1973 se apresentou como um ano de intensas dificuldades políticas para a administração de Caetano. O Marcelismo não apresentava as soluções políticas que muitos estavam esperando. Rivalidades profissionais entre milicianos³¹ e oficiais do quadro, “criaram tensões difíceis de resolver e com as quais o governo não soube ou não conseguia lidar” (BARRETO, 2017, p. 44). Desta forma, a crise era mais ampla do que se poderia imaginar, perpassando os aspectos profissionais militares, embora este tivesse sido o pontapé inicial dela. É válido ressaltar que do ponto de vista político era muito improvável o regime liberalizar-se por causa da guerra.

Durante a “Primavera Marcelista”, nas grandes cidades, vivia-se um ambiente de liberalização que não condizia com as tendências do regime e do seu sistema político. Assim, “ideias e valores, filmes e livros, novos usos e costumes, encontravam fáceis adeptos, penetravam a sociedade e até nas Forças Armadas encontravam eco, dada a sua particular constituição” (BARRETO, 2017, p. 46). Dentro deste contexto, os militares estavam descontentes com a guerra e já não estavam convencidos ideologicamente dos seus fundamentos políticos. Esta abertura cultural que Portugal acabou passando “não levou diretamente ao golpe de Estado, mas também por causa disto, que os oficiais não queriam continuar a guerra” (BARRETO 2017, p. 47).

Neste processo, os oficiais militares descontentes com o regime inicialmente não possuíam planos políticos claros, mas queriam uma transformação. Motivos como os de caráter profissional (como as promoções), levaram a mobilização, os seus contatos com os setores sociais em crise de mudança e de contestação, “tinham contribuído também para criar uma relativa disponibilidade para as ideias socialistas e anticolonialistas ou pelo menos para a Democracia e a mudança” (BARRETO, 2017, p. 48).

Com a publicação em fevereiro de 1974 do livro³² do general Spínola³³ que tecia duras críticas a Marcelo Caetano, ocorreu a motivação que faltava ao movimento dos militares, que se encontrava há muito politizado. Sendo este o estopim para passarem ao

³¹ António Barreto (2017) aponta a questão dos milicianos serem indispensáveis à guerra, dada a crise do recrutamento profissional. Estes desempenhavam o papel de ligação entre os oficiais do quadro e o mundo, a sociedade, a universidade, a cultura e as ideias. Contribuindo assim para uma espécie de abertura das estruturas militares à sociedade.

³² Intitulado “*Portugal e o Futuro*”, foi publicado em 22 de fevereiro de 1974.

³³ Após o golpe militar de 25 de Abril, a junta de Salvação Nacional elegeu-o para presidente da República. O General António de Spínola desempenhou inúmeros cargos, tendo recebido ainda a rendição de Marcelo Caetano. O seu livro teve um grande peso e influência sobre a política em Portugal.

âmbito prático da ação de retirada do regime que até então vigorava, conforme nos aponta Michel Kováč (1981):

Os militares cansados de uma guerra eterna, oficiais desiludidos com medidas do governo que facilitavam entrada dos milicianos aos quadros permanentes, ultrapassando uma série de cursos, entenderam terem luz verde para o golpe de Estado. Caetano não tinha qualquer dúvida quanto à mensagem política do livro de Spínola (KOVÁČ, 1981, p. 25).

Constata-se que o livro *“Portugal e o futuro”* (1974) é uma importante fonte para a reconstrução do processo histórico do país através das narrativas do general Spínola, que apresentava o conjunto de fatores que acarretou na insatisfação militar contra o Marcelismo. Este livro suscitou nas Forças Armadas uma discussão política, debatendo e levando a sociedade a duvidar sobre a capacidade do governo para conduzir Portugal. Desta forma, teve grandes repercussões, com propostas políticas de interesses muito distintos. Porém, a abordagem de um tema será de grande escândalo: a guerra, pois o seu autor deu a entender que não seria possível ganhá-la militarmente.

Nesta obra, o general Spínola ressalta que Portugal vivia “umas das horas mais graves, se não a mais grave da sua história, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam a geração atual” (SPÍNOLA, 1974, p. 21). Logo, percebe-se que neste processo político tornava-se impossível conter a insubordinação dos militares a partir das duras críticas que Marcelo Caetano recebeu.

O general, apresenta que o objetivo não era só substituir o regime, mas também o de prosperar, sendo essa prosperidade fruto da satisfação das necessidades e solicitações da sociedade. Afinal para ele era no povo que deveria residir, de fato, “a reserva moral da nação. É pois no sentido da unificação desse povo, em torno dos seus interesses, que tem de encontrar-se a solução dos problemas do presente” (SPÍNOLA, 1974, p.27).

Quanto aos aspectos econômicos, o livro aponta que deve-se a prosperidade presente e a subida do nível de vida a três fatores principais: “as remessas de fundo da emigração, o turismo e o crescimento contínuo dos gastos públicos e das transferências internas” (SPÍNOLA, 1974, p.36). Aponta ainda que os problemas que lhe preocupavam incidiam em todos os aspectos da vida da nação³⁴, tendo todos eles como denominador comum, a necessidade de uma maior demanda de recursos humanos e materiais.

³⁴ O livro pontua que “ou o Estado procura substituir em clima de prosperidade assimétrica em favor de minorias, e então é a sua ordem interna que acaba por desagregar, determinando o perecimento desse Estado; ou o Estado procura subsistir em clima de prosperidade equilibrada e justamente repartida, e então haverá que evitar a descapitalização dos recursos- morais, humanos, técnicos e materiais- assegurando-lhes a multiplicação imposta pelas necessidades crescentes; ou o Estado subestima estes imperativos- prosseguindo outros fins em obediência a critérios pré-conceituais destituídos de substrato realista- e então

Diante das duras críticas e do cenário caótico destacado por Spínola em sua obra, um grande número de militares (sobretudo jovens oficiais de patentes intermediárias) se estruturaram e se organizaram nos últimos meses de 1973. Depois de vários episódios, se revoltaram e derrubaram o regime. Este caiu com facilidade surpreendente: “quase todas as unidades militares se passam para o lado dos revoltosos” (BARRETO, 2017, p. 49).

No dia 25 de abril de 1974 ruiu a ditadura mais antiga do continente europeu. Desta forma, “nos golpes de Estado mais bem-sucedidos o êxito depende fortemente de se conseguir surpreender o regime vigente e seus apoiantes, tanto em termos táticos como operacionais” (LOCHERY, 2015, p. 29). Consta-se que as tropas revolucionárias conseguiram cumprir ambas as prerrogativas destacadas.

Embora as reformas de Marcelo Caetano tenham apresentado relativas melhoras, especialmente entre os anos de 1968 e 1970, no que tange aos âmbitos social, educacional e econômico, este não conseguiu solucionar e dar uma resposta política para a guerra colonial. Faltou-lhe “a capacidade de negociação com os movimentos de libertação, a quem Caetano nunca dedicou a devida importância” (SILVA, 2020, p. 29).

A Primavera Marcelista, logo foi destituída pela Revolução dos Cravos de 1974. Só então, o regime ditatorial português foi derrubado por um novo golpe militar, levado a cabo pelas patentes intermediárias das Forças Armadas, envolvidas diretamente na guerra colonial, que vigorava desde 1961, em três regiões da África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau), marcando a transição para a Democracia, que ocasionou em uma forte represália contra a ditadura. Vale destacar que a insurreição militar que precipitou a revolução, e não o contrário.

O descontentamento da sociedade portuguesa em diversas instâncias com o regime, foi o principal motivo para a destituição de Caetano, que naquele cenário contava apenas com o apoio que era assegurado pelas suas redes de clientelismo. Os militares que permaneceram fiéis ao regime se recusaram a pegar em armas contra as forças revolucionárias, não deixando outra escolha a Marcelo Caetano que não fosse a de se render pacificamente. Nesta perspectiva, o período em que Marcelo Caetano esteve no poder pode ser caracterizado, segundo João Carlos Lourenço e Silva (2020), como:

Um período que inicialmente se começava a desenhar como sendo de liberalização, modernização e abertura, mas que depressa se revelou como sendo um período de divisão, de incerteza e de crise nacional. Do mesmo modo, podemos definir a política de Caetano como sendo um

o seu desaparecimento pela via da integração na esfera de dependência de outro ou de outros Estados será um fato apenas dependente de prazo” (SPÍNOLA, 1974, p.33).

constante dilema, entre aquilo que eram promessas e aquilo que realmente foi feito, entre perspectivas de mudança e a eterna continuidade (SILVA, 2020, p. 30).

Assim, o golpe de Estado foi de prontidão apoiado por vastas camadas da população que, para mostrarem suas insatisfações, fizeram diversas manifestações. Quis a ironia da história que o mesmo exército que deu origem a ditadura, desarticulando a I República, tenha derrubado o regime estadonovista para assegurar o fim da guerra.

1.3 A Revolução dos Cravos: um novo destino político se abriu para Portugal?

Compreender e analisar a Revolução portuguesa dentro da perspectiva historiográfica perpassa, sobretudo, por entender como os conflitos sociais e políticos envolveram sujeitos (classes e suas frações) que mudaram o cenário vigente.

Diante disto, logo após o estopim da Revolução dos Cravos, os pilares políticos e jurídicos do regime estadonovista foram destruídos, a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa foram dissolvidas, ocorreu a demissão do presidente da República, e conseqüentemente o fim do seu governo. No que tange à Constituição, esta foi parcialmente revogada e suspensa. Desta forma, durante o 25 de abril,

De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe –que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa –, milhares de pessoas saíram de suas casas, e foi com as pessoas à porta, a gritar “morte ao fascismo”, que no quartel do Carmo, em Lisboa, o governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE, a polícia política, foi desmantelada, atacada a sede do jornal do regime *A Época* e a censura abolida (ALCÂNTARA; PAÇO; VARELA, 2014, p. 213).

A tentativa de compreender a história contemporânea de Portugal, exige um certo esforço reflexivo acerca dos eventos que estavam desafiando os sujeitos sociais e políticos, que atuavam projetando um futuro que ainda era dado como incerto para o país. O povo português, que suportou quase meio século a mais longa ditadura do continente europeu, aprendeu em meses aquilo que décadas de Salazarismo e Marcelismo não lhes tinham permitido sequer perceber: a dimensão de sua força. O certo é que a Revolução tinha tarefas pendentes, tais como: o fim da guerra colonial, a independência das colônias, a reforma agrária, a garantia de trabalho para todos da sociedade portuguesa, etc. Tarefas as quais não se resumiam apenas a derrubada da ditadura, se constituindo apenas num pré-requisito para a garantia dos direitos que a sociedade a tanto tempo buscava.

É crucial ressaltar que as liberdades democráticas nasceram do ventre da Revolução, “quando tudo parecia possível, mas o regime democrático semipresidencialista hoje existente em Portugal não surgiu do processo de lutas aberto no 25 de abril de 1974” (ARCARY, 2012, p. 1). Ainda segundo Valério Arcary (2012), este surgiu a partir de processos de autogolpes de cúpulas das Forças Armadas, organizados pelo “Grupo dos Nove”³⁵ de 25 de novembro de 1975.

Após a queda do regime aconteceram diversos eventos³⁶, dentre tais destacamos: a mobilização popular que desencadeou a saída de milhões de pessoas de suas casas para as ruas³⁷, objetivando melhorias no âmbito econômico (como por exemplo melhores salários) e no âmbito social (a formação dos sindicatos); e a criação da Junta de Salvação Nacional (JSN), que por sua vez, constituía um poder provisório e improvisado, tendo sido criada pelo MFA para o exercício político, até a formação de um governo civil.

Para Boaventura de Sousa Santos (1984), o golpe de 25 de abril modificou o perfil da crise que se vivia desde 1969, afinal, esta transformação constituiu na criação, ou melhor, na explosão do movimento social popular que se seguiu imediatamente ao golpe

³⁵ Foi necessário “recorrer aos métodos da contrarrevolução em novembro de 1975 para reestabelecer a ordem hierárquica nos quartéis e dissolver o Movimento das Forças Armadas (MFA) que fez o 25 de abril. É verdade que a reação com táticas democráticas dispensou uma quartelada com métodos genocidas, como tinha acontecido em Santiago do Chile em 1973. Não foi acidental, contudo, que o primeiro presidente eleito fosse Ramalho Eanes, o general do 25 de novembro” (ARCARY, 2012, p. 2).

³⁶ Um ano depois, em 1975 o país era outro: “o Governo vê-se obrigado a atualizar o salário mínimo (de 3300 escudos para 4000 escudos entre abril de 1974 e abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção dos preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de março de 1975 contra a carestia de vida. Em muitas fábricas e empresas o Governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho, mas em muitas outras conseguem aumentos salariais, generalização do contrato coletivo, 13.º mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É ainda neste período, é preciso recordá-lo, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola” (ALCÂNTARA; PAÇO; VARELA, 2014, p. 213).

³⁷ A Revolução dos Cravos possuiu quatro aspectos centrais que podem explicar o alcance da agitação social durante este processo. “É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique; essa derrota combinou-se com a mais grave crise econômica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973; é marcada pelo protagonismo do movimento operário; pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude, desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa. A não existência livre de organizações de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do país determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores” (ALCÂNTARA; PAÇO; VARELA, 2014, p. 217).

de Estado. Diante disto, aponta que este movimento “impediu que a crise de hegemonia³⁸ que começou em 1969, fosse solucionada a favor da burguesia industrial-financeira” (SANTOS, 1984, p. 18).

Neste cenário, em 15 de maio, o general António de Spínola encarregou-se das funções de presidente da República. Os oficiais das Forças Armadas³⁹ ocuparam quase a totalidade dos postos de autoridades políticas. O movimento militar que derrubou o regime “surgiu às claras na vida pública, constitui-se em organização dentro das Forças Armadas e determinou sua direção” (BARRETO, 2017, p. 49).

Segundo Raquel Varela (2012), o partido mais organizado em Portugal à época, algo em torno de 2 mil a 3 mil militantes, o Partido Comunista Português (PCP) preconizava a derrubada da ditadura como um pacto entre as massas aliadas aos setores militares progressistas para combaterem o atraso do país.

Para Valério Arcary (2014), na época contemporânea as passagens de regimes ditatoriais para regimes democráticos podem assumir, essencialmente, duas formas ou padrões típicos: transições concertadas ou revoluções políticas (ARCARY, 2014, p. 331). Diante disto, salienta-se que ao contrário de um típico golpe de Estado, este caracterizou-se, sobretudo, pela ausência de circunstâncias trágicas. “Praticamente não houve derramamento de sangue, a única oposição foi proveniente da sede da polícia política, a PIDE/DGS, na qual ocorreu troca de tiros” (LOCHERY, 2015, p. 29).

Com a Revolução dos Cravos ressurgiram também os partidos políticos, alguns se reorganizaram, enquanto outros reivindicavam uma existência que ainda não estava totalmente garantida. Entre os partidos que surgem, distinguem-se dois pela importância que assumem quase imediatamente: o Partido Popular Democrático (PPD, hoje Partido Social Democrata) e o Centro Democrático e Social (próximo das correntes da democracia cristã). Todavia, dentre os primeiros partidos que reerguem-se, o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS), destacam-se:

³⁸ Para Boaventura de Sousa Santos (1984) “ao reforçar o poder dos militares do MFA menos identificados com os interesses monopolistas, o movimento social popular contribuiu decisivamente para que falhassem esses planos de reconstrução da hegemonia” (SANTOS, 1984, p. 18).

³⁹ “Mais do que uma questão corporativa o surgimento do Movimento de Capitães surge das divisões dentro das classes dirigentes do Estado Novo, do prolongamento da guerra, no quadro de uma crise econômica cuja profundidade tinha levado ao fim do sistema de Bretton Woods e ao choque petrolífero de 1973. Uma combinação de fatores que levam a que a 25 de abril, o MFA, cujos membros eram, na sua maioria, oriundos de setores intermédios da sociedade, pouco politizados e limitados ao objetivo de pôr fim à guerra, façam um golpe de Estado e entreguem formalmente a direção do país, através da Junta de Salvação Nacional (JSN), a um sector das elites portuguesas representado por António de Spínola, o general que um ano antes tinha publicado o famoso *Portugal e o futuro* onde aconselhava uma solução política para a guerra” (VARELA, 2012, p.405).

O PC existia clandestinamente desde há 50 anos e era apoiado pela União Soviética e respectivos aliados. O PS, pequeno grupo de dirigentes políticos sem reais bases nem organização, tinha anunciado oficialmente a sua constituição no ano anterior e era apoiado pela Internacional Socialista [...]. Todavia, os militantes comunistas vivendo no país são mais numerosos e estão mais bem organizados do que os socialistas (BARRETO, 2017, p. 50).

É importante salientar que o poder instalado autoqualificava-se como provisório e ficou nas mãos do MFA e parcialmente de alguns partidos (PCP, PS e PPD), entretanto, era pertencente sobretudo aos comandos militares, nos quais as forças de esquerda e os oficiais mais radicais se tornam rapidamente predominantes. Personalidades políticas da direita (ligadas ou não ao antigo regime estonovista) foram inicialmente excluídas das decisões políticas em curso.

A Revolução portuguesa foi, portanto, muito mais do que o fim atrasado de uma ditadura obsoleta. Tal como José Soeiro (2013) afirma, foi a Revolução de abril que com seus valores, princípios e transformações profundas, modificou radicalmente Portugal. Logo, um dos principais desdobramentos desta, foi a possibilidade da reforma agrária, pondo fim ao latifúndio e as longas explorações agrárias capitalistas. Configurando-se em um momento em que houve a conquista, defesa e afirmação da cidadania que o fascismo de Salazar e Caetano sempre lhes negou (SOEIRO, 2013, p. 27). Mudando assim um cenário em que no princípio de 1974 era inexistente, afinal:

Aos trabalhadores agrícolas estava vedada toda e qualquer forma legal de organização. Nem mesmo sindicatos nos moldes corporativos lhes eram permitidos. Como se animais de trabalhos fossem e, em muitas circunstâncias, como tal sendo tratados. Às mínimas reivindicações ou protesto, abatia-se sobre eles a repressão, a prisão, os espancamentos brutais como nos testemunharam Diniz Miranda e António Gervásio, operários agrícolas e dirigentes comunistas [como se fosse por acaso, todos eram militantes do PCP]. Mas não era por acaso. Eles estavam na frente da luta em defesa dos interesses, em defesa da liberdade, contra o regime fascista (SOEIRO, 2013, p. 27).

Com as represálias ao antigo regime estonovista, depois da Revolução de 25 de abril, Caetano foi escoltado e acabou se exilando no Brasil. Figuras importantes da oposição que foram exiladas, retornaram ao país, dentre tais, destacam-se: Mário Soares (Secretário-geral do partido Socialista português) e Álvaro Cunhal (Secretário-geral do Partido Comunista português).

Neil Lochery (2015), na sua obra *“Portugal Saído das Sombras”*, faz um percurso histórico bem detalhado, da Revolução de 1974 até o presente, ressaltando dois grandes mitos em torno da Revolução. O primeiro diz respeito à questão de que a Revolução de

Portugal foi algo de cunho unicamente nacional (o autor não concorda com tal fato, destacando as implicações internacionais da Revolução para o flanco ocidental da OTAN⁴⁰, que para ele significou que havia uma ampla dimensão internacional).

O segundo mito refere-se ao fato de que a Revolução “conduziria a uma ruptura drástica e célere com o passado contra todas as probabilidades e que fora um acontecimento limitado a um só dia” (LOCHERY, 2015, p. 32). Novamente discordando dessa linha interpretativa, o autor destaca que o período revolucionário durou quase dois anos. “À semelhança da maior parte das revoluções, derrubar o velho regime foi a parte mais fácil, mas planejar a fase subsequente revelou-se bastante difícil” (LOCHERY, 2015, p. 32).

Observa-se, ainda segundo Neill Lochery (2015), que a construção do novo Estado tornou-se mais complexa por conta das profundas divisões no seio das fileiras dos autores da Revolução. Afinal, existiam lacunas quanto à ideologia e às táticas para se conseguir reter o poder no Estado pós-Revolução de 25 de abril. Logo, para este autor, no período de transição política em Portugal, “seria uma ingenuidade sugerir que se tratava de um mero clássico de confronto entre o socialismo e o comunismo” (LOCHERY, 2015, p. 32).

Todo este processo desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas, levou as lutas pelo poder político do Estado a mobilizarem vários partidos, iniciando um embate de diferentes projetos que buscavam a hegemonia. Nesta conjuntura, temos o início das ocupações da região do Alentejo através da ação dos trabalhadores rurais na luta pela consolidação dos seus direitos e pela reforma agrária.

⁴⁰ Organização do Tratado Atlântico Norte.

CAPÍTULO 2- A REVOLUÇÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO: conceitos e percepções

O momento histórico que estamos discutindo neste trabalho foi marcado por diversas disputas políticas para a implantação de projetos que visavam transforma-se em hegemônicos, assim como, por constantes embates entre as classes presentes na *Sociedade Civil* e na *Sociedade Política*. Logo, o objetivo deste capítulo é apresentar os acontecimentos mais significativos do processo da reforma agrária portuguesa, destacando como diferentes projetos políticos buscavam a consolidação na região.

Como vimos, a Revolução dos Cravos foi responsável por profundas transformações na vida política e social de Portugal. Deste modo, nota-se que dentro do processo desencadeado no pós-Revolução, distintos interesses políticos surgiram. Logo, tentaremos resumir este cenário para entendermos os reflexos políticos que ocorreram nos campos do sul de Portugal, visto que abriu-se no país no “biênio 1974-1975, a mais grave crise do Estado, e deu-se início a última revolução da Europa Ocidental no pós-guerra a colocar em causa a propriedade privada dos meios de produção” (ALCÂNTARA; PAÇO; VARELA, 2014, p. 217). Desta maneira, a crise de Estado transformou-se em uma crise revolucionária, que durou até 25 de novembro de 1975.

Assim, neste capítulo, no primeiro tópico discutiremos o cenário de agitações políticas surgidas após a crise de hegemonia do Estado; no segundo, focamos em apresentar o processo das principais questões que marcaram a reforma agrária no país, e por fim, no terceiro tópico, apresentamos as fases das ocupações das terras alentejanas.

2.1 Os embates políticos e a situação social de Portugal: a luta pelo poder e pela hegemonia

Para a análise deste processo desencadeado em Portugal com a Revolução dos Cravos, parte-se dos pressupostos teóricos que destacam elementos que se referem ao papel do Estado e as suas instituições. Nesta acepção, fazemos uso dos contributos teóricos do filósofo italiano Antonio Gramsci, que se propôs a pensar o Estado e a atuação dos intelectuais na caracterização da função política exercida sob a sociedade.

Gramsci compreende o Estado não somente enquanto uma instituição simples e isolada, mas também como um mecanismo coercitivo, que pode atuar de diferentes maneiras para a organização de determinada sociedade. Desta forma, “o Estado é todo o

conjunto das atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente justifica e mantém o seu domínio” (GRAMSCI, 1977, p. 1765).

O referido autor formulou a teoria do Estado Ampliado para uma melhor compreensão desta instância, que tem sua principal raiz na divisão da sociedade em classes e sua conservação, sendo a função deste garantir que os interesses comuns de uma classe dominante venham se sobressair e se impor sobre os interesses da sociedade.

Desta forma, dentro da perspectiva deste teórico, alguns conceitos⁴¹ centrais nos ajudam a analisar o Estado português no período de transição política, dentre tais destacam-se os conceitos de *Sociedade Civil* e *Sociedade Política*, duas esferas que possuem diferenças e são concebidas por Gramsci, segundo Carlos Nelson Coutinho (1989) de forma autônoma, mas que juntas constituem o Estado em seu sentido amplo. Para isto, ele postula que,

O Estado em seu sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas primordiais: a *Sociedade Política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *Sociedade Civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoriais, meios de comunicação de massas) etc. (COUTINHO, 1989, p.76).

O Estado Ampliado conserva a base econômica por meio dos interesses de uma classe social, que, na busca por manter a hegemonia, desenvolve relações na utilização do consenso e da direção política. Dentro da *Sociedade Política*⁴², sendo formado por mecanismos utilizados pelas classes dominantes para manter seu domínio ideológico, sendo conhecidos como aparelhos de coerção sob controle das burocracias.

Para o filósofo italiano, na *Sociedade Civil* ocorrem embates constantes de projetos que buscam tornar-se hegemônicos. Este processo pode ser observado, nesta perspectiva analítica, durante a transição política em Portugal, entre os anos de 1974-1976, nos embates políticos que ocorreram para a dominação do Estado, sobretudo, pós-golpe de 25 de abril, em que cada grupo político procurava ser predominante e eliminar

⁴¹ Os conceitos de Estado Ampliado, *Sociedade Civil*, *Sociedade Política*, Aparelhos Privados de Hegemonia, Intelectuais e Partidos também estão presentes na obra de Antonio Gramsci.

⁴² “A *Sociedade Política* é o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo” (COUTINHO, 1989, p.78).

seus concorrentes na luta pelo poder. Tendo como reflexo conflitos direto de teorias, ideologias e projetos que defendiam como a melhor forma de materialização do exercício do seu domínio, bem como, o de governar o Estado Restrito⁴³.

Para tanto, em Portugal antes da propriedade da terra, o Estado estava como objeto central das lutas, afinal, a conquista deste e do seu aparelho civil e administrativo foi o ponto de partida do processo revolucionário desencadeado no país, que obteve como um de seus resultados centrais a reforma agrária do Alentejo, na qual os trabalhadores organizados em Cooperativas ou Unidades Coletivas de Produção (UCP) começaram a explorar por conta própria os latifúndios para produção agrícola, objetivando seus direitos e uma distribuição mais justa da posse da terra.

Para Gramsci, há uma relação de equilíbrio nas Sociedades Ocidentais⁴⁴ entre *Sociedade Política* e *Sociedade Civil*, além disso, a luta de classes tem como âmbito central os Aparelhos Privados de Hegemonia⁴⁵ na medida em que busca a direção político-ideológica e a construção do consenso. Assim, o centro da luta de classes se dá, sobretudo, na “*guerra de posição*”, numa tentativa de galgar espaços no seio da *Sociedade Civil*.

No que tange às Sociedades Orientais, para este teórico, houve o desenvolvimento de uma *Sociedade Civil* fraca e autônoma, na qual o Estado é o poder hegemônico e a *Sociedade Civil* caracteriza-se como primitiva. Destarte, a luta de classes dentro desta, ocorre objetivando a conquista do Estado, sendo este restrito, o movimento revolucionário se trava através de uma “*guerra de movimento*” ou “*guerra de manobra*”.

No caso de Portugal, com a crise de hegemonia⁴⁶ do Estado, entende-se que houve o desenrolar de uma *guerra de posição*, na qual a ação dos sujeitos políticos coletivos (ou

⁴³ De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1989) o conceito “Restrito” de Estado - corresponde à “*Sociedade Política*”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo.

⁴⁴ Cabe destacar que para Gramsci, a “ocidentalidade” de uma formação social não diz respeito a um fato propriamente geográfico, mas sobretudo a um fato histórico.

⁴⁵ Organismos que possuem como propósito central a propagação de ideias objetivando a hegemonia, ou seja, responsáveis pela construção do consenso em torno de um projeto que pode vir a ser hegemônico.

⁴⁶ Para Gramsci, a crise consiste justamente no fato de que o novo ainda não tenha nascido malgrado a iminência da morte do velho. Dito isto, segundo Carlos Nelson Coutinho (1989), como toda crise, “a de hegemonia pode dar lugar a diferentes alternativas, isto é, pode ter diferentes soluções. De imediato, a classe dominante pode ter condições de continuar dominando através da pura coerção; a médio prazo, ela certamente pode recompor sua hegemonia, por meio de concessões, de manobras reformistas, etc., para o que contará com a incapacidades das forças adversárias de apresentar soluções positivas e construtivas. Mas a tendência dominante, ainda que não inevitável é a de que as classes dominadas -favorecidas pelo caráter estrutural da crise - ampliem seu arco de alianças e sua esfera de consenso, invertam em seu favor a hegemonia e, desse modo, ao se tornarem classes dirigentes (ao apresentarem e conquistarem o consenso para propostas de solução dos problemas do conjunto da nação) criem as condições para chegarem à situação de classes dominantes” (COUTINHO, 1989, p. 93).

seja, os partidos políticos e o MFA) foi um importante meio para envolver as grandes massas na luta pela conquista de espaços e posições. Dito isto, para esta conquista da hegemonia, “a transformação da classe dominada em classe dirigente antes da tomada do poder é o elemento central da estratégia gramsciana de transição ao socialismo” (COUTINHO, 1989, p. 94).

Neste processo, a grande propriedade e o poder econômico dos proprietários e de suas empresas capitalistas agrícolas transformaram-se em alvos da Revolução social em curso. Percebe-se, portanto, que a reforma agrária decorreu da Revolução política, posto que, a Revolução do Alentejo não foi uma revolta contra o Estado (como são recorrentes nas revoltas camponesas em diversos lugares), afinal, esta possuiu a proteção e legitimação do próprio Estado, tendo apoio dos seus principais agentes.

A hegemonia ressaltada por Gramsci, diz respeito à dominação de determinada classe social sobre outra, abrangendo os “Aparelhos Repressivos do Estado”, sobre os quais a *Sociedade Política* tem seus portadores materiais, assim como, os “Aparelhos Privados de Hegemonia” que se referem aos portadores materiais da *Sociedade Civil*, em suma, organismos sociais coletivos voluntários.

Nestas circunstâncias, observa-se que a *Sociedade Civil* se constitui como espaço de hegemonia das classes dirigentes e dominantes, que são responsáveis pela difusão de sua ideologia. Assim, cabe destacar que a supremacia⁴⁷ de uma classe social sobre outra, acontece de duas formas: por meio do domínio e da direção intelectual e moral.

A ruptura originada pelo processo desencadeado na ação militar de 25 de abril de 1974, mudou o perfil da crise social e política que se viveu em Portugal, sobretudo, durante o período final da Primavera Marcelista. Deste modo, ocorreu no país uma explosão de movimentos sociais e políticos⁴⁸, que segundo António Teodoro, “só foi

⁴⁷ O termo “supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura. Cabe ainda recordar que para Gramsci essas duas funções –ou dois feixes de funções – existem em qualquer forma de Estado; mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos “ditatorial”, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia, que por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a supremacia” (COUTINHO, 1989, p.78).

⁴⁸ “As tarefas reformistas/ reformadoras, no sentido clássico do termo (nacionalização, reforma agrária, melhoria dos salários), ganharam uma dimensão revolucionária porque foram conquistadas contra frações da burguesia, com métodos próprios do movimento operário (greves, ocupações de terras e fábricas) e, em muitos casos, através de organismos autônomos de trabalhadores, de assalariados agrícolas e, em certo momento, de soldados” (ALCÂNTARA; PAÇO; VARELA, 2014, p. 217).

possível devido ao conteúdo progressista do golpe de Estado militar” (TEODORO, 1999, p. 33).

Ainda de acordo com António Teodoro (1999), as pesquisas históricas e sociológicas que têm como eixo a análise da Revolução de abril em Portugal, possuem consensos quanto a dois aspectos centrais: a formação de um poderoso movimento popular e uma intensa luta para o controle político das estruturas do aparelho do Estado.

Para António Barreto (2017), “organizadas ou espontâneas, as massas e as multidões nunca faltarão a Revolução” (BARRETO, 2017, p. 108). Logo, percebe-se que o processo social e político iniciado no país incitou profundas mudanças, que segundo Boaventura de Sousa Santos (1984), “caracterizou-se como o movimento social mais amplo e profundo da história europeia” (SANTOS, 1984, p. 18).

Gramsci, emprega o conceito de política em sentido amplo, como prática que supera a manipulação da vida cotidiana, e em sentido restrito, quando utiliza o termo para observar que toda a esfera social é orientada pela política. Diante disto, com o início do processo de transição em Portugal, a política obtém ainda mais destaque e amplitude no cotidiano do país, uma vez que, o embate constante de classes sociais para a conquista da hegemonia, transforma a disputa pelo aumento da influência no Estado e na sociedade. Resultado disto, será a tentativa de ampliação da influência estatal sob a região do Alentejo, que neste processo, impulsionado pelas forças de mudanças, tomou frequentemente a iniciativa das transformações sociais, econômicas e políticas.

A este processo de lutas pelo domínio do aparelho estatal ocorrido em Portugal Boaventura de Sousa Santos (1990) denomina de Estado dual, posto que, houve a formação, por um lado, “de estruturas, práticas e ideologias administrativas tradicionais mantidas quase intactas; do outro, novas estruturas com um papel tão só ensaiado e ainda de contornos políticos muito vagos” (SANTOS, 1990, p. 35).

Por conseguinte, será Veiga Simão⁴⁹ designado por Spínola (presidente da República escolhido pela Junta de Salvação Nacional) para a elaboração do programa do I Governo provisório. Logo, no plano político geral, o programa era, no dizer de Freitas do Amaral (1995), “moderado, centrista e neoliberal, com um conteúdo europeísta em política externa, liberal em política econômica e socialmente generoso em política social” (AMARAL, 1995, p. 169).

⁴⁹ Foi ministro da educação entre os anos de 1970 a 1974; embaixador de Portugal nas Nações Unidas entre 1974 e 1975; deputado pelo partido socialista (1983-1985); e exerceu o papel de ministro da indústria e energia (1983-1985), e ministro da defesa nacional (1997-1999).

Neste processo, o I Governo provisório tomou posse no dia 16 de maio de 1974, tendo sido composto por membros do PCP, dos socialdemocratas do Partido Socialista e dos liberais do Partido Popular Democrático (PPD), numa coligação instável que conseguiu se manter somente dois meses⁵⁰ diante dos conflitos sociais e políticos deflagrados no país. A queda deste I Governo se deu devido à rejeição do seu programa. Além disso, é importante sublinhar que a formação deste quadro político, foi marcada inicialmente pelos partidos democráticos que se uniram para evitar que ocorresse o controle político do país somente pelos militares mais radicais do MFA.

Vale destacar que em Portugal o quadro político que surgiu foi marcado por um “deslizar geral para a esquerda socialista, comunista e revolucionária” (BARRETO, 2017, p. 109). Assim, dois partidos tentam catalisar este cenário aos seus interesses políticos, sendo estes: o partido Socialista e o partido Comunista. Mediante isto, o PCP teve como estratégia central a “Aliança Povo-MFA”, tentando apoiar-se nos militares para concretizar o seu programa político.

Destaca-se que a luta central que se abriu no país foi pelo controle político do Estado, bem simbolizada nos conflitos entre as forças sociais e políticas “hegemonizadas pelo partido Socialista de um lado, pelo partido Comunista do outro e nas fraturas profundas que se verificaram na direção política do MFA” (SANTOS, 1984, p. 22).

Sobre este curso da história portuguesa, António Barreto (2017) nos apresenta em sua obra *“Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal (1975-1976)”* importantes detalhes do quadro político que surgiu no país, ao destacar que a esquerda era favorável a existência de um poder provisório. Já a direita, queria uma fixação política que fosse rápida e com eleições presidenciais. Assim:

Os comunistas e o MFA sabiam que a legitimidade revolucionária lhes dava vantagens e lhes permitia mais conquistas do que as eleições. Tanto a organização partidária e sindical do PC como a militar do MFA eram trunfos de peso, tanto mais que os outros não tinham organização digna desse nome. Apesar do entusiasmo e da forte adesão popular, era evidente que as eleições dariam ao MFA e aos comunistas um lugar na vida política bem menos importante. As eleições fazem quase sempre perder aqueles que fazem as revoluções (BARRETO, 2017, p.111).

Nestas circunstâncias, as forças moderadas e a direita portuguesa, por falta de apoio, viam nas eleições constituintes um fator que poderia garantir seu poder e sua

⁵⁰ De acordo com Raquel Varela (2012), “a sua queda tem sido interpretada por vários investigadores como o resultado, sobretudo, de divisões no seio do governo e do MFA e da Junta de Salvação Nacional sobre a solução para a guerra colonial, em que o general António de Spínola representaria o arrastar da solução para as colónias, numa tentativa de prolongar o domínio português em África, enquanto o MFA, o PCP e o PS queriam a independência das colónias” (VARELA, 2012, p. 405).

salvação. Afinal, perdiam cotidianamente posições no aparelho Estatal, na administração, nas Forças Armadas e até na imprensa.

Constata-se que durante este processo de transição política da história portuguesa, a direita manteve presença. Contudo, como se deu a sua atuação depois da desarticulação do regime estadonovista? Diante desta questão, cabe destacar que esta expressou-se através dos partidos políticos (alguns exemplos destes foram o PDC, MPP⁵¹, PL⁵², PSDI, PTDP⁵³) e também por meio da clandestinidade⁵⁴, organizada nos grupos armados⁵⁵.

Segundo Riccardo Marchi (2012), o objetivo comum de todas estas forças políticas, “com exceção das mais irredutíveis, era a conquista da legitimidade democrática, declarando a própria fidelidade aos princípios e aos projetos expressos pela ala moderada do MFA” (MARCHI, 2012, p. 80). Posto isto, em um panorama de marginalização política muitos dos partidos da direita aproximaram-se das forças militares e civis reunidas a volta de Spínola.

Nesta conjuntura, o Partido Socialista tentava dar força a um programa revolucionário, cujo objetivo era conciliar a Democracia e a Revolução social em curso. Já o Partido Comunista Português, juntamente com o MFA, ia assumindo e tomando cada vez mais conta do poder e das responsabilidades políticas do Estado durante o ano de 1974.

⁵¹ “A direita católica reúne-se em dois diferentes partidos: o Partido da Democracia Cristã (PDC) e o Movimento Popular Português (MPP). O PDC, fundado em 10 de maio de 1974 a partir de uma cisão de direita do Partido Cristão Social Democrático (PCSD), pretende reunir os liberais e os conservadores democratas-cristãos, inspirando-se, segundo as declarações do seu líder Nuno Calvet de Magalhães, na tradição antissalazarista. Esta declaração é sem dúvida excessiva uma vez que entre os fundadores do partido aparecem vários Salazaristas e Marcelistas, alguns até com um passado na extrema-direita desde os anos 30. O MPP é fundado em 15 de julho de 1974, com base na rede do Círculo de Estudos Sociais Vector (CESV) e da revista Resistência, de António da Cruz Rodrigues e se inspira no catolicismo antiprogressista de Jean Ousset” (MARCHI, 2012, p. 79).

⁵² “Quanto aos meios monárquicos, em 28 de maio surge o Partido Liberal (PL), como dissidência de direita da Convergência Monárquica. O partido, presidido por José Almeida Araújo e pelo tenente-coronel António Figueiredo (secretário-geral), recusa a orientação demasiado progressista dada pela maioria dos aderentes ao Partido Popular Monárquico (PPM), quando da sua fundação” (MARCHI, 2012, p. 79).

⁵³ “Na defesa do modelo liberal-capitalista para Portugal, forma-se, no dia 25 de maio, o Partido Social Democrata Independente (PSDI). A Social -democracia antimarxista inspira também o Partido Trabalhista Democrático Português (PTDP), fundado no dia 3 de maio de 1974. Finalmente, um efêmero Partido Nacionalista Português (PNP) é fundado no Porto em 24 de julho de 1974, por antigos membros da Legião Portuguesa” (MARCHI, 2012, p. 79).

⁵⁴ “A luta armada anticomunista consubstancia-se, entre maio de 1975 e março de 1976, em 405 ações terroristas, entre arrebentamentos de bombas, assaltos às sedes políticas, incêndios, tiroteios e agressões físicas. Destas, 34% têm como objetivo direto o PCP, com mais de uma centena de sedes assaltadas apenas no período julho-novembro de 1975” (MARCHI, 2012, p. 88).

⁵⁵ Dentre estes, “o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e o Exército de Libertação de Portugal (ELP)” (MARCHI, 2012, p. 13).

Para Neill Lochery (2015), embora sua importância como “catalisador e figura simbólica da revolução, Spínola⁵⁶ não era um político hábil, nem experiente” (LOCHERY, 2015, p. 34). Ocorreu a sua tentativa de assegurar a liderança do país⁵⁷, porém, acabou renunciando ao cargo no dia 30 de setembro de 1974, entregando a presidência ao general Costa Gomes, que era tido como mais sintonizado com os sentimentos do movimento revolucionário.

Com a demissão de Spínola, uma série de episódios sucederam tal fato, levando o país a uma intensa agitação que resultou na ampliação das ocupações. “Casas, empregos, cargos na administração ou empresas, tudo poderia ser ocupado” (BARRETO 2017, p. 113). Ainda de acordo com António Barreto (2017) com as ocupações, o Partido Comunista português e o Partido Socialista, cresceram substancialmente, especialmente devido à distribuição de empregos e responsabilidades institucionais nas zonas urbanas do país.

Diante disto, é válido frisar o que Boaventura Sousa Santos (1984) apresenta, afinal, muitas das análises produzidas têm evidenciado a capacidade das forças políticas (ou seja, dos partidos políticos, sobretudo do PCP) de hegemonizar, manipular e utilizar para fins políticos os movimentos populares. No entanto, para este autor é importante destacar igualmente que os movimentos sociais não se reduziram a tais manipulações, uma vez que:

Tiveram em muitas situações genuínas espontaneidades, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projetaram de forma inovadora soluções autônomas para os problemas das classes trabalhadoras no domínio da habitação, atividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária, asseguram o funcionamento mínimo do processo produtivo face ao defensismo absentista ou mesmo ao boicote do patronato, identificaram ou ampliaram carências sociais que o ambiente simbólico concentracionário do Estado Novo não tinha permitido revelar e, enfim, alargaram e aprofundaram o conceito de política no próprio processo de capacitação social das classes populares (SANTOS, 1984, p. 19).

⁵⁶ Segundo Boaventura de Sousa Santos “a partir de finais de setembro de 1974, com a renúncia do general António de Spínola, a burguesia foi no seu conjunto, colocada na defensiva e, com a agudização das lutas sociais que se seguiu, a própria fração industrial-financeira acabou por perder a sua base de acumulação” (SANTOS, 1984, p. 19).

⁵⁷ Percebe-se que a tentativa de assegurar sua liderança como presidente da República e de construir um consenso nacional, junto a questão do apoio que possuía de alguns setores conservadores da sociedade portuguesa, civil e militar, culminou em setembro de 1974 na manifestação de apoio a este general que ficou conhecida como “maioria silenciosa”, evento este que desejava a ampliação dos poderes políticos de Spínola. Contudo, o MFA conseguiu barrar esta tentativa contrarrevolucionária, resultando na sua demissão.

Contudo, no governo provisório, multiplicavam-se os impasses e discordâncias. Segundo António Barreto (2017), faltava unidade, pois o poder político residia principalmente nas Forças Armadas, cabendo ao Partido Comunista, como uma de suas estratégias, ampliar sua influência para conseguir conquistar o poder⁵⁸.

É de suma importância destacar que a presença de um Partido Comunista em governos europeus era algo que provocava um desconforto durante os anos que decorreu a Guerra Fria. Deste modo, uma Revolução que fora gerada por circunstâncias internas de Portugal, “adquiria uma dimensão internacional com os Estados Unidos, as potências da Europa e a União Soviética a tentarem influenciar o processo de transição para um novo regime político” (LOCHERY, 2015, p. 43).

Neste contexto, como uma das primeiras tentativas de dar coerência as ações do governo, foi criado o Programa de Política Social e Económica, denominado de Plano Melo Antunes, um programa moderado e de inspirações socialista e socialdemocrata. Aprovado em janeiro de 1975, tornou-se público pouco depois, quando o clima político do país começava a se agitar, por conta da organização das eleições (prevista para o mês de março) para a formação da Assembleia Constituinte.

Nas Forças Armadas as mudanças sucederam-se, posto que, se debateu publicamente sua institucionalização. Assim, praticamente ninguém se opôs a sua transformação em poder constituído, entretanto, as formas como as campanhas feitas pelo MFA (para ganhar mais apoio ao seu projeto), foram recebidas, alternaram-se bastante de um lugar para outro nas distintas regiões do país, afinal, em certos lugares foram bem recebidas e em outros ocorreram hostilidades⁵⁹.

Quanto à institucionalização do MFA, Raquel Varela (2012), por sua vez, interpreta que “a rapidez com que se desenvolveram as ocupações e greves entre fevereiro e março de 1975, levou todos os partidos prudentemente a apoiar um reforço dos militares

⁵⁸ “Para além de o programa do MFA ser um programa democrático coincidente com o programa do PCP de “revolução democrática e nacional”, Álvaro Cunhal (líder do PCP) já tinha nesse momento a antevisão de que as eleições o iriam colocar numa posição mais fraca em termos de representatividade política. O PCP procurou no MFA um parceiro de direção, uma forma de reconstruir uma direção frente-populista, uma vez que tudo indicava – e a direção do PCP tinha consciência disso – que o PS iria ganhar as eleições com uma margem suficiente para pôr em causa a coligação nos moldes em que tinha funcionado até aí, acelerando a disputa por setores chave do aparelho de Estado (Ministérios das Finanças, Comunicação Social, Trabalho e Agricultura)” (VARELA, 2012, p. 408).

⁵⁹ Diante disto, “para dar mais força aos seus argumentos, o MFA inicia suas campanhas de dinamização cultural. Regimentos inteiros, militantes comunistas e de extrema-esquerda, grupos de teatro e cantores, médicos e economistas partem para o campo, sobretudo para o Norte e o Centro, para animar e dinamizar as populações rurais. Discutem-se problemas, faz-se o inventário das necessidades e carências, propõem-se soluções. Nada lhes escapa: a saúde, a habitação, a cultura, a educação e a reforma agrária. As sessões de esclarecimento são os locais ideais para a agitação e a propaganda” (BARRETO, 2017, p. 116).

no aparelho de direção do Estado” (VARELA, 2012, p. 408). Neste cenário de acordo com Barreto (2017), o Partido Socialista, embora favorável à institucionalização, declarava através de Mário Soares a prerrogativa de que as eleições deveriam ocorrer a qualquer custo, e, por conta disto, que não se distanciou do processo político em curso.

Por conseguinte, em 11 de março de 1975, uma tentativa de golpe⁶⁰, dirigida pelo general Spínola que queria voltar ao poder⁶¹, resultou em uma mobilização geral dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade para impedi-lo, assim como, do MFA e do PCP (este último, impulsionando a participação dos sindicatos). Contudo, “o golpe foi derrotado e os seus responsáveis presos, entre eles vários oficiais” (VARELA, 2012, p. 409).

Diante disto, iniciou-se uma nova fase das ocupações de casas, empresas, fábricas e a mobilização popular aumenta novamente, consolidando-se nas greves. Economicamente, como aponta Neill Lochery (2015), havia uma probabilidade muito real do país entrar em falência. Estas instabilidades políticas, instalaram a desorganização da vida institucional e econômica, que para António Barreto (2017, p. 114) “são próprias dos momentos de revolução ou de mutação social”.

Neste processo, o Conselho da Revolução⁶² foi criado, tornando-se o ponto central das decisões políticas arquitetadas para o futuro do país. Foi pensado como uma das saídas políticas para a crise em curso e um meio pelo qual se objetivava criar um centro de autoridade do Estado. Dito isto, podemos perceber com a criação do Conselho da Revolução⁶³, que ele se apresentou como uma instituição que possuía a legitimidade popular e a força militar, fatores importantes para isolar e afastar os organismos que foram apoiantes da ditadura estadonovista, assim como, para o processo de consolidação democrática.

⁶⁰ Raquel Varela (2012) aponta que “um dos eixos militares do golpe era o controle do Regimento de Artilharia Ligeira 1 (RAL 1) de Lisboa pelos paraquedistas. Mas os paraquedistas, depois de algumas horas daquilo que veio a ser considerado um mal-entendido – não sabiam por que tinham saído da unidade com ordens para cercar o RAL 1” (VARELA, 2012, p. 409).

⁶¹ Este evento foi marcado pela atuação das forças políticas e sociais que tinham constituído a base central de apoio a Spínola durante sua atuação política no processo revolucionário. Estes queriam Spínola novamente no poder e desejavam reverter a situação política de Portugal, na qual o MFA atuava com grande influência do PCP, e o país vivia uma crescente manifestação popular nas questões políticas.

⁶² O Conselho absorve as funções da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do Conselho dos Vinte. É válido destacar que este último (Conselho dos Vinte), foi um organismo político composto pelo presidente da República, pelos três chefes dos ramos das Forças Armadas portuguesa, pelo chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas e pelo seu vice, assim como, por quatorze oficiais do MFA.

⁶³ “A sua criação não invalidou a escalada de crise no seio do MFA, que brota da ruptura entre o PCP e o PS a seguir ao 11 de março e às eleições de abril de 1975, e que vai levar ao desmembramento do MFA ao longo do chamado ‘verão quente’ de 1975” (VARELA, 2012, p. 410).

Posteriormente, em 11 de abril de 1975, foi assinado o Pacto MFA- partidos⁶⁴, que reservava um lugar no futuro constitucional ao MFA⁶⁵, bem como, lhe dava um direito de tutela sobre certos capítulos da futura Constituição.

Segundo Raquel Varela (2012, p. 410), o MFA possuía algumas vantagens que o colocavam numa posição destacada para estabilizar o Estado durante o processo revolucionário: tinha o prestígio da derrubada do regime; o apoio do PCP, o maior defensor da “Aliança Povo-MFA”, e o controle das armas. Todavia, a crise que se instalou internamente neste movimento, mostra-nos também, suas fragilidades.

No que tange às campanhas eleitorais que ocorreram em fins de março e em abril de 1975, um cenário de agitação emergiu. Em vista disto, realizavam-se comícios por todo Portugal, as disputas pelo poder ampliavam-se e surgia o anseio da consolidação deste, através das eleições para a Assembleia Constituinte, que ocorreriam em 25 de abril de 1975.

Neste ínterim, o Partido Socialista acabou deixando o IV Governo provisório e mais tarde o PPD (liberais) também. Posteriormente, ocorreu a queda do governo em finais de julho de 1975, fator este que resultou na formação de um novo governo provisório em 8 de agosto de 1975, o quinto até então, formado por simpatizantes e apoiadores do PCP e liderado por Vasco Gonçalves. Neste processo de desequilíbrio do poder, vale destacar as palavras de Valério Arcary (2012) no seu artigo “*A revolução solitária*”:

A partir do V governo provisório, no verão quente de 1975, Cunhal foi acusado pelo Partido Socialista, dirigido por Mário Soares, de estar tramando um “golpe de Praga”, ou seja, uma insurreição para tomar o poder. Soares, desafiou a hegemonia da mobilização de ruas que, até então, o PCP detinha, levando centenas de milhares às ruas contra Vasco Gonçalves e, apoiado pela hierarquia da Igreja, pela embaixada americana, e pelos governos europeus, estimulando a divisão do MFA que se expressou através do “Grupo dos Nove” (ARCARY, 2012, p.16).

Para tanto, o Partido Socialista organizava comícios e manifestações as quais tecia duras críticas ao MFA, ao Partido Comunista e ao governo de Vasco Gonçalves. Assim sendo, o PS desloca-se da aliança com o PCP em direção a um amplo bloco social que

⁶⁴ Pacto entre o MFA e PS, PPD, PCP, MDP, FSP e CDS.

⁶⁵ “Os termos da Plataforma do acordo previam o respeito pelo Programa do MFA e defendiam que a futura Assembleia Constituinte deveria ser elaborada de acordo com o presente na Plataforma; reafirmava que não cabia à Assembleia Constituinte fazer nenhum tipo de alteração ao Governo Provisório (c-5); impedia que se pusesse em causa a institucionalização do MFA e obrigava a sua inclusão na nova Constituição (c-6)” (VARELA, 2012, p. 409).

“reúne setores da direita e da igreja – e o PCP fica sozinho, restando-lhe como aliados setores em que o partido não confiava ou não controlava” (VARELA, 2012, p. 411).

Mediante este quadro de crises políticas, surgiram as divisões que se consolidaram no seio do próprio MFA, que por sua vez, passou por uma nova radicalização. Consequentemente, ocorriam divergências entre os militares favoráveis ao Partido Comunista e os que apoiavam outros partidos, como o PS. Por outro lado, “desenhou-se também um bloco moderado que se reconhece no Grupo dos Nove”⁶⁶ (BARRETO, 2017, p. 120). Este grupo foi formado por militares liderados por Melo Antunes⁶⁷, assim sendo, juntos se apresentaram contra às teses políticas presentes no documento “Aliança Povo-MFA”.

Logo, como veremos, o reflexo deste processo de instabilidade política, resultou entre julho e setembro de 1975, nos campos alentejanos, na elevação do número de ocupações das terras, pois a aprovação das leis de Expropriação e Nacionalização, deu gás aos sindicatos e seus aliados.

Embora recém formado, o V Governo⁶⁸ já estava em curso a composição do sexto. O PCP⁶⁹, neste processo, tentava se desvencilhar do V Governo, já possuindo objetivos claros de se integrar ao sexto. Desta forma, posteriormente, Vasco Gonçalves foi retirado do poder, formando-se então, o VI Governo em 19 de setembro de 1975, o qual foi chefiado por Pinheiro de Azevedo. Com isto, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático regressaram ao poder, já o Partido Comunista continuou, porém, com uma participação menor. Diante disto, para Raquel Varela (2012, p. 421) “é consensual entre a historiografia portuguesa que Portugal estava, durante o VI Governo, a viver uma crise político-militar e que o desfecho da Revolução se aproximava”.

⁶⁶ “Neste grupo, o Partido Socialista acreditava finalmente ter encontrado um interlocutor militar, sem o qual a sua ação teria o risco da ineficácia” (BARRETO, 2017, p. 120).

⁶⁷ Este foi um militar e um dos membros do Conselho da Revolução.

⁶⁸ “Nas negociações para a formação do V Governo, Vasco Gonçalves procurará fazer um governo plural, dentro da órbita da esquerda, mas sem sucesso. A 29 de julho de 1975, Melo Antunes abandona a pasta dos Negócios Estrangeiros; no dia imediato, é seguido por Jorge Sampaio e João Cravinho, do MES (Movimento de Esquerda Socialista). A 4 de agosto de 1975 é a vez de Otelo Saraiva de Carvalho, próximo da extrema-esquerda. No dia 8 de agosto dá-se a tomada de posse do V Governo. Nesse mesmo dia, um grupo de militares próximos do PS – Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Vítor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves e Vítor Crespo – torna público um documento que dizia recusar “o modelo de sociedade socialista de tipo Europa Oriental” e rejeitar o modelo “de sociedade socialdemocrata em vigor na Europa Ocidental”, publicado na véspera, à tarde, numa edição especial do *Jornal Novo*. Fica conhecido como Documento dos Nove. O mesmo jornal publica nesse dia uma nota de Mário Soares exigindo a demissão de Vasco Gonçalves” (VARELA, 2012, p. 415).

⁶⁹ “O apoio do PCP é, desde o dia da tomada de posse, esquivo, e o Partido iniciará a partir desse período um processo de crescente ruptura com a esquerda militar, que não controla na totalidade e de quem desconfia” (VARELA, 2012, p. 415).

A campanha anticomunista do Partido Socialista estruturava-se cada vez mais. Assim, o PCP foi acusado pelo PS e seus integrantes de desejar instituir em Portugal uma ditadura comunista. Logo, o Partido Socialista apresentava-se como a direção capaz de “resgatar a liberdade das malhas da coletivização, do controle sindical, do anticatolicismo, da ditadura dos meios de comunicação social, procurando dessa forma, consolidar o apoio dos setores intermédios da sociedade portuguesa” (VARELA, 2012, p. 414).

A atuação do VI Governo foi inicialmente bem difícil, afinal, não tinham o apoio dos militares. Por conta disto, como esses acontecimentos afetaram o Alentejo em meio a esse novo cenário político? No que se refere a esta questão, segundo António Barreto (2017) o Partido Socialista, conservou o seu programa revolucionário:

Será nomeadamente o caso da reforma agrária: os socialistas são francamente favoráveis as expropriações e às várias formas de cooperativismo e mesmo de coletivismo. Em consequência, até pelo menos outubro e setembro de 1975, não se mostravam críticos do que se tinha desenrolado no Alentejo (BARRETO, 2017, p. 123).

Os dois primeiros meses de governo moderado representaram o período de maior intensidade de ocupação de terras. Para o sociólogo António Barreto (2017) a razão do paradoxo, reside principalmente numa medida tomada pelos ministros das Finanças e da Agricultura (Salgado Zenha e Lopes Cardoso) “que forneceram os créditos públicos, com aval ou garantia do Estado, ao pagamento de salários nas herdades ocupadas” (BARRETO, 2017, p. 123).

Em fins de 1975, a crise econômica, política e social alastrou-se em todo o país. Reflexo da crise política, a crise econômica encontrará ainda certos impulsos, tais como: “a parada da emigração, dificuldades econômicas dos países ocidentais, choque petrolífero, desemprego nas cidades e nos campos” (BARRETO, 2017, p. 124).

Em novembro de 1975, além da independência de Angola, com a supremacia absoluta do MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), ocorreram fatores que fizeram com que o referido mês fosse decisivo, afinal, ocorreram uma série de greves, e por conta disso, o governo se sentia impotente e exigia do presidente da República certa autoridade. Assim:

Não será por iniciativa do presidente da República que o governo obtém o que deseja e precisa. O presidente encarna pessoalmente a dualidade do poder. Depois de ter dado saída a Vasco Gonçalves e posse a Pinheiro de Azevedo, o general Costa Gomes recebe os manifestantes revolucionários a 20 de Novembro, a quem afirma que em Portugal não haverá jamais uma socialdemocracia. Quando o governo entra em greve, o presidente não deixará de o censurar, em nome próprio e do

Conselho da Revolução, de que é o presidente também (BARRETO, 2017, p. 126).

A Assembleia Constituinte que tinha se formado, possuía o papel central de elaborar uma nova Constituição para o país. Logo, nesta altura já estavam aprovados: a “transição para o socialismo, a apropriação coletiva dos meios de produção, o controle de gestão das empresas públicas ou privadas, a autogestão e a reforma agrária, incluindo a coletivização dos campos” (BARRETO, 2017, p. 125).

Em 12 de novembro de 1975, ocorreu uma manifestação reivindicativa de milhares de trabalhadores portugueses, que reunidos cercaram por dois dias “o palácio de São Bento em Lisboa, onde se encontrava a Assembleia Constituinte (VARELA, 2012, p. 421). Esta manifestação partiu, sobretudo, dos trabalhadores da construção civil que queriam apresentar suas reivindicações laborais ao Ministério do Trabalho. Contudo, com a recusa em atendê-los, logo se transformou em uma mobilização contra o VI Governo, que neste cenário, resolveu suspender suas funções no dia 20 de novembro.

Entre 20 e 23 de novembro, os socialistas realizaram uma sequência de comícios e manifestações, nas quais criticavam abertamente o presidente da República Costa Gomes. De acordo com António Barreto:

Por outro lado, discretamente, oficiais prepararam respostas e várias unidades se aprontam. Ramalho Eanes, Garcia dos Santos, Loureiro dos Santos, Pires Veloso, Jaime Neves e o Grupo dos Nove, entre outros conduzem uma operação cuidadosamente estudada. Em jeito de contragolpe os revolucionários são derrotados. O estado de sítio dura poucos dias. A relação de forças mudou completamente (BARRETO, 2017, p. 127).

Em 25 de novembro, na sequência da declaração de estado de sítio em Lisboa e da suspensão temporária e parcial das liberdades democráticas, ocorreu a consolidação de um novo cenário político. Posto isto, quando o governo retorna às suas funções, mudanças no Conselho da Revolução consolidaram os novos equilíbrios políticos, afinal foi reduzido substancialmente seus poderes. Na administração e nas Forças Armadas, os dirigentes e comunistas, foram sendo gradativamente substituídos.

Logo, um segundo Pacto-MFA-partidos⁷⁰ foi assinado. Neste, os militares acabaram perdendo muitos de seus antigos privilégios políticos, especialmente, no que se

⁷⁰ De acordo com António Barreto (2017) “o segundo pacto assinado a 26 de fevereiro de 1976, dá satisfação ao PS, ao PPD e ao CDS. O PC também assina, reconhecendo com realismo, as novas relações de forças. Os próprios militares parecem satisfeitos: ficam com lugar honroso. Conservam uma larga autonomia política e jurisdicional, além de assegurarem as funções de tribunal constitucional. Em certo sentido, os militares conseguiram o essencial: não serão julgados pelo apoio ao antigo regime e à guerra colonial, nem pela descolonização ou pelos excessos da revolução” (BARRETO, 2017, p. 130).

referia a questão de possuírem o poder de interferência na composição da Constituição. Diante disto, as futuras eleições legislativas e presidenciais passaram a ser a principal preocupação dos partidos durante o início de 1976. Posto isto, de acordo com António Barreto (2017) os confrontos políticos entre os militares tiveram uma trégua, uma vez que, o mais importante no momento seria a consolidação da Constituição e das eleições presidenciais, tão esperada pelos quatro partidos: PS, PC, PPD, CDS⁷¹.

O texto da Constituição, por sua vez, foi promulgado em 2 de abril e entrou em vigor no fim deste mês. Nestas condições, a vida política e social de Portugal em 1976 tomou novos rumos. Entretanto, as marcas de 1975 ainda eram sentidas, pois o país vivia o reflexo daquilo que foi uma profunda revolução social e política, visto que, a sociedade estava dividida e nítidos problemas ainda existiam, porém, todos os partidos desejavam que ocorressem as eleições, e para isto, não almejavam que novos conflitos viessem à tona.

No que se refere especificamente ao Alentejo, em 1976, o PCP ainda exercia forte influência sob a região. Todavia, a agitação no período citado decresce, uma vez que, o principal interesse das Unidades Coletivas de Produção (UCP), que foram modelos coletivistas de exploração agrícola, era a legalização, fator este que levará à publicação dos seus estatutos. No que se refere as Associações de Agricultores, estas estavam mais agitadas, pois teciam duras críticas, juntamente com o PCP, ao então Ministro da Agricultura Lopes Cardoso⁷², por conta das suas condutas referentes às terras alentejanas.

No tocante às eleições presidenciais, o PS encaminhou aos militares os nomes dos três oficiais que estava propenso a apoiar, estes escolheram o nome de Ramalho Eanes. Outros dois partidos (PPD e CDS) destinaram apoio a este candidato também. O PCP apoiou Octávio Pato⁷³. Além disso, Pinheiro de Azevedo⁷⁴, decidiu concorrer também, não se conformando com a falta de apoio dos partidos que compuseram o VI Governo provisório. Otelo Saraiva de Carvalho, por sua vez, apresentou-se em nome de outros partidos da esquerda.

Portanto, nota-se que o processo de formação de um Estado democrático em Portugal, foi marcado por uma intensa luta de diferentes projetos que buscavam a

⁷¹ Partido Socialista; Partido Comunista; Partido Popular Democrático; Centro Democrático e Social.

⁷² “Depois de uma comissão de análise dos problemas decorrentes da reforma agrária, o ministério mandou entregar a terra a umas centenas de seareiros e outros pequenos agricultores” (BARRETO, 2017, p. 131).

⁷³ Este foi um dos dirigentes e militantes do PCP. Antes da Revolução dos Cravos (em dezembro de 1961) foi preso pela PIDE, um dos sustentáculos do regime estonovista.

⁷⁴ Durante o processo de democratização do país assumiu funções políticas como a de primeiro-ministro do VI Governo provisório.

hegemonia. Neste cenário, quem venceu as eleições presidenciais de 27 de junho de 1976, foi Ramalho Eanes. Deste modo, as bases do Estado constitucional e democrático representativo encontravam-se criadas. Logo, Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, seria nomeado primeiro-ministro do país. Diante disto, posteriormente buscou-se apresentar que estas dinâmicas e mudanças de poderes tiveram significativos reflexos no decorrer da Revolução Agrária do Alentejo.

2.2 Os (des)caminhos da reforma agrária no Alentejo

Concomitantemente às manifestações de felicidade pela destituição da ditadura estadonovista, as várias classes da sociedade rural dos campos do sul de Portugal deram início à organização dos seus principais objetivos. Nestas circunstâncias, após a Revolução dos Cravos, se formou um cenário de intensas agitações políticas e mudanças, marcado por embates de diferentes projetos políticos, que ecoaram diretamente na região alentejana.

Contudo, paradoxalmente, os primeiros a se mobilizarem foram os grandes proprietários agrícolas, que organizaram em maio de 1974, por meio da liderança dos empresários, a Associação Livre de Agricultores (ALA), constituindo-se em uma antecipada defesa em relação a uma eventual reforma agrária na zona do latifúndio. Por conseguinte, “cerca de um mês depois, em junho⁷⁵, surgiram as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, procurando enquadrar e dar resposta aos anseios das classes intermédias do mundo rural do país” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1191).

Para tanto, a Revolução portuguesa mudou radicalmente o rumo da vida social, tanto dos grupos das elites, muitos dos quais se viram despojados dos seus bens e meios de subsistência, como das classes tradicionalmente menos privilegiadas, que assumiram em muitos casos a liderança das instituições emergentes, como os sindicatos e as novas

⁷⁵ “Apesar de não possuírem qualquer estrutura organizativa a data do 25 de abril de 1974 e das últimas lutas reivindicativas remontarem a 1962 (onde é conquistado o horário de trabalho diário de oito horas), os assalariados rurais, a partir de junho de 1974, constituem sindicatos de âmbito distrital, aprovam cadernos reivindicativos onde consta a exigência de aumentos salariais e a garantia de emprego, e iniciam, de imediato, um processo negocial, concelho a concelho, com os agricultores organizados na ALA. Destas negociações resultam a assinatura das primeiras convenções de trabalho rural, para vigorarem só durante o verão de 1974, as quais incluem a quase totalidade das reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Por exemplo, no distrito de Beja, Alentejo – paredes meias com a Andaluzia –, sul de Portugal, os trabalhadores agrícolas conseguem, pela jornada de trabalho de 8 horas, 160\$00 para os trabalhadores gerais, homens, e 120\$00 para as mulheres, quando, em 1973, os valores praticados eram, respectivamente, de 80\$00 e 45\$00 (Estatísticas Agrícolas para o Distrito de Beja, 1976) e garantia de emprego para todos os homens e mulheres cabeça de casal” (VARELA, PIÇARRA, 2016, p. 1191).

unidades de produção, constituídas a partir dos bens Nacionalizados e Expropriados (ALMEIDA, 2006, p. 139).

Desta forma, após esta inversão de poder, membros das classes menos privilegiadas tomaram conta dos principais cargos de poder local, revertendo a condição de sabotagem econômica⁷⁶ em que se encontravam. Assim, o movimento teve uma significativa adesão popular, apresentando uma forte resistência:

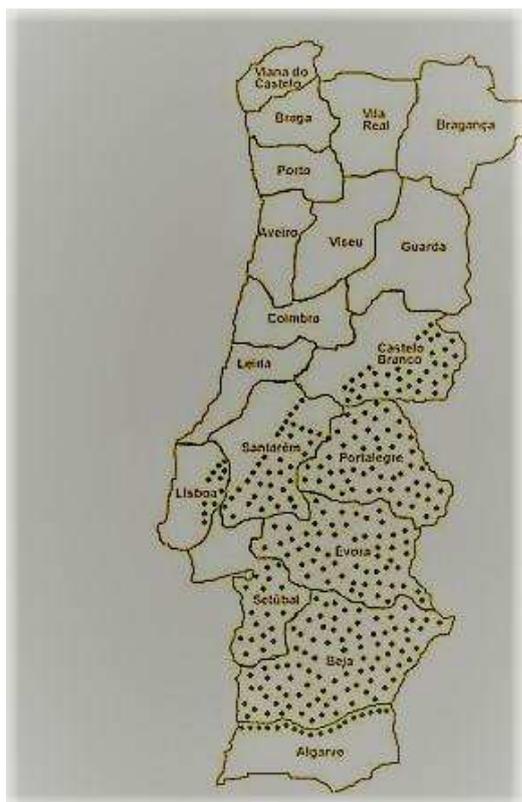
Foi uma demonstração da capacidade dos trabalhadores em encontrar respostas genuínas, criativas, inovadoras para os mais complexos problemas e distintos desafios que tiveram de enfrentar. Foi o testemunho da sua generosidade e do seu humanismo, da sua sede de justiça sem vinganças. Foi uma prova da sua superior maturidade, coragem e determinação. Foi uma confirmação da sua elevada consciência de classe, social e política, assim como, da sua vontade e empenho em construir uma nova, moderna e próspera agricultura. Foi uma confirmação da sua ambição altruísta de querer pôr a terra ao serviço de toda sua comunidade (SOEIRO, 2013, p. 19).

Destaca-se que os trabalhadores rurais mobilizaram-se em defesa da Revolução, efetuando ações contra a propriedade privada e a liberdade empresarial. Diante disto, baseado no que nos aponta Carlos Nelson Coutinho (1989) quanto aos pensamentos de Gramsci, para este teórico a desagregação de uma classe dominante depende diretamente da capacidade da classe dominada de *fazer política*. Logo, em Portugal, os trabalhadores rurais alentejanos terão um importante papel na luta pela hegemonia e na descentralização do poder dos grandes proprietários de terras.

A região que aqui discutimos inclui o Alentejo e uma parte do Ribatejo. Desde 1976 que esta passou a ser designada de ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária), concebida através do Decreto-Lei n.º 236-B/76. Abaixo, temos um mapa que nos apresenta as regiões, cujos limites marcaram a esfera de aplicação das leis fundiárias de Expropriação e Nacionalização:

Imagem 1: Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)

⁷⁶ Este termo é usado por muitos autores que falam sobre a reforma agrária no Alentejo para se referir as ações astuciosas dos latifundiários para prejudicar os trabalhadores rurais, deste modo, Soeiro (2013, p. 171) nos apresenta as expressões destas sabotagens: recusa em fazer os trabalhos agrícolas nas datas próprias; destruição ostensiva da produção agrícola e pecuária; redução intencional das adubações; realização simulada de culturas; realização intencional de culturas impróprias para determinados terrenos (trigo em zonas de aveia e aveia em zonas de trigo); realização de culturas pobres em zonas ricas; recusa em dar emprego aos milhares de desempregados; recusa em cumprir contratos coletivos de trabalho e em pagar salários por trabalhos já realizados; pagamentos dos salários aos trabalhadores impedindo, ao mesmo tempo, a realização de trabalhos agrícolas; lançamento no desemprego de muitos milhares de trabalhadores; arranque de milhares de árvores de fruto; recusa em arrendar terras mesmo daquelas arrendadas em anos anteriores.



(VARELA; PIÇARRA, 2016, p.1198)

Como se pode notar no mapa acima, a ZIRA abrangeu a totalidade dos quatro distritos alentejanos: Beja, Évora, Portalegre e Setúbal⁷⁷, assim como, vários concelhos dos distritos de Lisboa⁷⁸, Santarém⁷⁹ e Castelo Branco⁸⁰, além de freguesias do distrito de Faro⁸¹. Todavia, por sua relevância histórica, é comum encontrar referências à ZIRA, como se apenas do Alentejo se tratasse.

Nos campos do sul do país, com a transição política, ocorreu a mobilização de milhares de pessoas, principalmente dos trabalhadores rurais. Todo este processo que se abriu na região transformou profundamente as estruturas da propriedade. Logo, nas forças políticas que tiveram uma atuação ativa pós-Revolução (o MFA, PCP, PS) cresceram interesses em particular pela região. Dito isto, nota-se que, por conta da Revolução, o destino da ZIRA foi singular.

Alguns autores do campo historiográfico e das ciências sociais se propuseram a analisar os reflexos políticos, econômicos e sociais do golpe de 25 de abril no Alentejo.

⁷⁷ Mais especificamente os concelhos do Sul do distrito de Setúbal.

⁷⁸ Os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja do distrito de Lisboa.

⁷⁹ Mais especificamente onze concelhos do distrito de Santarém.

⁸⁰ Os concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão do distrito de Castelo Branco.

⁸¹ Mais especificamente treze freguesias do distrito de Faro.

Nota-se que as suas contribuições romperam com as análises que se centraram em refletir sobre os reflexos da Revolução dos Cravos, somente no eixo urbano do país. Desta maneira, entende-se que é necessário apresentar as perspectivas conceituais e interpretativas de determinados autores que nos esclarecem sobre a Revolução Agrária do Alentejo, através de ricos debates, que possuem pontos de convergências, mas que também têm algumas divergências em suas interpretações.

Dito isto, para António Murteira (2004), nos seus escritos que compõem a obra “*Uma revolução na revolução - Reforma Agrária no Sul de Portugal*”, a grande originalidade da reforma agrária “está associada ao fato desta ter comportado protagonistas, objetivos e resultados novos que a diferenciou de todas as outras mudanças na posse e uso da terra, ocorridas nos nove séculos de história do país” (MURTEIRA, 2004, p. 17). Em concordância com esta análise, José Soeiro (2013), na sua obra “*Reforma agrária - a Revolução no Alentejo*”, nos apresenta a reforma agrária como a “mais progressista e audaciosa transformação ocorrida nos campos do Alentejo e de Portugal no decorrer de sua longa trajetória histórica” (SOEIRO, 2013, p.17).

António Barreto (2017), nos mostra um olhar bem detalhado e factual de um sociólogo que centra sua reflexão no processo desencadeado nos campos do sul do país, evidenciando como o Partido Comunista Português possuiu uma importante atuação na região. Desta forma, uma das teses da sua obra “*Anatomia de uma Revolução- A reforma agrária em Portugal (1974-1976)*” é a de que a Revolução alentejana “é um fruto da Revolução de abril e o território alentejano aproximou-se do estatuto de um Estado dentro do Estado” (BARRETO, 2017, p. 13).

Antes da Revolução, o cenário encontrado em Portugal era o de predomínio do latifúndio, reflexo da forte defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais durante o Estado Novo. As classes trabalhadoras dos campos alentejanos (assalariados rurais, rendeiros, seareiros, foreiros, arrendadores de terra) não tinham acesso a posse da terra. Por conta disto, o processo da reforma agrária, desencadeado no âmbito da Revolução dos Cravos, que contou com o apoio do MFA e dos governos provisórios, “contribuiu no plano político para a acentuada limitação do poder da classe dos grandes proprietários” (MURTEIRA, 2004, p. 17).

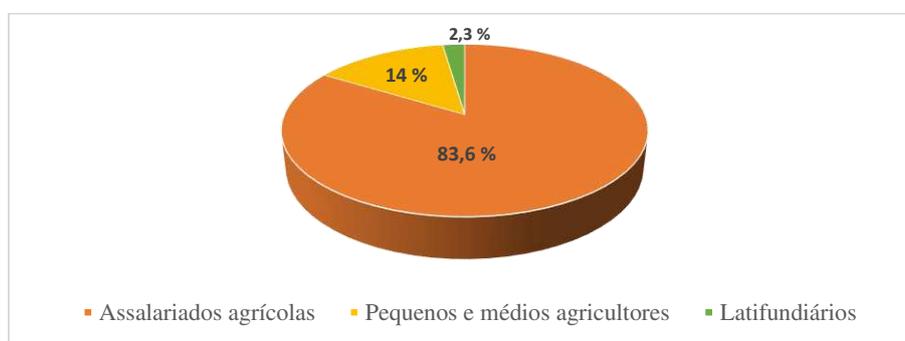
A reforma agrária, para José Soeiro (2013) foi a resposta de homens e mulheres “que forjados em condições inumanas, desapossados, ao longo de gerações, de direitos elementares, não hesitaram e, em boa hora, ousaram tomar em suas mãos a terra que trabalhavam” (SOEIRO, 2013, p. 18). Para António Murteira (2004), por sua vez, a terra

como suporte básico da organização da atividade econômica agrária e fonte de poder, constitui “o cerne de toda a reforma agrária, implicando, na transferência de posse e de uso da terra e dos meios de produção, de classes velhas, para classes novas. O resultado disto, implicará em novas relações sociais e de produção” (MURTEIRA, 2004, p. 17).

José Soeiro (2013) renova a perspectiva dos trabalhadores rurais. Deste modo, embora interprete, assim como António Barreto (2017), o comunismo como a expressão da esperança destes trabalhadores rurais, para esse autor, ainda que influenciados pelo PCP, os trabalhadores dos campos do sul de Portugal, é que decidiam o percurso a ser seguido. Logo, “a Revolução no Alentejo, importante componente da Revolução de abril, foi obra coletiva. Foi consequência de uma consciência de classe, social e política adquirida no viver sofrido de gerações” (SOEIRO, 2013, p. 20). Com isto, para este autor, a Revolução alentejana possuiu objetivos, organização e a força de um povo que estava indignado com cenário vigente.

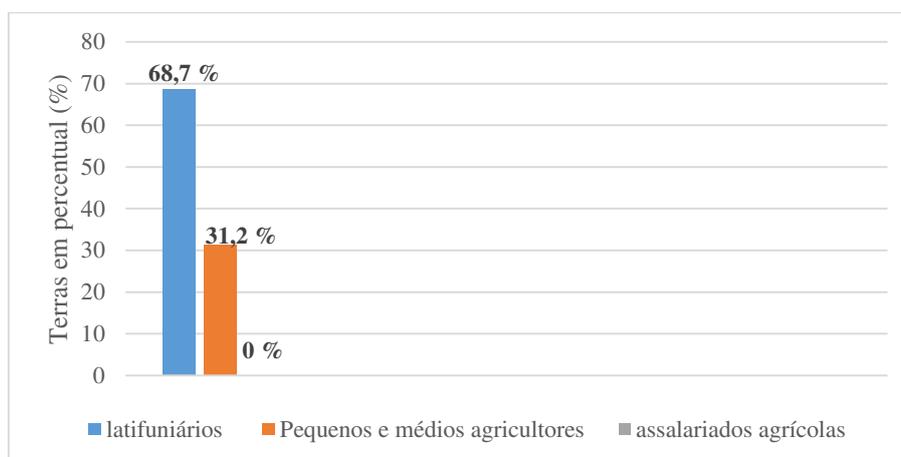
Antes da Revolução do 25 de abril e da reforma agrária, a vida no Alentejo era marcada por três classes centrais: os latifundiários que eram os grandes empresários agrícolas capitalistas (estavam em minoria e possuíam o maior quantitativo de terras); os pequenos e médios agricultores (que pertenciam a pequena agricultura patronal, a agricultura familiar e semifamiliar); os assalariados agrícolas, que não possuíam terras, nem meios de produção e não tinham trabalhos fixos, sendo amplamente explorados e vivendo na miséria (estes eram a maioria). Os gráficos abaixo nos apresentam o percentual correspondente a composição de cada uma destas classes, assim como o de terras que possuíam:

Gráfico 1: Percentual da população das três classes sociais antes da Revolução de 25 de abril



Fonte: MURTEIRA, 2004. Elaboração própria.

Gráfico 2: Percentual do número de terras que cada classe possuía antes da Revolução de 25 de abril



Fonte: MURTEIRA, 2004. Elaboração própria.

O gráfico 1, nos apresenta o percentual da população de cada uma destas classes, antes da Revolução dos Cravos, ao passo que o gráfico 2, revela-nos o percentual de terras que cada classe possuía. Portanto, nota-se que o percentual de terras que os latifundiários detinham correspondia a 68,7%, representando 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil) de hectares, já os pequenos e médios agricultores possuíam 31,2% de terras, o que correspondia a 1.000.000 (um milhão) de hectares.

Ao compararmos o percentual das classes e o de terras que possuíam percebemos uma diferença injusta, afinal, um percentual pequeno (no caso dos latifundiários) de 2,3% concentravam o maior quantitativo de terras (68,7%), já a classe mais numerosa (a dos assalariados agrícolas), que tinha um percentual correspondente a 83,6% da população ativa, não desfrutavam do acesso às terras. Com tais gráficos, percebe-se uma clara condição de sabotagem econômica e de concentração de terras nas mãos de poucos.

Para António Barreto (2017) o calendário revolucionário da região estava defasado do processo político nacional. Logo, ele nos exemplifica que em 1974 a situação estava “mais calma e estável na região alentejana do que nas cidades. Em certos momentos de 1975 é o contrário, pois a agitação agrária prosseguirá muito além dos equilíbrios ou das pausas da capital” (BARRETO, 2017, p. 134). Assim, de acordo com o autor quando ocorria a consolidação da esquerda no centro, a situação se estabilizava no Alentejo. Quando a esquerda perdia hegemonia dentro do governo, os conflitos aumentavam e se enrijeciam na região. O fato é que para este sociólogo:

Os acontecimentos concretos que marcaram as grandes viragens políticas no Alentejo não são sempre, nem são exatamente, os mesmos

que constituem os marcos da política nacional. O 28 de Setembro tem pouca importância; o 11 de março só tem um impacto imediato relativo. Ao contrário, os momentos decisivos no Alentejo quase passaram despercebidos no resto do país. São os casos das primeiras ocupações (janeiro de 1975), da aprovação das leis de expropriação (julho de 1975), dos créditos dos governos para o pagamento de salários das unidades coletivas (setembro de 1975) e da plataforma dos partidos sobre a reforma agrária (janeiro de 1976) (BARRETO, 2017, p. 134).

O II Governo provisório assumiu em 18 de julho de 1974, com o principal objetivo de melhor executar o programa do MFA. Posteriormente, o mês de agosto foi marcado pela consagração legal dos direitos a greve e de reunião em lugares públicos. Ademais, neste referido mês foi ainda publicada uma “legislação relativa ao direito a caça, uma das primeiras reivindicações tradicionalmente exigidas após as revoluções portuguesas” (ALMEIDA, 2013, p. 145). O primeiro decreto, nº 354-A/74, regulamentava a questão rural e criava as associações livres de caçadores, permitindo a caça.

Um dos pontos que foi considerado eixo de confronto foi o fato de existir policiamento particular na propriedade privada. Embora fosse autorizada legalmente, a caça só ocorreria, de fato, caso houvesse a permissão do proprietário. Assim:

Logo após o 25 de abril começaram a ver-se na imprensa exigências para uma nova legislação a este respeito. Havia um simbolismo neste tema que foi importante neste período. Por um lado, a caça como um privilégio dos ricos e como indicador do abandono, da delapidação das potencialidades agrícolas, por conseguinte do latifundismo, portanto, algo a desafiar, a abater; por outro, a vontade por parte de uma grande população de ter acesso a algo que anteriormente estava vedado (ALMEIDA, 2013, p. 146).

Neste contexto, não só as populações locais passaram a caçar em maior quantidade, como também se verificou “um intenso movimento de avanço da população urbana sobre os campos” (ALMEIDA, 2013, p. 147). Este cenário conflituoso e de intimidação por parte dos trabalhadores rurais, em detrimento dos grandes proprietários, teve sua gênese nos sindicatos, principais responsáveis pelas reivindicações:

A linguagem inflamou-se e os relatórios das comissões sindicais dos distritos alentejanos para o governo de Lisboa começam a incluir listas de herdades onde, consideramos objetivamente uma sabotagem econômica por parte dos agrários. Para marcar sua presença na região e contribuir para o aumento da autoconfiança e da força dos trabalhadores rurais, o PCP multiplicou os comícios e manifestações por todo Alentejo (ALMEIDA, 2013 p. 147).

O Partido Comunista Português, percebendo o crescente embate, canalizou a seu favor toda a situação. Destarte, os movimentos de rua e de apelo à união de um grupo num projeto só, “atraíram a população para o partido que mais os promoveu no Alentejo

e cuja propaganda ajudou a dirigir frustrações antigas para o grupo dos proprietários e rendeiros” (ALMEIDA, 2013, p.149). Salienta-se para tanto que o PCP, até os primeiros meses de 1975, tinha uma política de intervir sobre as questões da terra, sem questionar a sua propriedade, objetivando seu correto aproveitamento e lutando contra a concentração fundiária.

Será através da I Conferência de Trabalhadores Agrícolas que o PCP irá assumir a luta pela reforma agrária e de ocupações de terras. Diante disto, partindo da perspectiva gramsciana em que os partidos políticos se apresentam como um importante instrumento para a conquista da hegemonia na luta travada no seio da *Sociedade Civil*, percebe-se que este partido será um importante meio para a direção dos trabalhadores rurais na busca da consolidação destes como classe dirigente. Assim, na I Conferência, Álvaro Cunhal, líder do partido, propõe medidas imediatas, sendo estas:

Expropriação das terras e dos bens dos grandes agrários que pratiquem atos de sabotagem econômica e social; expropriação das grandes propriedades que foram valorizadas à custa de dinheiro do povo (exemplo: obras de rega no Alentejo); arrendamento compulsivo dos incultos das propriedades subaproveitadas (este arrendamento não deverá ser feito de forma que as boas terras fiquem na posse dos agrários e as más terras passem para as mãos do Estado ou dos trabalhadores agrícolas e camponeses pobres); rápida legislação sobre arrendamento rural e baldios; publicação de leis revolucionárias que permitam a punição dos sabotadores (SOEIRO, 2013, p.172).

O PCP tem nos sindicatos agrícolas “uma política mais radical que nos centros urbanos” (VARELA, PIÇARRA, 2016, p. 1206). Desta forma, este partido participou das lutas contra os grandes proprietários de terras, que se uniram por meio da ALA (Associação Livre de Agricultores), que posteriormente organizaram-se na Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Álvaro Cunhal, discursou no fim da Conferência em Évora:

Recuperando a reforma agrária, uma bandeira histórica dos comunistas desde a segunda metade da década do 4º do século XX. Com uma novidade, que é o enquadramento de reforma agrária na nova estrutura de alianças defendida pelo partido. Assim, a reforma agrária passa a ser uma bandeira erguida no quadro da estratégica “Aliança-Povo- MFA” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1206).

A Secretaria de Estado da Agricultura dos três primeiros governos temporários, que tiveram por liderança Esteves Belo, junto a ALA, criou uma política agrícola voltada, sobretudo, para o aumento da produção. Diante deste quadro conflituoso, lança-se o Decreto-Lei nº660/74 de novembro que conferiu ao governo o direito de intervir, após inquérito, nas “empresas privadas individuais ou coletivas que funcionem de forma a não

contribuir normalmente para o desenvolvimento econômico do país” (VARELA, PIÇARRA, 2016, p. 1193). Por consequência, o governo estava autorizado para demitir a administração de uma empresa e indicar uma comissão administrativa nova. António Barreto (2017) aponta que esta medida não será aplicada muitas vezes em 1974, mas, em 1975, o governo recorrerá a ela em múltiplas situações. Diante disto:

A primeira intervenção do Estado português ao abrigo deste diploma legal ocorre no Monte do Outeiro, freguesia de Santa Vitória, concelho e distrito de Beja, em 22 de janeiro de 1975, fato que faz com que o problema da posse da terra ganhe, cada vez mais, espaço de discussão no seio dos assalariados rurais dos campos do sul, criando-lhes a convicção de que a resolução do desemprego se encontra em novas unidades de produção, geridas pelo Estado, constituídas a partir da expropriação do latifúndio e das grandes explorações capitalistas (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1193).

Observa-se que a reforma agrária foi obra dos trabalhadores agrícolas, sendo resultado das suas forças organizadas nos sindicatos que após o 25 de Abril foram formados. Durante tal processo, estes foram apoiados pelo Partido Comunista Português, que lançou a ordem “A terra a quem trabalha”.

Nesta acepção, fazendo uso das palavras de António Murteira (2004), a reforma agrária propôs-se responder à satisfação de dois direitos fundamentais de todo ser humano e de todos os povos, “o direito à liberdade e ao pão” (MURTEIRA, 2004, p. 18). Logo, a questão central que gerou o quadro conflituoso no Alentejo, foi a que se referia a solução do desemprego dos trabalhadores agrícolas. Assim:

Perante a pretensão dos sindicatos em verem garantido emprego para todos os assalariados rurais, os grandes proprietários respondem a uma só voz que a questão do desemprego rural é um problema que os transcende, competindo ao governo solucioná-lo. Nesta conformidade, muitos destes agricultores colocam-se à margem do processo de distribuição de trabalhadores, forma encontrada de resolução do desemprego rural invocando não só a ilegalidade destas distribuições, mas também a dos próprios acordos assinados (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1192).

O sociólogo José Soeiro (2013) apresenta que, para esse processo de reivindicações dos trabalhadores rurais entrar em curso, o Partido Comunista Português⁸² desempenhou um papel central. Para ele, o partido fora o único que, mesmo na

⁸² Para José Soeiro (2013), através de seus impressos (como *O Avante*, *O militante*, *O camponês*), o PCP sempre esteve presente na região da ZIRA. Assim, ele destaca 495 lutas ocorridas só nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, nos anos 40,50 e 60. “Testemunham-no também os arquivos da famigerada PIDE/DGS, a polícia política fascista e os registros das suas tenebrosas cadeias. Deles constam as sucessivas levas de prisões de trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos” (SOEIRO, 2013, p. 29).

clandestinidade⁸³, sempre estivera com os trabalhadores agrícolas, “orientando, organizando, unificando a sua ação em defesa dos seus direitos e aspirações” (SOEIRO, 2013, p. 29).

Se a atuação do PCP não ficou restrita aos anos de Revolução, do mesmo modo também a história do sindicalismo agrícola não começou em abril de 1974. José Soeiro (2013) relata uma série de ações e insurreições no Alentejo que aconteceram no decurso do período do republicanismo no país. Todavia, durante o Salazarismo profundas alterações nas condições de luta dos trabalhadores rurais aconteceram, dentre estas, o fato dos sindicatos agrícolas terem sido dissolvidos⁸⁴, resultando na destituição de muitos dos direitos trabalhistas, razão atribuída à influência dos grandes proprietários agrários no regime, ter sido um de seus sustentáculos centrais. Neste processo, somente depois da queda da ditadura estadonovista, das Casas do Povo⁸⁵, que ressurgiram os sindicatos.⁸⁶

Durante o Estado Novo aos trabalhadores rurais não se empregavam as leis laborais existentes⁸⁷. José Soeiro (2013) nos revela que a estes estava vedada toda e qualquer forma legal de organização, “em virtude disto, qualquer reivindicação ou protesto resultava na repressão e, conseqüentemente na prisão” (SOEIRO, 2013, p. 27).

Os objetivos dos trabalhadores rurais foram muito além da ocupação e do desejo de pôr fim ao latifúndio. Retomando as análises de António Murteira (2004) eles “propõem-se, em cooperação com os pequenos e médios agricultores, criar as condições para o surgimento e desenvolvimento de uma economia mista, assim como, de novas relações sociais e de produção” (MURTEIRA, 2004, p. 18). Depreende-se que este processo inspirou, no plano legislativo uma nova legalidade. Desse modo, “erguia-se uma

⁸³ Diante desta questão, ainda de acordo com José Soeiro, “o PCP estava na frente da luta de defesa dos interesses dos grandes trabalhadores, em defesa da liberdade contra o regime. Logo, este partido denunciava às péssimas condições vividas por esta classe” (SOEIRO, 2013, p. 27).

⁸⁴ Logo, segundo José Soeiro (2013) “os trabalhadores rurais serão marginalizados de tosa e qualquer legislação ficando subordinados ao caduco código de 1867” (SOEIRO, 2013, p. 32).

⁸⁵ Foram organizações corporativas durante o Estado Novo. Possuíam as funções de “enquadrar corporativamente assalariados rurais e pequenos agricultores, desempenhando funções diversas, da contratação coletiva à segurança social (BARRETO, 2017, p. 178).

⁸⁶ “Em 4 de junho de 1974 sai o primeiro comunicado. Nele se proclama que o Sindicato é o organismo que unirá todos os camponeses e camponesas (incluindo tratoristas) com o objetivo de defenderem os seus interesses face à entidade patronal, ou seja, aos agrários” (SOEIRO, 2013, p. 35).

⁸⁷ Deste modo, estes trabalhadores não podiam sequer exigir seus direitos, vivendo uma situação na qual, os salários eram muito baixos e, incertos no valor. Assim, como aponta José Soeiro (2013) “direito a férias, nem em sonho. Quando muito os trabalhadores permanentes tinham uns dias anuais de dispensa, sempre poucos e, claro, sem qualquer vencimento. Muito menos com subsídio. Os outros, a maioria, não precisavam de férias. Para os latifundiários e grandes agrários capitalistas, os quatro, cinco, seis meses de desemprego a que condenavam os trabalhadores todos os anos, eram mais do que suficientes” (SOEIRO, 2013, p. 27).

reforma agrária que ultrapassava o mero quadro latifundista e antes se propunha como alternativa ao capitalismo agrário” (BARROS, 1979, p. 44).

Quando analisamos as duras condições de vida e de trabalho que esses assalariados rurais viviam, compreendemos melhor o porquê, após o 25 de abril, os trabalhadores terem avançado para a transformação das Casas do Povo em sindicatos agrícolas e dado abertura ao processo de negociação com os grandes agricultores, buscando melhorias das condições que se encontravam, afinal, estes durante o Estado Novo “estavam socialmente isolados, como se de uma casta inferior se tratasse” (SOEIRO, 2013, p. 28). Logo, o processo revolucionário que surgiu com a queda da ditadura estadonovista, deu margem para que os trabalhadores rurais fizessem sua própria Revolução na luta pela conquista da posse da terra e pelos seus direitos, resultando nas ocupações das terras alentejanas.

2.3 As fases das ocupações nos campos do Alentejo

Verifica-se que a ZIRA passou por quatro grandes fases que se desenharam na evolução da Revolução agrária. A primeira ocorreu de 25 de abril de 1974 até o fim deste ano, sendo a abertura da questão agrária. Com o processo de ocupação das terras, em janeiro de 1975, iniciou-se a segunda etapa, a das conquistas à margem da lei. Outrossim, com a outorga das leis de Nacionalização e Expropriação, em julho, ocorreu a terceira fase: do processo revolucionário com fundos legais. A quarta fase, ao nosso ver, é a de consolidação e contestação, que se inicia em janeiro de 1976, acabando em outubro, com a demissão do ministro da agricultura Lopes Cardoso.

No que concerne à primeira fase do processo de reforma agrária, vale ressaltar, que só gradualmente os problemas agrários passaram a ser discutidos na questão política de Portugal. De acordo com António Barreto (2017) o primeiro programa do MFA não fazia referências à agricultura, porém, o programa do I Governo provisório já mencionava a reforma gradual das estruturas agrárias. Não obstante, com a estratégia antimonopolista, surgem as medidas mais radicais, no tocante ao setor econômico, dentre as quais destacam-se as leis antilatifundiárias.

De forma gradativa, endossou-se um discurso político que se referia às estruturas agrárias do país. Para António Barreto (2017) de início os temas mais abordados eram a

“modernização, a melhor utilização dos recursos e a introdução de novas culturas”⁸⁸ (BARRETO, 2017, p. 138). Lentamente, surgiram nos debates os problemas mais sérios: o pleno emprego, a contratação coletiva, os salários, etc.

No final do ano de 1974 a situação já tinha se alterado, pois sindicatos, militantes, intelectuais e militares, sobretudo os que apoiavam o PCP, queriam a expropriação das grandes herdades. Entretanto, durante as últimas semanas do ano, o Secretário de Estado da Agricultura (ainda não havia sido criado o Ministério) “toma várias iniciativas, visita à região agrícola do sul, contata os agricultores e os sindicatos” (BARRETO, 2017, p. 138). Neste processo, nos meses finais de 1974 o desemprego no Alentejo era uma realidade, que se intensificou principalmente devido à:

Conjuntura da altura marcada pela vinda dos soldados das colónias portuguesas em África, pela quebra da emigração motivada pela crise petrolífera dos anos 70 e pelo regresso ao campo de muitos homens que se encontravam a trabalhar na construção civil na zona metropolitana de Lisboa, por força da crise então vivida por este sector da economia. Assim, perante a enorme pressão dos trabalhadores temporários, no sentido de verem a sua situação de desemprego resolvida, durante os meses de novembro e dezembro de 1974 são distribuídos no distrito de Beja, ao abrigo das cláusulas do Contrato Coletivo de Trabalho, assinado em 29 de outubro de 1974, mais de mil assalariados rurais pelas explorações agrícolas, processo que é fortemente contestado pelos grandes proprietários que passam, em muitos casos, a não pagar os salários aos trabalhadores distribuídos e a furtar-se à realização de muitas tarefas agrícolas, enveredando, desta forma, pelo caminho da sabotagem econômica (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1193).

No âmbito prático, é proposto a mudança dos serviços, sobretudo, os de extensão rural. Os antigos organismos eram classificados como muito arcaicos, improdutivos e envolvidos com o antigo regime estadonovista e os interesses dos grandes latifundiários. Em vista disto, anunciou-se a criação do Instituto Nacional de Investigação Agronômica (INIA) e do Instituto de Reorganização Agrária (IRA), dos quais alguns ousaram denominar de reforma agrária e outros acreditavam serem somente uma reestruturação agrária. Por conseguinte, nesta altura, o Ministério do Trabalho anunciou o limite de 45 horas de trabalho por semana na agricultura.

⁸⁸ “Reúne à maioria dos técnicos superiores dos serviços, sobretudo, os jovens agrónomos e veterinários. São assim criadas as comissões de intensificação cultural, cuja primeira tarefa seria a de proceder a um levantamento das condições e dos meios para melhorar a produção no Alentejo e no Ribatejo. Os técnicos dão provas de entusiasmo. Muitos acabam de terminar a Universidade e creem ter diante de si uma oportunidade única. Visitam centenas de explorações, discutem com os agricultores, fazem relatórios para o Secretário de Estado e tentam estabelecer regras de utilização dos solos, assim como níveis de aproveitamento a respeitar. A ideia de penalização do abandono e do insuficiente aproveitamento está bem presente, mas a preferência é dada ao diálogo com proprietários e agricultores” (BARRETO, 2017, p. 138).

Quanto aos programas dos partidos⁸⁹, no que se refere à questão agrária, António Barreto (2017) caracteriza-os como vagos e imprecisos, pois para ele, só o Partido Comunista Português⁹⁰ tinha um tipo de programa, formulado dez anos antes, que apontava a necessidade de uma reforma agrária e a divisão de terras. O programa do Partido Socialista, por sua vez, “era favorável à reforma agrária, na generalidade. Preocupava-se bem mais com as eleições, a democratização das instituições e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais” (BARRETO, 2017, p. 140).

Os sindicatos⁹¹ tiveram nessa primeira fase um crescimento acelerado, ligado sobretudo, a um processo de contratação coletiva. Ainda em maio de 1974, as suas primeiras reuniões ocorreram, muitas vezes, nas sedes do Movimento Democrático Português (MDP), outras nas Casas do Povo, mas logo tiveram sua autonomia, pois os trabalhadores identificaram nos sindicatos os seus interlocutores privilegiados no governo.

Uma das principais exigências dos sindicatos era a garantia do pleno emprego para todos os trabalhadores desempregados. Neste sentido, a primeira Convenção Coletiva de Trabalho que ocorreu em Beja, entrou em vigor no dia 20 de junho de 1974, fruto da ação dos sindicatos, logo se transformou em objetivos para outros concelhos. A conquista do pleno emprego por ela alcançada, tornou-se referência e um propósito a ser instaurado em todo o Alentejo.

Após a vitória alcançada em Beja, as Convenções posteriormente assinadas foram, no essencial, similares nas suas cláusulas, diferindo quase apenas na sua duração. Sendo assinadas em momentos posteriores e terminando todas elas a 30 de setembro, esta foi naturalmente uma diferença marcante. A outra diferença substantiva foi a introduzida no decorrer das negociações da Convenção para o concelho de Cuba, posteriormente aplicadas nas restantes negociações que consistia na redução do horário para 6 horas diárias em situações de trabalho com horas noturnas, como era o caso da apanha do grão. Diferentes, e muito, foram os processos que conduziram à sua

⁸⁹ No que tange aos outros partidos, António Barreto (2017) destaca que estes não apresentaram nesse momento nos seus programas ideias sobre a reforma agrária, pois as suas principais preocupações, destinavam-se para a organização partidária, a liberdade de movimentos e as eventuais eleições.

⁹⁰ “O Partido Comunista Português (PCP) reformula a sua proposta de reforma agrária, a qual, a partir da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada na cidade de Évora, em 9 de fevereiro de 1975, passa a concretizar-se na luta pelo pleno emprego” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1194).

⁹¹ “A evolução dos contratos ou das portarias de regulamentação mostra uma tendência bem significativa: a esfera de competências dos sindicatos aumenta gradualmente. No fim do ano, estes têm funções de avaliação do aproveitamento das terras, de distribuição dos trabalhadores pelas explorações agrícolas privadas e de interlocutor único dos empresários: uma espécie de monopólio da força de trabalho. Através destas funções, exercidas em comissões tripartidas (Estado, sindicatos e associações patronais) ou simplesmente bipartidas (Estado e sindicatos), começa a exercer-se uma forte pressão sobre as explorações agrícolas privadas, utilizando os mecanismos económicos, nomeadamente o emprego compulsivo” (BARRETO, 2017, p. 141).

assinatura. Cada um deles ostentava as suas particularidades, mas a descrição desses processos desviar-nos-ia do essencial (SOEIRO, 2013, p. 40).

Nos apresentando sobre a atuação dos sindicatos, José Soeiro (2013) ainda ressalta alguns detalhes do seu processo de afirmação enquanto uma associação de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Um destes fatos referiu-se às tentativas de aliciar dirigentes dos sindicatos com “propostas generosas de suborno no sentido de os levar a abandonar a atividade sindical” (SOEIRO, 2013, p. 43). Além disto, outro aspecto marcante deste período foram as repetidas tentativas dos latifundiários de promover a assinatura de acordos com “pseudo-representantes dos trabalhadores agrícolas por forma de alcançar condições inferiores às alcançadas com a Convenção de Beja” (SOEIRO, 2013, p.43).

A cláusula que exigia o direito ao trabalho para todos os trabalhadores, foi um fator fundamental para a adesão maciça dos trabalhadores agrícolas aos sindicatos. De acordo com José Soeiro (2013), “o direito ao trabalho foi o motor da reforma agrária, determinando a evolução de todo o seu processo” (SOEIRO, 2013, p. 44). Assim, um novo poder estava se consolidando: o dos trabalhadores rurais organizados nos sindicatos, que possuíam uma forte consciência de classe. Diante disto, com o fortalecimento da atuação dos sindicatos, o tema da reforma agrária ganhou força, tornando-se ponto central na busca pela hegemonia da classe dos trabalhadores rurais.

Percebe-se que nesta primeira fase a ALA falhou⁹² como tentativa de organização, e os sinais da crise econômica e social que se instalou no país estavam evidentes. Sendo assim, observa-se que um objetivo ideológico se generalizou entre os trabalhadores: a luta pela reforma agrária e sua legitimação pelo Estado.

Quanto à segunda fase da Revolução no Alentejo, nota-se que essa consistiu nas conquistas à margem da lei, sendo marcada pelo fim das iniciativas reformistas e pelo despertar dos primeiros atos revolucionários. Nesta fase a intervenção do Estado se deu de maneira mais acentuada, se compararmos com a primeira. Ela se estabeleceu de janeiro a julho de 1975, sendo que a amplitude dos movimentos de ocupações é o que melhor caracteriza este processo.

⁹² “O Partido Popular Democrático (PPD), cujas posições são idênticas às da ALA, continua, à semelhança desta organização, defendendo a reconversão capitalista dos campos, cujas margens de afirmação vão-se tornando cada vez mais estreitas, o que conduz ao declínio progressivo desta estrutura associativa a partir do ano de 1975” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1194).

O MFA, que outrora salvaguardava a dinamização da agricultura e uma gradual reforma da estrutura fundiária, nesta segunda fase, em janeiro de 1975, passou a defender uma reforma agrária que extinguisse os latifundiários e limitasse as grandes explorações agrícolas capitalistas.

Nesta segunda fase os primeiros ocupantes das terras foram os pequenos agricultores. Contudo, rapidamente os sindicatos e os assalariados agrícolas dominaram o movimento. No que tange a esta fase, as interferências do Estado referentes às explorações agrícolas devolutas, com o Decreto-Lei nº660/74, chegaram a ser confundidas com as próprias ocupações. O processo desencadeado a partir de então, partiu de iniciativas dos próprios trabalhadores rurais, que sofriam com a ameaça crescente do desemprego ou que estavam sem receber seus salários. Desta forma:

Num clima de crescente tensão entre assalariados rurais e empresários agrícolas, as ocupações desta fase não podem ser enquadradas de um contexto em que ao anúncio, por parte do IV Governo Provisório (março a julho de 1975), de medidas de concretização de reforma agrária, se sucede o seu protelamento, motivado por divergências existentes entre os partidos que compõem o governo. O adiar da promulgação da legislação anunciada pelo Estado, conducente à concretização da reforma agrária- as leis de expropriação e nacionalização das grandes propriedades do Sul, conduz também às ocupações de terras desta fase, cumprindo-se assim, um dos objetivos do movimento dos trabalhadores agrícolas: pressionar o Estado a instituir reforma agrária, tal como vem sendo divulgada (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1199).

Durante os primeiros meses, as ocupações estavam associadas aos conflitos locais, reivindicações não respondidas ou outros tipos de tensões. Com o tempo, os motivos simplificaram-se, posto que, começaram a ocupar utilizando os argumentos de que eram as leis e a reforma agrária. Os proprietários pouco reagiram, alguns até tentaram apelar ao governo ou às Forças Armadas, mas seus esforços foram em vão.

Com a transformação da Secretaria do governo em Ministério, o novo ministro Fernando Oliveira Baptista, tinha uma ideologia política ligada à esquerda e, principalmente ao Partido Comunista Português. Desta maneira, começou-se a criar o dispositivo legal e administrativo, para incentivar a reforma agrária. Com isto, iniciaram-se intensas transformações, foram criados os Centros de Reforma Agrária, bem como, o Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário (SADA), surgem ainda os Conselhos Regionais de Reforma Agrária (CRRRA), um em cada distrito do sul e as Comissões Distritais Rurais (CDR). Além disso, inicia-se o processo de criação de um dispositivo legal e administrativo para controlar e estimular a reforma nas estruturas agrícolas.

Diante da questão de incentivo da reforma agrária por parte do IV Governo provisório, os sindicatos dos trabalhadores agrícolas cobravam cada vez mais a implementação e concretização das medidas de reforma agrária anunciadas. Neste cenário, ocupavam cada vez mais as terras. Assim, no início do mês de junho, a situação nos campos do sul parece clara: “ou o governo legisla em matéria da reforma agrária e intervém nas relações de propriedade, ou os trabalhadores agrícolas avançam de forma mais intensa e generalizada para as ocupações” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1196). Portanto, percebe-se uma crescente pressão dos trabalhadores rurais e dos sindicatos em relação ao Estado para concretização da reforma agrária.

Em julho de 1975, o governo obrigou todas as cooperativas a realizarem eleições, “considerando que os antigos dirigentes associativos e todas as pessoas ligadas ao antigo regime eram inelegíveis” (BARRETO, 2017, p. 147). Todavia, no mês de agosto de 1975, as leis da reforma agrária foram publicadas, sendo as leis de Nacionalização e Expropriação as mais radicais.

Nesta fase nota-se que, se estabelece uma certa soberania sindical no Alentejo. Criando-se assim, um regime de trabalho, preparado pelos sindicatos e imposto pelo governo que substituiu todas as convenções locais e regionais. A ALA (Associação Livre de Agricultores), por sua vez, não conseguiu se mobilizar e defender melhor seus interesses, afinal, estavam sendo combatidos pelo governo e militares, bem como, pelo Partido Comunista e Partido Socialista.

É válido pontuar que a situação política neste momento nos campos do sul do país era bem tensa, posto que sindicatos, comunistas, governo e o MFA tinham uma certa superioridade de forças e poder maior de decisão. Logo, as ocupações das herdades foram constantemente preparadas por estes organismos que juntos estruturavam comícios e manifestações na região.

Vê-se que o objetivo central dos trabalhadores rurais, assim como do Estado e das forças políticas envolvidas, a partir de então, não era somente acabar com o latifúndio e o pequeno agricultor, mas também o de tornar o uso coletivo da terra em caráter permanente e irredutível, para eliminar a injusta diferença social existente e a desigualdade de distribuição das terras, assim como, para evitar que surgissem novos pequenos patrões.

No que concerne à terceira fase, tem-se o processo revolucionário com cobertura legal, que se estendeu de agosto a dezembro de 1975. Ao que tudo indica, esta fase revelou o maior número de ocupações, como se pode observar com a tabela abaixo, além disso,

se reforçou o poder dos sindicatos, que começaram a organizar as Unidades Coletivas de Produção (UCP).

Tabela 1: Superfícies ocupadas na terceira fase

Meses de duração da terceira fase em 1975	Superfícies ocupadas (em milhares de hectares)	
Janeiro a julho	-	156,3
Agosto	169,2	-
Setembro	153,7	-
Outubro	411,7	-
Novembro	231,6	-
Dezembro	43,3	-
Agosto a Dezembro	-	1009,4
Total em 1975:	-	1165,7

(Fonte: BARRETO, 2017, p. 152)

Observa-se que o mês de outubro foi o de maior índice de ocupações em 1975. Neste período de extensão que vai do mês de agosto a dezembro, de acordo com António Barreto (2017) as ocupações corresponderam 85% de todas as terras ocupadas durante a Revolução agrária. Diante disto, percebe-se o quanto a atuação dos sindicatos foi um fator primordial para as ocupações.

A amplitude das ocupações originou a tomada de decisão pelos trabalhadores rurais de ocuparem explorações agrícolas de alguns pequenos e médios proprietários que tinham entrado “em litígio com as comissões locais dos sindicatos por terem sido alvo de distribuição de trabalhadores, com isto, sendo sobrecarregados com salários que não podiam pagar” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1204).

Com a transição do V Governo para o VI Governo (que tomou posse no dia 19 de setembro, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo), sai Fernando Oliveira Baptista do ministério e entra António Lopes Cardoso, dirigente do Partido Socialista. Neste novo governo, o PCP possuía um peso menor, assim, as movimentações no interior do MFA fazem prever, no início de outubro de 1975, “a possibilidade real de uma ruptura no processo revolucionário, com todas as implicações daí decorrentes no retrocesso da reforma agrária” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1203).

O novo ministro era favorável à reforma agrária que estava em fase de concretização de sua cobertura legal. Contudo, os sindicatos e os comunistas não viam

com bons olhos Lopes Cardoso e o VI Governo, afinal, cresciam as críticas contra a reforma agrária, feitas sobretudo, pelos partidos não comunistas que apontavam inúmeras ilegalidades e erros.

Nesta conjuntura, os sindicatos agrícolas reforçam a pressão do movimento social dos assalariados rurais junto do governo, “reivindicando apoio financeiro para as novas unidades de produção, especialmente para o pagamento de salários” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1202). Logo, para a intensificação das ocupações e a legalização das UCP, uma atitude do governo foi crucial:

O decreto-lei nº. 541-B/75 do sexto governo, publicado pelo *Diário do Governo* de 27 de setembro, permite que o crédito agrícola de emergência seja atribuído às UCP para pagamentos de salários. Não só se resolve grande parte dos problemas das UCP já constituídas e das herdades já ocupadas, como sobretudo se dá um autêntico impulso a novas ocupações. Com efeito, depois de aprovado o decreto, mais de 412000 ha são ocupados só em outubro. Ao todo, 60% das terras ocupadas durante o ano são-no depois de publicado o decreto dos salários (BARRETO, 2017, p. 155).

Neste cenário, os grandes agricultores e proprietários começam a denunciar as ocupações, caracterizando-as como selvagens e exigindo a revogação das leis de Expropriação e Nacionalização. Além disto, no âmbito político, o ministro Lopes Cardoso começou a mudança de alguns dos responsáveis dos Centros de Reforma Agrária. Em relação a essa postura, o PCP notou que suas orientações políticas e posições de relevo no Estado estavam sendo contrariadas, desta forma, ao perceber sua marginalização no VI Governo, este partido começou a mobilizar-se para concretização de duas perspectivas: “permitir às UCPs acenderem ao crédito agrícola para pagamento de salários e dotar os CRRAs de uma verba para assegurar a atividade produtiva e a subsistência das Unidades de Produção” (VARELA; PIÇARRA, 2016, p. 1209).

Em contrapartida, a esta marginalização do PCP, no fim do ano de 1975, os socialistas se sentiram mais à vontade no que se referia ao assunto da reforma agrária. Diante disto, criticavam facilmente o que consideravam serem erros e excessos, este aspecto os tornou um alvo do Partido Comunista português que se encontrava muito insatisfeito com os comentários emanados pelo PS.

Na transição de outubro para novembro de 1975, os nove artigos⁹³ da futura Constituição foram aprovados. Estes consagraram o princípio da reforma agrária.

⁹³ “Apesar de revelarem uma orientação bastante à esquerda, os diferentes artigos e parágrafos são aprovados ora por unanimidade, ora com esmagadoras maiorias. PS e PPD sempre favoravelmente, o PC quase sempre e o CDS na maior parte das vezes” (BARRETO, 2017, p. 158).

Entretanto, a Constituição ainda não estava pronta e faltavam meses para entrar em vigor, mas já significava um grande avanço, posto que representava a concretização de uma luta.

A quarta etapa, de consolidação e contestação, ocorre de janeiro a julho de 1976. Nela uma parte das conquistas da reforma agrária já estavam aparadas por uma legalização, politicamente consolidada e institucionalizada. Desta forma, o Ministério prossegue com as expropriações legais, nomeando em janeiro, a comissão de análises de problemas decorrentes da reforma agrária, que analisou numerosos casos, resultando em algumas devoluções de explorações agrícolas.

Assim, com o surgimento de um processo constitucional no país os episódios revolucionários decresceram, a legitimidade revolucionária deu lugar a legitimidade eleitoral e democrática. Diante disto, o parlamento começou sua atuação e o presidente da República tomou posse. Logo, consolidou-se o primeiro governo constitucional, chefiado por Mário Soares. Com um novo cenário político se delineando, pela primeira vez desde os episódios da Revolução dos Cravos que o PCP não integrava o governo. Os militares saíram do governo, porém ficou o Conselho da Revolução.

Percebe-se que com o advento do VI Governo e com a aprovação do governo constitucional a reforma agrária dependia das relações de forças dentro dos governos. Contudo, com o novo rumo político do país, principalmente com o Decreto-lei n.º 588/75, de 21 de outubro, abriu-se a possibilidade de sujeitos que tiveram relações com o Estado Novo pudessem ser eleitos para as direções das cooperativas agrícolas. Assim, posteriormente, o resultado será que as políticas agrárias passem a ser dirigidas por governos que não mais destinavam financiamentos para a produção.

Tabela 2: ocupações de terras nas quatro fases:

Fases de ocupações	Superfícies ocupadas (em milhares de hectares)	
	Superfície	Porcentagem
1ª fase- abril a dezembro de 1974	-	-
2ª fase- janeiro a julho de 1974	156,3	13%
3ª fase- agosto a dezembro de 1975	1009,4	85%
4ª fase- janeiro a julho de 1976	17,6	2%

Total	1.183.300
-------	-----------

(Fonte: BARRETO, 2017, p. 159)

Diante do exposto, fazendo um balanço do processo de ocupação nas 4 fases que se sucederam, observa-se que a terceira fase foi a que mais possuiu superfícies de terras ocupadas. Somando as ocupações destas quatro fases, temos um total de 1.183.300 hectares. Como podemos notar ao comparar os dados da tabela acima, a última fase foi a que possuiu um menor percentual de ocupações (apenas 2%), identifica-se que este aspecto se dá devido ao rumo político que o país estava seguindo, no qual novas forças políticas estavam se formando no seio do Estado.

CAPÍTULO 3- A REVOLUÇÃO AGRÁRIA DO ALENTEJO: a trajetória deste processo a partir da Imprensa e das Leis de Nacionalização/ Expropriação

O movimento reformista agrário desencadeado no Alentejo, que levou ao processo de ocupações de terras, foi uma forma dos trabalhadores rurais mudarem o cenário vigente. Como já destacado, este processo se expandiu, influenciando na atuação do Estado. Maria Antónia Pires de Almeida, salienta na obra “*A Revolução no Alentejo: memória e trauma da Reforma Agrária em Avis*”, a seguinte questão:

Além do interesse no estatuto do movimento popular que lhe esteve associado, a reforma agrária portuguesa apresenta particular relevância no que diz respeito ao facto de ter alterado o estatuto da propriedade privada e de ter consagrado na legislação um objetivo claramente punitivo de uma classe social específica considerada indigna de possuir bens de interesse nacional (ALMEIDA, 2006, p. 141).

Neste capítulo, pretendo fazer análise das fontes desta pesquisa. Logo, no primeiro tópico busco estabelecer a partir da perspectiva do filósofo Antonio Gramsci, os pontos centrais que marcam a relação entre Imprensa, Estado e Hegemonia discutindo também a importância dos jornais para as pesquisas históricas. Nos tópicos seguintes, comento a trajetória dos jornais que nos ajudaram a compreender os pontos centrais que marcaram a reforma agrária e sobre as notícias encontradas que apresentam discussões sobre as perspectivas políticas, sociais e econômicas vivenciadas nos campos do sul de Portugal. Por fim, pretendo apresentar o processo legislativo que deu base às ocupações dos campos do Alentejo e que culminou com o início de um processo reformista agrário.

3.1 Imprensa, Estado e Hegemonia

Um conceito gramsciano bastante significativo nesta pesquisa é o de Aparelhos Privados de Hegemonia, que quando estabelecidos na *Sociedade Civil* na arbitragem de um projeto hegemônico ou contra-hegemônico, é um dos pontos centrais para o entendimento dos métodos de nacionalização do projeto que se estendeu de 1974-1976 (formulado pós-revolução de 25 de abril) que visava o fim do latifúndio e a reforma agrária em Portugal, cujo propósito era consolidar a posse da terra aos trabalhadores rurais.

Com base nas contribuições de Antonio Gramsci, observa-se que a conquista da hegemonia, acontece em um ambiente de articulação do Estado em seu sentido amplo (agregando a *Sociedade Civil* e *Sociedade Política*), assim, percebe-se que mediante as

disputas pelo bloco histórico⁹⁴, dentro da *Sociedade Civil* ocorre a utilização de instituições privadas para a manutenção de uma posição de domínio.

Como espaço privilegiado para o desenvolvimento da disputa pelo poder, na *Sociedade Civil*, os intelectuais atuam na mediação entre as classes sociais e o Estado. Gramsci, desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais “nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas” (DURIGUETO, 2014, p. 267).

A questão dos intelectuais ocupa uma posição importante nos escritos do marxista italiano. Desta forma, a presença dos intelectuais e o modo como eles se organizam entre as esferas, seja na base econômica (estrutura) ou no âmbito estatal, entre *Sociedade Civil* e a *Sociedade Política* (superestrutura), constituem-se em um importante meio para a compreensão da organização política, econômica e social de Portugal, na busca pela consolidação para tornar um projeto hegemônico.

Para tanto, a hegemonia⁹⁵ se apresenta na relação da coerção e do consenso, isto é, através da dominação junto à direção dos meios culturais. Logo, ela se desenvolve a partir da *Sociedade Civil* e suas instituições, como forma de manutenção do poder, através da universalização de um projeto. Diante disto, ocorre a utilização dos Aparelhos Privados de Hegemonia para suscitar o convencimento ideológico e político. Nesta perspectiva analítica:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

É nos Aparelhos Privados de Hegemonia que o Estado é assimilado através da luta de classes, atuando como instrumento de dominação. Nestas circunstâncias, destacam-se as funções exercidas pela imprensa, um dos mais importantes Aparelhos Privados de Hegemonia, ainda na concepção gramsciana, responsável pela nacionalização do projeto de uma determinada fração de classe sobre a sociedade em geral.

⁹⁴ Para Gramsci o bloco histórico é que estabelece o nexo entre estrutura e superestrutura. Segundo Leandro Galastri (2009, p.81) “o bloco histórico de Gramsci assume-se como uma unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico”.

⁹⁵ Na luta pela hegemonia, Gramsci pontua três organizações culturais, a saber: igreja, escola e a imprensa.

A imprensa, aqui entendida como formadora da vontade coletiva, e sendo um organismo importante para a construção do consenso em torno de uma fração de classe, mostra a relevância que esse mecanismo apresenta. À vista disso, esta é uma das fontes que estamos nos propondo a analisar neste trabalho, posto que, percebe-se que ela foi um importante meio de disputas de ideias, direção moral e intelectual, atuando como formadora da opinião pública durante o processo de transição política em Portugal. Todavia, vale destacar que a utilização desta fonte nas pesquisas históricas deve partir de uma análise metodológica minuciosa.

Antonio Gramsci nos apresenta sua interpretação acerca do jornalismo em seu Caderno 24, analisando a importância dessa fonte na direção e na condução da *Sociedade Civil*, bem como, a sua relação com o Estado. Assim, revelando a dimensão que a imprensa exerce na sociedade, Gramsci destaca o jornal como órgão primordial nas relações estabelecidas entre os intelectuais e o poder. Diante disto, pontua a seguinte questão quanto aos jornais:

O jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área. Se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividades publicístico-editorial em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se “mecanicamente”. Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus lados, parece mais oportuno (para os fins metodológicos e didáticos) pressupor uma outra situação: que exista, como ponto de partida, um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco (GRAMSCI, 2001, p.197).

Por conseguinte, segundo Renné Zigman (1985), na relação entre História e imprensa, dois campos de estudo destacam-se: o primeiro designado de *História da Imprensa*, é marcado pela reconstrução da evolução histórica dos órgãos de imprensa e os apontamentos de suas principais características para um determinado período, ao passo que, o segundo é o da *História através da Imprensa*, compreendendo os trabalhos que tomam esta como fonte primária para a pesquisa histórica. Deste modo, nota-se que ocorre um avanço sistemático no âmbito da historiografia sobre a utilização da imprensa como fonte histórica, visto que, aumentam os interesses entre os historiadores para empregar os periódicos nas suas pesquisas acadêmicas, tal como esta.

Contudo, é importante refletirmos metodologicamente sobre esta fonte que cada vez mais chama a atenção de muitos de nós no espaço acadêmico. Sendo de grande valia analisarmos também seus interesses e atuação junto ao seu público leitor, afinal, como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser analisados criticamente pelo historiador, pois como já destacado podem assimilar interesses do projeto de uma determinada fração de classe.

A utilização da imprensa em pesquisas pode variar de acordo com as metodologias empregadas, dependendo do recorte do historiador, de seu objeto de pesquisa, suas abordagens e explicações. Diante disto, outra questão diz respeito à sua utilização como fonte histórica, podendo proporcionar uma análise das perspectivas da *Sociedade Política* em consonância com a *Sociedade Civil*, ou seja, a relação que ambas apresentam em prol da busca pela hegemonia de um projeto.

Percebe-se que conceber a imprensa como fonte histórica é um aspecto de grande relevância, uma vez que, essa nos proporciona um vasto leque de possibilidades de interpretar e analisar o objeto que se propõe estudar, nos direcionando a uma problematização dos acontecimentos que marcaram o período analisado. Neste aspecto, cabe evidenciar que a historiografia foi alterando sua interpretação sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

De acordo com Tânia de Luca (2006), na década de 1970 eram escassos os trabalhos que usavam jornais e revistas como fontes, afinal, eram baixos os índices de historiadores que possuíam confiança na pesquisa histórica em meios jornalísticos. Para esta autora, já existia uma tentativa de escrever sobre a história da imprensa, mas ocorria uma resistência em conceber a escrita da história por meio da imprensa. Nesse contexto, “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas enciclopédias do cotidiano continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2006, p. 111).

Na obra, “*A imprensa na História do Brasil*” (1988), Maria Helena Capelato destaca que a utilização da imprensa como fonte histórica dividiu opiniões entre os historiadores brasileiros: uns defendiam que esta era uma fonte suspeita, outros já acreditavam que era um repositório fidedigno da verdade. Logo, “as duas opiniões são contestáveis, uma vez que, o jornal não é transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, e tampouco uma fonte desprezível porque é permeada pela subjetividade” (CAPELATO, 1988, p. 21).

Para tanto, percebe-se que o jornal se manifesta como uma importante fonte histórica, porém, ao analisá-lo é necessário um olhar crítico, tendo em mente que nem sempre o que está presente nos documentos pode ser verdade. Assim, ir em busca do contexto, dos vestígios, acontecimentos e especificidades da época estudada, torna-se essencial para poder entender os pontos subjetivos que contém o jornal investigado. Destarte, questionar a imagem da imprensa como espelho fiel da realidade, “implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas. Com habilidade, paciência e competência ele (o historiador) conseguirá montar as peças de um complicado quebra-cabeças” (CAPELATO, 1988, p. 22).

Hoje, esta perspectiva de descrédito em relação à imprensa já apresenta significativos avanços em termos de pesquisa documental, afinal, percebe-se que a utilização dos impressos ocorre em diversas investigações, fruto do empenho de se repensar a História, seus desafios e objetos. Cabe ressaltar que alguns movimentos historiográficos foram importantes para a mudança desta percepção de desconfiança e receio, sobretudo, com o advento da Escola dos Annales⁹⁶, que alargou a concepção do que seria fonte histórica em muitos aspectos, levando os estudos da imprensa a espaços que outrora eram ocupados somente pelos documentos oficiais presentes nos Arquivos:

A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos Annales, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo. Percorrer o caminho que vai da desconsideração à centralidade dos periódicos na produção do saber histórico implica acompanhar, ainda que de forma bastante sucinta, a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina (LUCA, 2006, p.112).

Mediante isto, passaram a aceitar como fontes, objetos da cultura material, obras literárias, imagens iconográficas, dentre muitas outras. Esta redefinição da fonte histórica, fruto da revolução documental proposta pelos Annales⁹⁷, possibilitou muitos avanços,

⁹⁶ Movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Revolucionando os métodos de fazer e pensar a História em muitos de seus aspectos, com ela a historiografia incorporou novos tipos de fontes. Em 1929, com o lançamento da revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, tendo como proposta central acabar com uma visão positivista da escrita da História, que predominou por todo o século XIX. Sua proposta pretendia substituir as visões breves anteriores por análises de processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações das “mentalidades”, assim como, pensar a História em ritmos diferentes para os acontecimentos, a partir das contribuições de Fernand Braudel. Sua importância para a História é nítida, pois até hoje esclarece muitas questões do fazer histórico.

⁹⁷ Somente com a terceira geração dos Annales, na qual ocorreu o fortalecimento da História Cultural, que se propôs “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA, 2006, p. 112) para se pensar a história. Logo, os reflexos disso no quadro da historiografia brasileira possibilitou novas relações com o jornal como documento-fonte nas pesquisas históricas.

assim como, difundiu no meio historiográfico a concepção de uma história-problema, atrelada à proposta de interdisciplinaridade.

Atualmente, um número crescente de teses e dissertações vem utilizando os jornais como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa. De fato, a imprensa pode ser rica em dados e elementos e, para análises e estudos de certos períodos, talvez a única fonte passível de “reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas” (ZIGMAN, 1985, p.89).

Observa-se que a utilização da imprensa nas pesquisas históricas, sem uma metodologia clara e um aprofundamento teórico, pode resultar em dificuldades e na limitação do entendimento do objeto ao qual se propõe analisar. Neste sentido, usar mecanismos que ajudam na consolidação de uma análise mais aprofundada, significa produzir uma pesquisa mais consistente e elaborada.

Depreende-se, portanto, necessário que o estudo da imprensa pelos historiadores conceba esta fonte, invariavelmente, atrelada ao seu tempo histórico, para que seja rompida a perspectiva de utilizá-la apenas para “ilustrar os fatos que estão em pesquisa, sem a preocupação em definir claramente os métodos aplicados para a sua incorporação nos textos e nas pesquisas históricas” (KARAWEJCZYK, 2008, p.134). Contudo, não se pode negar que o uso destas fontes, impõe um certo grau de complexidade, gerando dúvidas e questionamentos, a saber: “como trabalhar com estas fontes?”, “como interrogá-las?”, “qual metodologia utilizar?”. Deste modo, Mônica Karawejczyk (2010) aponta que:

Numa das tentativas de sanar tais dúvidas, foi lançada, na década de 1970, na França, uma coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, intitulada *Faire de l'histoire*. Os três livros que formam tal coletânea receberam no Brasil os seguintes títulos: História: novos problemas; História: novas abordagens, e História: novos objetos. Entre outros temas propostos, essa coleção procurava discutir a entrada de novas fontes no manancial de documentos à disposição do pesquisador em ciências humanas. Na introdução da coletânea, os autores explicitam o objetivo do trabalho (KARAWEJCZYK, 2010, p.134).

Segundo Derocina Sosa (2006), “os jornais estão localizados na encruzilhada dos seguintes elementos: Estado, política e poder” (SOSA, 2006, p. 110). Combinando-se com eles, ora endossa o discurso oficial, ora opõe-se a ele. Desta maneira, “analisar a subjetividade de quem os escreve é uma importante questão para a percepção do viés ideológico do jornal” (SOSA, 2006, p. 110).

Nesta acepção, é relevante ter em mente que os jornais possuem suas próprias pluralidades na composição de seus quadros, responsáveis pela sua construção, mas que nem sempre podem ter pensamentos políticos e ideais convergentes. Além disso, durante momentos de crises políticas, questões externas como censura política, censura de guerra, crise econômica (interna de um país ou, até mesmo, do próprio jornal) e outros fatores podem “pesar na escrita de um periódico, tanto para omissão de informações, quanto por tentativas de burlar ou denunciar algum tipo de controle externo” (LAPUENTE, 2015, p. 5). Isto posto, analisar cuidadosamente o seu discurso é primordial, visto que, imbuído de certos interesses, os jornais, ao transmitir determinadas notícias, podem cair na ação da manipulação do conhecimento direcionado ao seu público leitor, objetivando uma construção ideológica que favoreça o consenso.

É válido termos em mente que a dependência de verbas para sua manutenção e produção acabam tornando os jornais passíveis de intromissão de agentes externos que os financiam, tais como ricos empresários, resultando na defesa de seus ideais e acobertando seus interesses. Todavia, nesse jogo complexo, o periódico parte em busca de credibilidade e fidelização de seu público, por isso, “também não se pode tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos” (LUCA, 2006, p. 116).

Não obstante, a imprensa passaria a ter uma relação direta, de acordo com Rafael Saraiva Lapuente (2015), sem intermediação, descartando todos os agentes individuais ou coletivos (como partidos ou sindicatos), se colocando como monopolista da expressão legítima da opinião pública (LAPUENTE, 2015, p. 9). Nesta acepção, o historiador ao se debruçar sobre a análise desta fonte, deve conhecer de antemão uma série de pontos que marcam os periódicos de sua escolha, não utilizando-os de maneira indiscriminada⁹⁸, tendo em mente que caso isso ocorra, corre o risco de gerar consequências a sua pesquisa e a produção historiográfica.

Retomando a perspectiva de Maria Helena Capelato (1988), constata-se que os jornais apresentam-se como um produto privado. Assim, no processo de análise de determinados jornais, conhecer as principais características do órgão de imprensa investigado é primordial. Consequentemente, é preciso considerar que a empresa jornalística “coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política.

⁹⁸ Nesse sentido, apresenta-se de forma imprescindível a delimitação de um recorte temporário para a análise desta fonte, assim como, a escolha de periódicos específicos. Para que não ocorra constatações equivocadas na pesquisa que possam refletir em seus resultados.

Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado: o público relaciona-se ao aspecto político; o privado ao empresarial” (CAPELATO, 1988, p. 18).

Os jornais expressam a opinião pública, só que na grande imprensa (a empresarial) “o murmúrio da “*vox populi*” (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a “*vox domini*” (voz dos dominantes)” (CAPELATO, 1988, p. 18). Sendo assim, os empresários donos dos jornais levados pela lógica do lucro, podem deixar seus discursos sobressaírem ou se confundirem com os do povo. “A interpretação do público e privado definiria os limites do quarto poder (CAPELATO, 1988, p. 19). Deste modo, os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública.

Diante do exposto sobre as concepções teóricas e metodológicas do uso da imprensa como fonte histórica, é importante a aplicação destas instâncias apresentadas, ou seja, analisar as fontes aqui estudadas a partir deste embasamento teórico-metodológico. Assim, o próximo tópico tratará sobre os jornais que são fontes desta pesquisa, no qual objetivamos apresentar a atuação de cada um destes organismos, mais precisamente dos jornais *Diário do Alentejo* e *Combate*, para entendermos as perspectivas da *Sociedade Civil* em consonância à *Sociedade Política*, ou seja, a relação que elas apresentam em busca de tornar um projeto hegemônico.

3.2 Historicizando os jornais portugueses *Diário do Alentejo* e *Combate*: a atuação destes Aparelhos Privados de Hegemonia

Partindo das questões expostas quanto ao uso da imprensa como fonte, é válido ressaltar que a ênfase em determinados temas, o conteúdo das notícias e até mesmo sua linguagem, são importantes fatores para o entendimento de qual o público pretende atingir. Nestas circunstâncias, o historiador/pesquisador deve ter ciência de que esta fonte está envolta em um jogo de interesses políticos, ora convergentes, ora conflitantes, e que tais preceitos implicam em sua escrita e nas informações que essa tentará repassar aos seus leitores, de modo a levá-los a construção de um consenso favorável aos seus interesses políticos.

Os jornais são fontes que estão vinculadas apenas a algumas classes sociais, portanto, o historiador deve estar atento que na construção do fato jornalístico, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas, também, os interesses do próprio jornal. Nesse sentido, os questionamentos feitos a esta fonte,

tornam-se uma ação primordial para extrair um significado. Logo, ao pesquisador, “não apenas os elementos do momento histórico são importantes, mas buscar captar também quais são os elementos de interesse do próprio jornal” (LAPUENTE, 2015, p.7).

Os jornais podem assumir posturas diferentes diante da vigência de determinado regime: apoiando suas ações ou se opondo a elas. Os seus discursos, rodeiam sempre o contexto que está inserido, sendo influenciado por ideologias, tanto de quem os escreve, quanto de quem os lê. Cabe ao historiador, portanto, fazer questionamentos a essas fontes, para obter resultados e respostas satisfatórias.

Analisar a formação e a trajetória dos jornais que se constituem como fonte desta pesquisa é uma tentativa de colocar em prática uma metodologia que parte da questão de que o historiador/pesquisador deve conhecer as dinâmicas internas e principais trajetórias da fonte investigada, para levar em consideração a subjetividade de quem as escreve. Conhecê-las implica em buscar desde o funcionamento até a produção do jornal, além de sua “organização editorial e as tecnologias usadas pelos periódicos, passando até mesmo por sua concorrência, historicizando a fonte pesquisada” (LAPUENTE, 2015, p. 6).

Logo, a escolha do jornal *Diário do Alentejo* como uma das fontes desta pesquisa se deu porque este foi um jornal que apresentou os interesses regionais e as notícias centrais da região que ficou conhecida historicamente como ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária), assim como, de todo o país, sobretudo, as que se referiam às questões econômicas, sociais e políticas durante o processo de transição em Portugal, do regime estadonovista para um governo democrático.

O jornal *Diário do Alentejo*, formou-se em 1 de junho de 1932, no distrito de Beja, em Portugal. Nesta conjuntura, vivia-se no país a ditadura estadonovista, que foi marcada pela censura à imprensa. Contudo, como vimos no decorrer desta pesquisa, depois do golpe militar de 25 de abril, profundas marcas ficaram na sociedade portuguesa e intensas transformações foram geradas, sendo uma destas mudanças a permissão da liberdade de expressão a imprensa da época.

Jornal distribuído no turno vespertino, o *Diário do Alentejo* apresentava-se como porta-voz regionalista, possuindo em um primeiro momento, segundo Carlos Pereira (2019), uma estrutura editorial composta por 4 páginas bem extensas, sendo que na primeira eram apresentadas notícias, artigos de opiniões e informações da região do Alentejo, do país e do mundo, já as outras três páginas eram compostas por notícias pequenas e publicidade. Salienta-se que esta organização se manteve durante décadas, até os anos setenta, quando o tamanho das páginas diminuiu e o número destas aumentou.

Havia exceções, de acordo com Carlos Pereira (2019), em determinados momentos, por exemplo, no aniversário do jornal ou quando eram realizadas feiras na região do Alentejo, as edições tinham 12 páginas ou mais, a maioria de publicidade. Dito isto, o progresso do Alentejo era apresentado como propósito central do jornal.

Em 7 de abril de 1955, faleceu um de seus fundadores e proprietário: Carlos Augusto das Dores Marques, aos 82 anos. Posteriormente, no ano de 1968, no dia 26 de fevereiro, faleceu seu outro proprietário e fundador: Manuel Engana. Nestas conjunturas, assumiu então, a direção do jornal, Manuel de Melo Garrido.

Segundo a análise de Carlos Pereira (2019) sobre a trajetória do *Diário do Alentejo*, este foi apresentado como um jornal anti-situacionista durante o Estado Novo, pois, o Secretariado da Propaganda Nacional classificou os jornais do país em categorias, a saber: os situacionistas (que eram apoiadores da ditadura), os neutros, e os anti-situacionistas, que foi o caso do vespertino bejense, ou seja, um jornal que não concordava com o Estado Novo. Esta sua classificação, não ocorreu à toa, afinal, um de seus fundadores (Carlos Marques) era um democrata republicano e o outro (Manuel Engana) foi, no transcorrer da I República, dirigente local do antigo Partido Socialista português. Logo, essa composição ideológica e política dos proprietários do jornal, foi provavelmente, tida como um fator que não agradou ao Estado Novo, fazendo pesar a censura sob suas páginas.

Vale ressaltar que a censura à imprensa portuguesa durante o Estado Novo, exercia o papel de vigilância e, gradativamente, foi se intensificando. Os jornais que eram tidos como “contestadores” poderiam ser judicialmente processados ou até mesmo apreendidos. Alguns jornalistas estavam sujeitos a serem presos se tivessem uma postura explícita contrária ao regime. Com essas ações, conforme a consolidação do Estado Novo, a imprensa portuguesa ia tendo o seu desenvolvimento limitado, afinal, a vigilância policial parecia ser onipresente. Mediante isto, as instalações dos jornais e as tipografias “eram assaltadas pela polícia ou mesmo por bandos afetos ao poder, como aconteceu com os jornais *O Século*, *O Mundo*, *A Vanguarda* e *O Progresso*” (SOUSA, 2008, p. 50). A censura ocorria em qualquer notícia que insultasse a imagem de uma sociedade ideal e perfeita, possuindo também o papel preventivo.

Outro jornal que propomos analisar com esta pesquisa é denominado de *Combate* que, no cenário de intensas mudanças com a transição política em Portugal, passou a ser publicado, buscando dar voz a classe trabalhadora e as suas lutas. Sendo uma experiência gerada no movimento clandestino antifascista, o *Combate* foi inseparável do movimento

anticapitalista português, entre os anos de 1974 e 1978. Logo, este jornal foi lançado em 21 de junho de 1974, publicando o seu manifesto inaugural:

A iniciativa de criação do periódico corresponde a Rita Delgado e João Bernardo, voltando do exílio em Paris, juntam-se a João Cristóstomo para concretizar a ideia do jornal. Dos seus três fundadores os dois primeiros vinham de um grupo de esquerda radical os Comitê Comunistas Revolucionários (CCR), uma organização formada a partir da expulsão de João Bernardo do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) em 1960 (ABADIA, 2010, p. 58).

Tabela 3: Sobre a análise dos editoriais do jornal *Combate*:

Quantidade de editoriais analisados:	51 editoriais
Período das notícias analisadas:	21 de junho de 1974 a 14 de outubro de 1976
Notícias encontradas que retratam sobre a questão da luta dos trabalhadores urbanos de Portugal e dos trabalhadores rurais do Alentejo:	95 notícias
Notícias referentes a luta dos trabalhadores urbanos	66 notícias
Notícias referentes as temáticas da Revolução do Alentejo e luta dos trabalhadores rurais:	29 notícias

Elaboração própria.

Combate foi um jornal com circulação na região de Lisboa, “com publicações quinzenais, atuando em algumas empresas e associações operárias” (ABADIA, 2010, p. 59). Através da análise deste jornal, nota-se que este apresentou bem mais sobre a atuação dos trabalhadores urbanos, afinal, como nos apresenta a tabela 3, das 95 notícias analisadas que retrataram sobre a questão da luta dos trabalhadores urbanos e rurais de Portugal, 66 destas notícias tiveram como eixo temático a luta dos trabalhadores urbanos, enquanto 29 notícias referiram-se a temáticas acerca da Revolução Agrária do Alentejo. Esta questão é evidenciada também por Danúbia Mendes Abadia (2010), na qual esta autora aponta que foi dedicado pouco espaço às lutas dos trabalhadores rurais e, “para compensar, a sua última publicação, em fevereiro de 1978, é uma brochura de 66 páginas dedicadas as lutas sociais no campo” (ABADIA, 2010, p. 116). p. 116)

Todas as etapas para construção dos editoriais eram compartilhadas entre seus idealizadores, afinal, não possuía a figura de um diretor. A indicação de um nome de diretor que aparecia no cabeçalho do jornal “era fictícia existindo apenas por cumprimento de um requisito da Lei de Imprensa” (ABADIA, 2010, p. 61). Até a edição de nº 47, enquanto *Combate* manteve o formato de jornal, das suas oito páginas (com

exceção de três números especiais, mais volumosos), “sete páginas eram reservadas às lutas nas empresas, nos campos, nos quartéis ou nos bairros” (ABADIA, 2010, p. 61).

Além disso,

Os relatos das lutas eram sempre feitos diretamente pelos participantes. Equipes de colaboradores deslocavam-se por todo o país, iam aos locais de greve, gravavam entrevistas com membros das comissões de trabalhadores ou das comissões de moradores, muitas vezes, entrevistavam também trabalhadores de base e as declarações eram transcritas e publicadas na íntegra (ABADIA, 2010, p. 61).

Assim, percebe-se a sua ligação direta com os movimentos dos trabalhadores, quando buscava transcrever as reais questões e problemas enfrentados por esta classe, fosse ela rural ou urbana.

O jornal tanto estabelecia diálogo direto com os trabalhadores (através de entrevistas, mesas-redondas com operários de empresas diferentes, dossiês que historicizavam alguns processos em curso, textos escritos pelos trabalhadores, assim como, seus manifestos, jornais, comunicados de greve, etc.), como possibilitava que trabalhadores tantos da cidade como do campo dialogassem entre si sempre na perspectiva de comparar processos diferentes que pudessem servir de aprendizagem e também ajudar a ampliar os contatos e as relações entre distintas organizações de trabalhadores implicadas na luta (ABADIA, 2010, p. 61).

O principal objetivo do jornal *Combate* era o “fomento da imprensa dos trabalhadores (da produção de textos sobre suas lutas, suas vitórias e derrotas)” (ABADIA, 2010, p. 62). A sua oposição era ao capitalismo de Estado. Afinal, os colaboradores do jornal *Combate* consideravam-no um perigo imediato, mais grave do que o capitalismo privado.

Diante do exposto, percebe-se que a apresentação de alguns pontos centrais das trajetórias destes jornais nos proporcionam um melhor entendimento das suas subjetividades, afinal a forma como estes jornais foram compostos são pontos cruciais para analisar as disputas de domínios e o público alvo a quem pretendiam atingir com suas publicações.

3.3 A transição política em Portugal e a reforma agrária à luz da imprensa portuguesa: os jornais *Diário do Alentejo* e *Combate*

Os jornais como organismos ativos na dinamização do consenso em relação a um público-alvo, foram de grande importância na propagação das diretrizes que marcaram o processo para o alcance da reforma agrária. Assim, destaca-se a perspectiva apresentada por Maria Helena Capelato (1988), na qual a imprensa, mais especificamente, o jornal,

“é tido como fonte de muita importância para o conhecimento do passado, visto que, possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Por conta disto, concebendo os jornais como uma importante fonte para o entendimento de determinados eventos históricos, partimos do objetivo de entender através destes, alguns pontos centrais que marcaram o processo de reforma agrária no Alentejo, trazendo para o debate notícias que se referem às temáticas: como a atuação do Estado português, o papel desempenhado pelos partidos políticos (mais precisamente o PCP e o PS), as lutas dos trabalhadores rurais alentejanos, a atuação dos sindicatos, e a ação expropriadora dos grandes latifúndios, pautados em interesses puramente econômicos. Desta forma, busca-se destacar os pontos subjetivos e parciais destas fontes.

No que tange ao processo de análise das notícias do jornal *Diário do Alentejo*, dividiu-se em dois eixos: o primeiro, refere-se às notícias antes da Revolução dos Cravos e o segundo, assinala as notícias pós-Revolução. Desta forma, analisou-se entre os meses de janeiro a março de 1974 o total de 36 notícias que trataram sobre o cenário político e econômico de Portugal. Assim, podemos notar o fato de que como este período se constituiu na vigência do Marcelismo, tal questão se fazia sentir nas páginas deste jornal, por meio da censura. Afinal, observa-se que poucas foram as notícias destinadas a tratar criticamente o regime e a denunciar a situação vivida no Alentejo, por conta dos grandes latifundiários.

No ano de 1974, em suas publicações sobre a situação agrária do Alentejo, o jornal possuía uma coluna semanal que discutia questões referentes às perspectivas vivenciadas na agricultura da região. Denominada de *Semana Agrícola*, esclarecia questões sobre cooperativas agrícolas, vulgarização agrícola, formação profissional, agricultura de grupo, além do bem-estar rural.

O *Diário do Alentejo*, também apresentava semanalmente *A Nota do Dia*, na qual esboçava opiniões sobre temáticas que estavam sendo debatidas na região e no país de modo geral. Em uma destas colunas, denominada *Nota do Dia - pequenos grandes problemas*, aponta-se para as dificuldades enfrentadas pelos donos de pequenas terras no ano de 1974, ressaltando que:

[...] as pequenas terras, os modestos e muitas vezes desconhecidos aglomerados, debatem-se, por via de regra, com problemas que são aparentemente pequenos, mas que para o viver de suas gentes assumem grande importância, tornando-se mesmo aflitivos (DIÁRIO DO ALENTEJO, 05/01/1974, p. 1).

Diante disto, observa-se que o jornal realça seu papel de órgão regionalista, salientando a seguinte questão: “o *Diário do Alentejo*, procura, sempre que lhe é possível, transmitir essas lamentações, esses fundamentados protestos [...]. Com interesse de igual modo, pelos problemas das grandes terras, como pelos das pequenas” (DIÁRIO DO ALENTEJO, 05/01/1974, p. 1).

De abril a junho de 1974 analisou-se um total de 44 notícias, referentes ao quadro político e econômico do país. Feito isto, percebe-se que até o dia 24 de abril o jornal ainda não tinha assumido um comportamento político explícito contra a ditadura estadonovista.

No que tange a questão agrária no período pré-Revolução dos Cravos, suas notícias e colunas destinavam-se a comentar a respeito do Alentejo e das suas terras a partir de uma ótica mais técnica, como em suas colunas da *Semana Agrícola*⁹⁹, que discutiam os problemas da agricultura alentejana em seus diversos aspectos técnicos (como por exemplo, as técnicas de colheita, de manutenção das lavouras, etc.), não retratando os problemas enfrentados pela classe dos trabalhadores rurais.

Por conseguinte, na coluna *Notícias em poucas linhas*, no dia 25 de abril de 1974 o jornal expõe que não seria possível fornecer seu habitual resumo noticioso sobre o país, que normalmente eram enviados pelos seus colaboradores de Lisboa, devido a “movimentos militares que ao princípio da madrugada se registraram” (DIÁRIO DO ALENTEJO, 25/04/1974, p. 8). No que concerne à notícia do dia seguinte *Forças Armadas derrubaram governo de Marcelo Caetano- general Spínola dirige a Junta de Salvação Nacional*, o jornal *Diário do Alentejo* pontua que nos seus quase 43 anos de publicação esta era a sua primeira edição livre, nela “se escrevendo sem quaisquer preocupações da interferência da censura à imprensa ou dos seus interessados e mais ou menos encapotados influenciadores” (DIÁRIO DO ALENTEJO, 26/04/1974, p. 1).

Sobre o novo cenário político que surgiu no país, o *Diário do Alentejo* salientou na notícia *Fascismo aniquilado: Alentejo rejubilante*, acerca das manifestações de adesão ao golpe militar de 25 de abril e ao programa da JSN, evidenciando que chegavam diariamente “expressivos telegramas, telefonemas e cartas, nos quais se frisa o apoio das populações de todo o Alentejo à ação das Forças Armadas” (DIÁRIO DO ALENTEJO,

⁹⁹ O que se podemos notar durante a análise desta fonte quanto à coluna “*Nota do Dia*”, é que não era identificado o editor desta, em contrariedade por exemplo à coluna “*Semana Agrícola*”, na qual já se identificava. Na primeira, percebe-se que o jornal permitia a criação de certos juízos de valores quanto a determinadas decisões do regime, daí talvez, resulte na não identificação do editor da coluna, para que este não sofresse represálias.

04/05/1974, p. 4). Percebe-se, portanto, a adesão maciça da região que lutaria no decorrer dos anos seguintes pela implementação da reforma agrária.

Depois do estopim da Revolução dos Cravos, e conseqüentemente, a liberdade de expressão da imprensa, nota-se que o jornal *Diário do Alentejo*, adota outra postura, apresentando recorrentemente as problemáticas enfrentadas no campo. Dito isto, a notícia que teve por título *Movimento da esquerda socialista- propõe urgente dinamização dos sindicatos*, mostra-nos a busca pela melhoria da vida dos trabalhadores após a Revolução dos Cravos ao propor a unidade de esforços para lutar contra a subida do custo de vida, as lutas pela conquista de um salário mínimo nacional que permita aos trabalhadores começar a viver e deixar de sobreviver, contra as grandes diferenças de salários entre os trabalhadores, pela conquista de melhores horários de trabalho, pela reorganização da ação sindical, dentre outras reivindicações dos trabalhadores rurais.

No mês de junho de 1974, aumentaram as interferências do PS e do PCP sobre a região alentejana, visto que ambos estavam na luta pela hegemonia sob o aparelho estatal. Esta questão refletiu nas temáticas das notícias e colunas do jornal *Diário do Alentejo*, que apresentavam e notificavam os comícios feitos por estes partidos na região, na busca por angariar apoios dos trabalhadores rurais, apresentando-se como organismos políticos que defenderiam suas causas dentro do Estado. Nesta acepção, no jornal publicado no dia 1 de junho, noticia-se:

O Partido Comunista Português inicia neste fim de semana uma série de comícios no distrito de Beja, Pias e Aljustrel. Na sede do PCP, em Beja, continuam a realizar-se reuniões de classe para debate dos mais instantes problemas que afetam o proletariado português (DIÁRIO DO ALENTEJO, 01/06/197, p. 1).

Por sua vez, na notícia *PCP: a classe operária cumpre importante papel na democratização do país*, o jornal apresenta a trajetória deste partido, ressaltando:

O Partido Comunista Português, fundado em 1921, é o partido político do proletariado português, é a organização de vanguarda da classe operária, dos camponeses, de todos os trabalhadores manuais e intelectuais [...]. Tem como objetivos supremos a construção em Portugal do socialismo e do comunismo que acabarão para sempre com a exploração do homem pelo homem, e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, a cultura, a igualdade e a felicidade (DIÁRIO DO ALENTEJO, 01/06/1974, p. 1).

Diante disto, pontua-se que o PCP teve uma importante atuação na região alentejana, encabeçando a maioria dos sindicatos agrícolas, influenciando nas ações desencadeadas pelo Estado na região. Como destaca António Barreto (2017, p. 242)

“durante dois anos o PCP conseguiu orientar grande parte das transformações sociais, econômicas e políticas”. Deste modo, percebe-se que o jornal *Diário do Alentejo* via neste partido, um importante órgão na luta pela concretização dos direitos rurais alentejanos.

No que tange ao processo das ocupações, este desenvolveu-se à margem dos sindicatos, ocorrendo inicialmente nas terras abandonadas, posteriormente, apoderando-se das terras cultivadas. Nas regiões ocupadas formaram-se Cooperativas, que originaram as Unidades Coletivas de Produção (UCP). É na freguesia de Santa Vitória, no concelho de Beja, que 184 trabalhadores decidem constituir a Primeira Unidade Coletiva de Produção Agrícola (SOEIRO, 2013, p. 235).

Cada UCP possuía uma comissão de gestão escolhida nas Assembleias geral dos trabalhadores, por meio de eleições. Sendo assim, a lógica inspiradora das Unidades Coletivas de Produção era a de criar condições para assegurar empregos, “com direitos a todos os que dele careciam, ou seja, criar condições para o pleno emprego” (SOEIRO, 2013, p.242).

Na notícia *Évora: rurais rejeitam propostas de agrários*, podemos perceber o quanto os trabalhadores já tinham se mobilizado em busca de seus direitos, pois como evidenciado, as condições propostas pelos empresários agrícolas foram rejeitadas pelos trabalhadores rurais, durante as negociações para uma Convenção coletiva de trabalho, que estava a ocorrer em Évora:

Segundo o comunicado distribuído pelo secretariado provisório distrital pró-sindicato dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Évora, o patronato nas regiões de Montoito e Nossa Senhora de Machede, que se tem oposto a qualquer melhoria de vida das populações rurais, apresentou condições que visam dividir e lançar a confusão entre os trabalhadores (DIÁRIO DO ALENTEJO, 06/07/1974, p.1).

Diante disto, na notícia *Sindicato dos trabalhadores agrícolas: atividades no distrito de Beja* já é perceptível a consolidação de uma organização sindical nas regiões do Alentejo. Logo, o jornal aqui analisado, informa que a comissão pró-sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja enviou um comunicado que anunciava a 1ª Convenção de trabalho:

Depois do 25 de abril e correspondendo a um profundo anseio das massas dos trabalhadores do Baixo Alentejo, iniciou-se no distrito de Beja, toda uma movimentação com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores agrícolas e de lançar os alicerces de sua organização sindical [...] depois de um demorado processo de propostas e contra-propostas e apesar da resistência dos agrários, a melhora das condições de vida dos trabalhadores foi finalmente assinada entre o secretariado distrital do sindicato e os representantes dos agrários do concelho de Beja, na presença de representantes do ministério do

trabalho e das Forças Armadas, a 1ª Convenção de Trabalho (DIÁRIO DO ALENTEJO, 31/07/1974, p.4).

No mês de agosto de 1974 observa-se que as notícias deste jornal se referiram, sobretudo, à ação dos trabalhadores contra os grandes proprietários e dos rumos políticos que o país estava traçando. Na notícia, presente na coluna diária do jornal, denominada de *Momento Político*, na qual apresentava-se um panorama cotidiano das ações do Estado, o jornal comentou sobre a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Deste modo, deu destaque ao comunicado do sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora:

A todos os trabalhadores agrícolas, homens, mulheres e jovens, o secretariado do sindicato saúda calorosamente e a todos chama para a luta urgente pela conquista das reivindicações que vêm sendo assinadas por vários concelhos do distrito de Beja e que são conhecidas dos trabalhadores. O secretariado informa que já apresentou cumprimentos no quartel general de Évora em nome do nosso sindicato [...] Companheiros, é urgente lançarmos em luta contra o desemprego e os despedimentos no campo (DIÁRIO DO ALENTEJO, 05/08/1974, p. 8).

Percebemos o quanto era importante a organização sindical desses trabalhadores rurais, afinal, os sindicatos denunciaram constantemente as sabotagens econômicas dos grandes proprietários, incentivaram a luta pelo pleno emprego e demais direitos trabalhistas. Quanto à essas sabotagens econômicas, nota-se que foi recorrente nas notícias do *Diário do Alentejo* a denúncia destas ações. Desta forma, a notícia *Évora: trabalhadores rurais denunciam atos de sabotagem econômica de grandes agrários* apresenta alguns exemplos destas ações feitas pelos latifundiários para prejudicar os trabalhadores rurais:

A comissão pró-sindical dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora apresentou ao ministro do trabalho e ao secretário de Estado da agricultura uma exposição na qual se considera a estar a existir uma sabotagem econômica por parte dos agrários alentejanos, atendendo a graves fatos ultimamente ocorridos como: despedimentos do setor da agricultura que atingem já a casa dos milhares; resistência do patronato a cumprir as convenções de trabalho acordadas; abandono das culturas; ameaça de incêndio às próprias searas; e boicote à tiragem da cortiça (DIÁRIO DO ALENTEJO, 26/08/1974, p. 5).

A partir de setembro de 1974 uma nova fase se abriu no Alentejo. De acordo com José Soeiro (2013), “apesar das resistências e gritantes tentativas de violação de acordos por parte dos patrões, o balanço era altamente positivo” (SOEIRO, 2013, p. 53). Nas notícias deste referido mês, no jornal *Diário do Alentejo*, a tônica permaneceu inalterada, ou seja, elas apresentavam o panorama político do país, destacando a atuação dos partidos e seus reflexos no Alentejo, bem como a formação sindical e a luta dos trabalhadores rurais.

Percebe-se que os grandes proprietários tiveram inúmeras reações ao processo desencadeado pelos trabalhadores rurais para a mudança da situação vigente no Alentejo. Um exemplo disto é apresentado na notícia *P.S: lavradores alentejanos prosseguem jogos da reação*, nesta evidencia-se que a,

Comissão política da federação distrital de Beja do partido socialista divulgou um comunicado no qual alerta o governo e as populações para as manobras de reação fascista-capitalista de alguns lavradores destinados a afetar a grande massa de trabalhadores da região (DIÁRIO DO ALENTEJO, 17/09/1974, p. 1).

Neste cenário, a notícia *PCP- Beja: grandes agrários querem continuar exploração do trabalhador rural* mostra-nos o posicionamento do PCP, em relação a uma tentativa de acordo entre os trabalhadores rurais e os proprietários em Beja. Deste modo, o PCP comentou acerca da crise e do momento caótico que ameaçavam gravemente aos trabalhadores agrícolas, sendo que, na interpretação deste partido, os grandes agrários queriam continuar a submeter os trabalhadores em nome dos lucros. Assim, o PCP afirmou publicamente:

Depois da convenção de trabalho negociada em junho com a duração de 90 dias, em que os trabalhadores viram satisfeitas algumas de suas principais reivindicações os grandes agrários da ALA, procuram agora sujeitar os grandes trabalhadores pelo desemprego e pelo abaixamento das jornas. Às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores através do seu sindicato, respondem os grandes lavradores com uma proposta que a classe não pode aceitar: o abaixamento das jornas em percentagens que vão até 33%, o aumento da semana de trabalho de 44 para 48 horas sem qualquer pagamento e a negociação da garantia de trabalho [...]. A crise e miséria que ameaçam gravemente os grandes trabalhadores agrícolas não são porém, um acontecimento filho da natureza, mas sim da exploração brutal a que os grandes agrários querem continuar submeter os trabalhadores (DIÁRIO DO ALENTEJO, 22/10/1974, p.10).

No dia 23 de outubro o jornal apresentou a notícia *Medidas em estudo*, na qual aponta os parâmetros que serão utilizados para combater o desemprego rural em Beja. Destaca-se a preocupação com o desemprego, assunto debatido na reunião de trabalho em que o governador civil (major Brissos de Carvalho) teve com os representantes do Movimento Democrático Português e dos partidos políticos da coligação governamental (PCP, PS, PPD). Nesta reunião foi também revelado que naquele momento já estavam em milhares o número de camponeses sem ocupações, “o que exigia intervenção imediata das entidades superiores competentes, afim de evitar tensões sociais” (DIÁRIO DO ALENTEJO, 23/10/1974, p.8). Já a notícia do dia 26 de outubro, por sua vez, nos chamou atenção por conta do sindicatos dos trabalhadores rurais do distrito de Beja, associarem o

crescente número de desempregos na região a estratégias dos grandes proprietários, que tentavam criar “um clima de mal-estar entre os trabalhadores e o próprio governo provisório” (DIÁRIO DO ALENTEJO, 26/10/1974, p.5).

Em dezembro de 1974, uma ideia se generalizou: a de que existiam milhares de terras agrícolas abandonadas. Deste modo, as notícias do jornal *Diário do Alentejo* deste referido mês discutiram sobre esta questão. Neste cenário, para a Liga de Pequenos Agricultores (LPA), a agricultura socializada era a via mais correta para solucionar os graves problemas que estavam afetando os pequenos e médios agricultores.

Em janeiro de 1975, o jornal aponta na notícia intitulada *Inquérito do governo a empresários de Beja que repudiam contrato* que empresários agrícolas de Beja iriam ser objeto de inquérito de averiguações, por meio do Decreto-lei 660/74, devido à infrações cometidas em relação às Convenções Coletivas de Trabalho. Logo, o jornal informa:

Considerando-se que, no distrito de Beja, há fundada notícia de que alguns empresários agrícolas, além de se recusarem ao cumprimento das convenções coletivas em vigor, estão a tomar medidas contrárias ao correto desenvolvimento econômico da região, determinam os secretários de Estado da Agricultura e de Trabalho, ao abrigo do número 1 do artigo segundo, do Decreto-Lei 660/74 (DIÁRIO DO ALENTEJO, 08/01/75, p. 2).

É importante ressaltar que o Decreto-Lei nº 660/74 de 25 de novembro, foi primordial para estabelecer o conceito de sabotagem econômica que possibilitou o processo de nacionalização e ocupação de empresas de diversos setores. Com ele, muitos dos proprietários tiveram os seus bens confiscados e acabaram saindo do país. Contudo, no caso dos proprietários agrícolas alentejanos,

A maioria manteve-se à frente das suas explorações, precisamente porque ficou patente a ideia de que se eles provassem que eram muito bons agricultores e dessem trabalho a muita gente (a eterna questão da função social da terra e dos deveres morais do proprietário), tinham todo o direito a ficarem com suas terras (ALMEIDA, 2006, p. 154).

O jornal *Combate* também teve seus editoriais, colunas e notícias como fonte desta pesquisa. *Combate* possuiu a ideologia central de que a libertação dos trabalhadores, é obra dos próprios trabalhadores, frase esta apresentada neste jornal frequentemente. Nota-se que este buscou acompanhar a luta dos trabalhadores rurais e urbanos, desenvolvidas pós- Revolução de 25 de abril. Dito isto, rompeu com a estrutura ideológica do “leninismo e do maoísmo e partiu em defesa do movimento social de base como uma manifestação programática contrária aos rumos da revolução, sugerindo como alternativa as lutas políticas conselhistas” (ABADIA, 2010, p. 14).

Durante o processo de análise do jornal português *Combate*, entre o período proposto (1974-1976), percebeu-se a sua busca por novos significados às causas trabalhistas e incentivo à luta pela reforma agrária no campo, tendo os trabalhadores como eixo central de sua causa e idealizando a trajetória que estes deveriam traçar, na luta pelos seus direitos fundamentais. Para tal, em seu manifesto inaugural, o *Combate* já deixava claro que o seu objetivo seria o de “contribuir para a unificação das várias lutas particulares, numa luta geral das massas operárias, e restantes dos trabalhadores” (COMBATE, 21/06/1974, p.5). Diante disto, de acordo com Danubia Mendes Abadia (2010):

Seguindo a orientação ideológica do *Combate*, a distinção fundamental que se tem no cenário português após o 25 de abril de 1974 é, de um lado, as várias maneiras de implantação do capitalismo de Estado e, do outro lado, a tentativa de alcançar o poder direto dos trabalhadores auto organizados, sem recurso ao aparelho de Estado a partir do desenvolvimento e integração das diversas lutas (ABADIA, 2010, p. 67).

Desta forma, uma das prerrogativas apresentadas pelo *Combate* foi tratar a luta dos explorados do campo como um dos eixos fundamentais na luta das massas trabalhadoras. Diante desta colocação, percebe-se que para este jornal, a união dos trabalhadores (tanto da zona rural, quanto da zona urbana de Portugal) seria um meio pelo qual ocorreria a tomada de poder, e conseqüentemente, tornaria o projeto desta classe hegemônico:

É absolutamente necessário unir a luta dos trabalhadores das cidades com a luta dos explorados do campo [...]. É através de uma ligação estreita com as lutas camponesas e de desenvolvimento dessas ligações para todos os pontos do país que se poderão estabelecer os pontos de demarcação essenciais relativamente à questão agrária (COMBATE, 21/06/1974, p. 5).

Quanto às análises políticas do quadro vigente no país, o *Combate* foi um crítico do MFA, dos partidos e das instituições de esquerda que estavam à frente do processo revolucionário. Assim, enquanto os vários impressos e organizações da esquerda proclamavam o MFA, o grande libertador do povo português, “este jornal lhe dirigia uma crítica radical. Para ele, a ação do MFA quanto as massas populares era a de utilizá-las para seus fins determinados” (ABADIA, 2010, p. 68).

Portanto, o *Combate* defendia uma postura antimilitarista, visto que interpretava que a condução do processo revolucionário em curso no país não deveria ser guiado por uma estrutura militarizada, pois para este jornal “a permanência desta estrutura o que fazia era agir na defesa de novas formas de gestão do capital” (ABADIA, 2010, p. 69).

Logo, para o *Combate* o militarismo “reproduz em si, sem qualquer tipo de ordenamentos, as relações de dominação social; e é um suporte da reprodução destas no conjunto da vida da sociedade” (COMBATE, 20/12/1974, p. 4).

A concentração fundiária ocorria, sobretudo, na região do sul de Portugal, fruto da paralisação da economia agrária durante o regime estadonovista. De acordo com Danúbia Abadia (2010) autora que analisa este jornal na sua dissertação, “para o *Combate*, a situação que se percebe na economia agrícola antes da reforma agrária, podia ser definida por uma palavra: estagnação” (ABADIA, 2010, p. 119).

Contudo, após a Revolução dos Cravos, com a organização dos sindicatos, como destaca Danúbia Abadia (2010, p. 120), nota-se uma defesa de posições mais moderadas por parte dos trabalhadores rurais. Logo, na notícia intitulada *Greve no Montoito*¹⁰⁰ - *a luta dos trabalhadores rurais alentejanos*, o jornal *Combate* mostra o quanto estes trabalhadores estavam unidos em busca de uma causa de interesse de todos, a saber: melhores salários. Deste modo:

Os trabalhadores rurais de Montoito (cerca de 200) na região de Évora, decidiram em fins de maio exigir do patronato um aumento dos seus miseráveis salários. Deliberaram coletivamente reivindicar 2000 por cada hora de trabalho igual para todos os trabalhadores do sexo masculino (COMBATE, 3 a 13/07/1974, p. 2).

Nesta conjuntura, o jornal aponta que a decisão dos grandes proprietários de terras foi a de tentar dividir a classe dos trabalhadores rurais do Montoito, ao dizer que: “ao fim deste tempo, os agrários numa tentativa de divisão dos trabalhadores concederam aumento aos tratoristas (que são uma minoria) e negaram qualquer aumento aos trabalhadores de braço” (COMBATE, 3 a 13/07/1974, p. 2). Todavia, a notícia ressalta que os tratoristas continuaram ao lado dos demais trabalhadores e não aceitaram o aumento salarial proposto.

Com a busca de melhorias por parte da classe dos trabalhadores rurais, dentre as quais destacam-se a luta pelo aumento dos salários e pelo pleno emprego, ocorreram por parte dos latifundiários o descumprimento dos contratos coletivos de trabalho, um dos fatores que compuseram as chamadas sabotagens econômicas. Desta forma, com os diversos problemas ocasionados pelo sistema agrícola latifundiário, a reforma agrária teve no desemprego o seu estímulo central. Consequentemente, nota-se que nas zonas de maior proletarização agrícola e com maior índice de desemprego, gerou-se o processo de ocupações coletivas das terras, que teve seu pontapé inicial em novembro de 1974.

¹⁰⁰ Freguesia portuguesa do município de Redondo, no Alentejo.

No que se refere às ocupações, algumas eram decididas em acordos entre os proprietários e os trabalhadores. Os primeiros, na esperança de recuperar suas terras, preferiam que os seus trabalhadores ocupassem antes que viessem os de fora. Todavia, certos episódios eram bem menos pacíficos, pois ocorria a resistência do grande proprietário que conseguia impedir a ocupação. Porém, poucas situações deram lugar a reais violências físicas, que eram mais habituais nas manifestações urbanas e nos comícios. Esta questão, pode estar atrelada ao fato do Ministério da Agricultura ter tomado certas medidas legais contra os que se opusessem às ocupações, como por exemplo, o fato de quem dos grandes proprietários resistisse, pudesse perder o direito à indenização.

Por conseguinte, conforme as análises feitas, nota-se que o jornal *Combate* buscou incentivar a luta dos trabalhadores contra o capitalismo. Deste modo, na notícia do dia 31 de janeiro de 1975, este aponta a luta contra os despedimentos, destacando:

O que a classe operária e todos os trabalhadores explorados têm consciência, é de que o desemprego não deverá ser assunto de cada empresa, e que só com a união de todos os explorados se poderá responder firmemente às manobras do capitalismo (COMBATE, 31/01/1975).

Outro aspecto que vale ser ressaltado é interpretação do significado, para o *Combate*, dos acontecimentos do dia 11 de março, no plano político e econômico, para o jornal este evento foi “o reforço da via capitalista de Estado e o fim da iniciativa dos monopólios privados” (COMBATE, 28/03/1975 a 11/04/1975, p. 1). Logo, “a hierarquia do MFA foi preenchida por oficiais afetos ao PCP e em menor proporção por militares afetos ao PS” (ABADIA, 2010, p. 72).

Para este jornal, mais do que inúteis para o movimento dos trabalhadores, os partidos políticos “situavam-se dentre os principais obstáculos para a construção da sociedade comunista” (ABADIA, 2010, p. 74). Isto devido a interpretação de que a inserção destes organismos no movimento dos trabalhadores somente contribuía para a ampliação da exploração capitalista. Desta forma, o *Combate* defendia uma via de desenvolvimento da luta dos trabalhadores de forma autônoma e anti-partidária, na qual as massas dos trabalhadores que deveriam estar no controle sindical.

Portanto, observa-se que para o *Combate* a atuação do Estado se deu devido ao processo de atuação dos trabalhadores rurais no Alentejo. Logo, este jornal apresentou que “foi a reforma agrária, e não o 25 de abril, que marcou um corte efetivo no domínio da produção agrícola (COMBATE, 1978, p.39). Diante disto, a reforma agrária resultaria

de “um surto de luta tão radical, tão profundo e maciço, que além de critérios de gestão capitalista impostos pela pressão de mercado, continuavam a afirmar-se critérios comunitários e igualitários” (COMBATE, 1978, p. 14).

Segundo José Soeiro (2013), as Unidades Coletivas de Produção representavam, de fato, uma ruptura radical com os valores e lógicas subjacentes aos modelos de produção e distribuição de riqueza capitalistas (SOEIRO, 2013, p. 241). Nota-se que as UCPs, tiveram uma diferenciação central em relação aos latifundiários, que buscavam obter o máximo de lucros durante a produção, mesmo que para isto, resultasse na pobreza de muitos. Assim, as Unidades Coletivas de Produção não apostavam na existência de um “exército de desempregados para ter ao seu dispor mão-de-obra barata, pois aos trabalhadores pretendiam, sobretudo, assegurar os postos de trabalho” (SOEIRO, 2013, p. 241).

Nota-se que em conformidade a esta questão apresentada por José Soeiro (2013), o jornal *Combate* aponta a distinção entre as medidas dos proletários e a dos capitalistas agrários na gestão da produção, de tal modo, destaca o emprego de novas técnicas e mecanizações pelas UCPs:

[...] Não são nunca encarados como uma maneira de fazer economias de força de trabalho, como concebem os critérios capitalistas, mas pelo contrário, enquanto forma de aumentar a superfície cultivada e, desse modo, poder até acrescer o número de cooperantes” (COMBATE, 1978, p. 58).¹⁰¹

A lógica central das UCPs era a garantia do pleno emprego, permanente, “com direitos e o salário certo, constituindo a primeira condição da riqueza produzida” (SOEIRO, 2013, p. 242). Desta forma, aponta o *Combate* quanto às UCPs:

Em lado nenhuma procura de créditos, o eventual recurso aos técnicos e as autoridades oficiais, etc., nos aparecem com o fim de desenvolver a produção só pela produção, ou seja, com vistas ao lucro. Pelo contrário, procura assegurar-se o futuro económico de cada cooperativa porque ela aparece como a melhor garantia de uma vida nova, não só pela existência de um emprego assegurado que não transforme o dia-a-dia numa aflição quotidiana, mas de uma forma mais geral e radical-uma vida assegurada consoante critérios diferentes que se começa desde já (COMBATE, 1978, p. 65).

¹⁰¹ É importante destacar que no ano de 1978, no mês de fevereiro, o jornal *Combate* dedicou 66 páginas para analisar e apresentar notícias que marcaram as lutas sociais nos campos alentejanos. Logo, estas também foram analisadas nesta pesquisa.

Como podemos perceber nas notícias e nos editoriais do *Combate*, durante este intenso período da História portuguesa, dois tipos de projetos de integração da reforma agrária no capitalismo se destacaram e lutaram para tornarem-se hegemônicos:

Um destes projetos é principalmente defendido pelo Partido Comunista, e corresponde a uma orientação capitalista de Estado da economia portuguesa; o outro, encabeçado pelo partido socialista, corresponde a uma forma de capitalismo de Estado mais mitigado, em que assegura um papel econômico importante às empresas privadas ao lado dos setores estatizados da economia (COMBATE, 1978, p. 67).

Para o jornal *Combate*, estes dois projetos se constituíram em um dos elementos mais importantes no jogo de forças entre o PCP e o PS, em relação a consolidação do controle sob o aparelho estatal. No que tange ao projeto do PCP¹⁰², o jornal destaca que nunca passou da teoria e por isso, não se sabia como o proletariado agrícola reagiria contra o desenvolvimento capitalista de Estado que este projeto consubstanciava. Portanto aponta que:

As pressões inelutáveis sobre a economia portuguesa e a luta de classes a nível nacional determinariam a interrupção deste tipo projeto e a substituição pelos projetos do Partido Socialista, que a partir de 25 de novembro é a força política que detém a iniciativa no seio da classe dominante. Vimos que um desenvolvimento da economia portuguesa em que as formas de capitalismo de Estado mantivessem a hegemonia absoluta exigiria uma forte acumulação interna de capitais, de forma a tornar menos direta a dependência da economia portuguesa relativamente à esfera econômica americana [...] Pelo contrário, a alternativa econômica que vigora com a Partido Socialista torna essa dependência absolutamente imediata (COMBATE, 1978, p. 25).

¹⁰² “O projeto do PC, que o que hoje se chama de gonçalvismo (...) procura o desenvolvimento da economia capitalista de estado em Portugal. Para tal seria preciso que o capitalismo de Estado português procedesse a uma forte acumulação interna de capital, sem estar inteiramente dependente do mercado mundial de capitais, efetivamente pela integração de Portugal no bloco da economia americana, obrigatória no atual jogo de forças mundial, da dependência estreita relativamente ao mercado mundial de capitais resultaria o crescimento da economia portuguesa com base em empréstimos concedidos, ou por grupos privados, ou por Estados ou grupos de Estados representando mediamente interesses de grandes capitalistas privados; esse tipo de relações econômicas viria, por isso, reforçar o setor privado da economia portuguesa e conter o setor capitalista de Estado (...). Assim, para evitar o recurso aos empréstimos, ou para diminuir a sua importância o projeto que agora estamos a analisar concebeu, tentou aplicar e continua a propor, um modelo de arranque da economia portuguesa atual com as seguintes fases: 1º) Aumento a curto prazo da superfície cultivada, mesmo que seja de más terras e, portanto diminuindo a produtividade média; daqui resultaria uma exploração agrícola sobretudo trabalho-intensiva, de modo a absorver mão-de-obra e limitar o desemprego, apesar da diminuição da produtividade média, este incremento absoluto da superfície cultivada teria como consequência o aumento da produção agrícola (...). 2º) Em virtude do aumento da produção agrícola diminuiriam as importações de produtos alimentares e de matérias-primas de origem agrícola, com divisas assim poupadas poder-se-iam importar meios de produção para a indústria (...). 3º) A médio prazo, esse desenvolvimento industrial permitiria a absorção não só do desemprego, como do excedente de mão-de-obra agrícola. 4º) Nessa altura a agricultura poderia diminuir o seu caráter trabalho-intensivo, o cultivo de más terras seria abandonado para concentrar os esforços mais férteis” (COMBATE, 1978, p. 25)

O PCP teve uma importante influência sob os sindicatos, possuiu o controle de muitas das UCPs, assim como desenvolveu um papel fundamental nas ações políticas referentes ao Alentejo. Contudo, durante o processo de institucionalização da reforma agrária, o Partido Socialista possuía maior participação nas decisões políticas no seio do Estado. Foi durante a vigência do VI Governo provisório, sob a predominância do PS que se realizaram as últimas explorações de terras; “passou-se à legalização das UCP e das cooperativas que o processo revolucionário tinha originado” (ABADIA, 2010, p. 131). Neste sentido, o jornal *Combate* destaca:

O PS concebeu para a zona da reforma agrária, um projeto que tem como uma das peças fundamentais a lei 77/77, de 29 de setembro de 1977, e que o ódio dos trabalhadores conhecem pelo nome, que vale como o pior dos insultos, de lei Barreto (COMBATE, 1978, p. 25).

Para o jornal *Combate*, o projeto de reforma agrária do PS foi meramente acadêmico, pois “todo ele se baseia nas concepções de um aumento imediato da produtividade mediante a restrição das culturas aos melhores solos, a redução dos cultivos e a drástica redução da força de trabalho” (COMBATE, 1978, p.25). Sendo assim, nota-se que o jornal *Combate* possuiu uma visão crítica quanto aos projetos dos partidos (PS e PCP) que lutaram pela hegemonia na região do Alentejo.

Com base nas notícias analisadas, observa-se que estes jornais buscaram apresentar as questões vivenciadas no Alentejo pelos trabalhadores rurais. Incentivando nas suas lutas pelos seus direitos fundamentais, assim, nota-se que ambos adotaram uma abordagem expositiva sobre os principais acontecimentos que marcaram o processo da transição política em Portugal.

A constante disputa hegemônica entre os partidos que tiveram maior influência na região da reforma agrária também foi assunto das notícias, assim como o processo de ocupações das terras e as ações dos sindicatos na luta pela consolidação dos direitos dos trabalhadores rurais. Contudo, nota-se que estes jornais possuíam ideologias distintas quanto ao processo de conquista da reforma agrária, visto que para o jornal *Diário do Alentejo* o MFA e os partidos seriam importantes agentes para a consolidação dos objetivos dos trabalhadores, já para o jornal *Combate* esta conquista só ocorreria por meio da autogestão da luta dos trabalhadores, ou seja, sem a influência de nenhum dos partidos e nem do MFA.

3.4 A conquista da terra: análise das legislações que deram base às ocupações das regiões do Alentejo- as leis de Expropriação e Nacionalização

Vimos que no início de 1975, o poder político da esquerda estava mais consolidado, pois os comunistas, os sindicatos, os militares do MFA e, em menor escala, os socialistas, controlavam e estavam à frente de boa parte das instituições do aparelho de Estado.

No Alentejo, os sindicatos exerciam um grande poder, visto que possuíam o apoio dos militares e dos comunistas. Assim, cada vez mais, ocupavam posições importantes dentro do Estado, impondo-se aos grandes proprietários e ganhando os contratos coletivos de trabalho. No que tange ao processo de ocupação, “este teve seu pontapé inicial em novembro de 1974. Sendo que, a primeira ocupação será de uma herdade do Outeiro ou herdade do Zé da Palma, no concelho de Beja” (BARRETO, 2017, p. 292). Esta herdade foi ocupada sobre regimento do Decreto-Lei n.º 660/74.

Após a criação do Conselho da Revolução e da formação de um novo governo, bem mais à esquerda, foi aprovado um programa de reforma agrária, resultando no Decreto-lei n.º 203-C/75, que previa Expropriações, mas que de acordo com António Barreto (2017), ainda não possuía meios adequados para tal.

Salienta-se que antes da consolidação constitucional, alguns passos foram importantes para o processo da reforma agrária, como a criação, em 5 de julho de 1975, dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária (CRRAs), a partir do Decreto-lei n.º 351/75, cujo o objetivo era prevenir as sabotagens e exigir uma postura do Ministério da Agricultura que não pesasse a favor dos grandes proprietários, visto que, tentavam sabotar em diversos momentos as ocupações com a expulsão dos trabalhadores das terras. Os CRRAs possuíam as funções de elaborar “a relação dos prédios, explorações e propriedades que se encontrassem abrangidos pelas medidas de reforma agrária previstas por lei” (ALMEIDA, 2006, p. 166).

Pelo número das ocupações e pela importância da superfície cultivada, três distritos se destacaram: Évora, Beja e Portalegre, para António Barreto (2017, p. 298) estes distritos foram “o coração da região da grande propriedade”. Dada esta afirmação, é importante frisar que a principal iniciativa das ocupações foram por parte dos sindicatos e suas comissões de ocupações, que organizavam-se minuciosamente e planejavam a ação.

Além da atuação dos sindicatos no processo de ocupação da ZIRA, ressalta-se também as mobilizações do Partido Comunista Português. Por conseguinte, a relação entre essas duas esferas políticas (sindicatos e partidos) foi muito considerável, visto que, a maior parte dos dirigentes sindicais eram membros dos partidos. Dito isto, de acordo com António Barreto (2017) as ligações entre militantes comunistas e sindicalistas foram tão estreitas que não era possível distinguir a gênese partidária ou sindical das ocupações. Contudo, a partir de abril de 1975, com o novo governo, o Conselho da Revolução e a nova situação política, as leis se sucederam:

O decreto-lei nº 201/75, sobre o arrendamento rural; prevendo novas vantagens para os rendeiros; o Decreto-lei nº 203-C/75 de importância crucial, incluindo o programa económico do governo e um novo projeto de reforma agrária; o Decreto-lei nº 207-B/75, sobre a sabotagem económica, prolongamento radical do decreto sobre as intervenções do Estado nas empresas privadas; o Decreto-lei nº 213/74, dando poder ao ministro para nomear comissões administrativas para as Casas do Povo; e, finalmente, os Decretos nº 215-A/75; 215-B/75 e 215-C/75, estabelecendo a liberdade de associação (BARRETO, 2017, p. 351).

Com a defesa dos direitos dos trabalhadores, o Estado incentivava cada vez mais as ocupações e punia os grandes proprietários que resistissem. Com o Decreto-Lei nº 406-A/75, foi estabelecido os limites máximos das propriedades para 700 ha. Aos proprietários que fossem expropriados foi concedido o direito de reserva, que se estendeu aos casos dos proprietários que explorassem a terra e fossem agricultores diretos, ou seja, que tiravam seus rendimentos, exclusivos ou predominante, da atividade agrícola. Logo, este decreto previa que:

Ficam sujeitos a expropriação, nos termos previstos no presente diploma, os prédios rústicos que se encontrem nalguma das seguintes situações: a) Pertencam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas colectivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que sejam proprietárias, no território nacional, de prédios rústicos que, no seu conjunto, mediante aplicação da tabela anexa a este diploma, se verifique corresponderem a mais de 50000 pontos ou, independentemente desse requisito, ultrapassem a área de 700 ha; b) Pertencam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas colectivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que tenham incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenção, no Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro e legislação complementar; c) Estejam incultos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e a estabelecer por portaria do Ministro da Agricultura e Pescas (PORTUGAL, 1975).

As primeiras expropriações ocorreram em setembro de 1975, prosseguindo até outubro de 1976. Retomando António Barreto (2017), algumas ocorreram até mesmo nos anos de 1977 e 1978. Por conseguinte, observa-se que este decreto possibilitou o direito

de indenização aos proprietários. Contudo, caso houvesse resistência ou agissem de maneira violenta contra os trabalhadores rurais, seriam retiradas as indenizações.

Além do Decreto-lei nº406-A/75, o processo de legalização da reforma agrária foi formado por outros decretos. No que tange ao Decreto-lei nº. 406-B/75, este previa mecanismos de créditos para as terras ocupadas e, sobretudo, as normas de reconhecimento legal das Unidades Coletivas de Produção, aprovando concessões de créditos agrícolas. Logo, destaca que o “Estado não pode, por razões burocráticas ou de formalismo jurídico, deixar de apoiar desde já, técnica e financeiramente, aquelas iniciativas sociais cujo florescimento é penhor do próprio êxito da reforma” (PORTUGAL, 1975). Podemos perceber uma ingerência estatal a favor da institucionalização da reforma agrária em prol da classe dos trabalhadores rurais. Diante disto, no Decreto-lei nº. 406-B/75 regulamentou que:

Com efeito, o crédito é um dos instrumentos fundamentais de que o poder do Estado hoje dispõe para levar por diante uma política sistemática de apoio às camadas rurais até agora dominadas, estimular o desenvolvimento de novas formas cooperativas de exploração, orientar e reconverter a produção e o aparelho produtivo agrícolas (PORTUGAL, 1975).

Já o Decreto-lei nº. 407-A/75, por sua vez, nacionalizou integralmente os perímetros de regadio. Desta forma, foi garantido através do Artigo 3.º aos proprietários atingidos pelas medidas de nacionalização, “o direito de reservar, na zona nacionalizada, a propriedade de uma área de terra, a demarcar em função do ordenamento global de explorações a estabelecer, até ao limite equivalente a 50000 pontos” (PORTUGAL, 1975). Contudo, alguns requisitos aplicavam-se, sendo estes:

Artigo 3.º a) Explorem directamente a terra de que são proprietários; b) Retirem exclusiva ou predominantemente da exploração agrícola directa os seus meios de subsistência e da sua família; c) Não mantenham terras incultas ou subaproveitadas nem hajam incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenção, no Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro, e legislação complementar e tenham cumprido os deveres e obrigações estabelecidos no artigo 8.º, n.os 2 e 3, deste diploma (PORTUGAL, 1975).

Por sua vez, o Decreto-lei nº 407-B/75 referiu-se ao controle sobre a produção da cortiça. Logo, este assinalava que como a cortiça teria sido uma das principais fontes de riquezas dos grandes agrários, esta poderia ser expropriada pelo Estado. Assim, pontuou-se que:

Artigo 1.º É indisponível e submetida a controle estadual toda a produção de cortiça amadia extraída ou a extrair, nos termos usuais, na campanha de 1975, de que sejam proprietárias as pessoas singulares,

sociedades e pessoas colectivas, ainda que de utilidade pública, sujeitas à aplicação ou abrangidas pelas medidas de expropriação e nacionalização nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei 406-A/75 e do artigo 1.º do Decreto-Lei 407-A/75, ou que, independentemente desse requisito, obtenham no ciclo usual de nove ou dez anos mais de 25000 arrobas de cortiça (PORTUGAL, 1975).

O Decreto-Lei nº. 407-C/75, por sua vez, resultou na permissão das coutadas¹⁰³ e se tornou um importante fator para o amparo às famílias rurais portuguesas que viviam em extrema pobreza e não conseguiam comprar e consumir carne.

Tabela 4: Sistematização das leis de Nacionalização e Expropriação

MINISTÉRIO	LEGISLAÇÃO
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº406-A/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº406-B/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-A/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-B/75
Ministério da Agricultura e Pesca	Decreto-Lei nº407-C/75
Ministério da Agricultura e Pesca e Ministério das Finanças	Decreto-Lei nº 501-B/75

Elaboração própria

Este aparato legal do qual apresentamos, também sistematizado na tabela 4, concretizou os avanços feitos durante o processo de reforma agrária, levando à aceleração das ocupações. Deste modo, estas leis tiveram um importante papel para a desagregação do poder dos grandes proprietários, bem como, na salvaguarda dos meios de produção que foram colocados à disposição dos sindicatos e dos trabalhadores rurais. Todo este processo legal desencadeado levou Portugal à iniciar seu processo de reforma agrária, e consequentemente, à ocupação dos grandes campos alentejanos.

No dia 27 de setembro, os Ministérios da Agricultura e das Finanças publicaram o Decreto-lei nº. 541-B/75, que proporcionou que o crédito agrícola de emergência (CAE) fosse usado para o pagamento de salários das UCPs. Resultado imediato dessa ação, as “ocupações aumentaram cerca de 42.000 ha em outubro e 230.000 ha em novembro” (BARRETO, 2017, p. 296).

Quando as ocupações terminaram em janeiro de 1976, a maior porcentagem das terras estava sob comando das Unidades Coletivas de Produção, fator este que levou a um dos pontos principais da Revolução: atingir a propriedade privada capitalista. As poucas regiões que não foram ocupadas podem ser explicadas por algumas razões. Dentre estas,

¹⁰³ Permissão da caça aos animais.

aponta António Barreto (2017) o fato de que alguns trabalhadores se aliaram aos proprietários das terras, e defenderam seu *status quo*.

As nacionalizações constituíram-se no meio estatal de conquista da terra, que foram as dos perímetros regados, como vimos possuíram o seu instrumento legal por meio do Decreto-Lei nº. 407-A/75 de 30 de julho de 1975. Estes perímetros foram compostos “por vários conjuntos de prédios rurais, de dimensões muito diversas, beneficiando em grande parte do acesso à rega” (BARRETO, 2017, p. 306). Logo, a partir de uma perspectiva jurídica, o Estado intervia nacionalizando a área das explorações agrícolas abrangidas, deixando os agricultores com áreas inferiores às que possuíam anteriormente, “a maior parte das terras regadas pertenciam aos distritos de Setúbal (82.609 ha), Beja (47.069 ha) e Santarém (3.850 ha)” (BARRETO, 2017, p. 306).

Percebe-se que com este aparato legal, como as ocupações de terras não eram previstas nas leis, foram administrativamente legalizadas. Em um mesmo sentido, as herdades foram expropriadas e as Unidades Coletivas foram reconhecidas. Neste cenário, foram concedidos créditos, atribuídos fundos e distribuídos subsídios. O Estado teve uma postura de defesa dos trabalhadores rurais através do incentivo das ocupações e da intimidação dos grandes proprietários. Estes resistiam cada vez menos, afinal, as leis não amparavam seus anseios, mas sim os trabalhadores rurais.

A partir de 1976 o cenário político passou a ser bem diferente do que estava no início das UCPs. Com a criação da plataforma dos partidos políticos, surge a prerrogativa de que as terras expropriadas integravam o patrimônio da nação. Deste modo, todas as apropriações individuais da terra, não mais seriam reconhecidas. Outro ponto importante, é que o direito de uso concedido só poderia ser reconhecido se as unidades instaladas pagassem ao Estado um imposto fundiário.

Com a Constituição de 2 de abril de 1976 a grande novidade desta, no que diz respeito à agricultura, foi a consagração de uma constituição econômica agrária formal, da qual “a reforma agrária constituía parte fundamental, com o objetivo de fazer a repartição do rendimento social agrícola” (ALMEIDA, 2006, p. 177). Diante disto, o capítulo IV da Constituição apresentou-se à reforma agrária como um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista.

As leis refletiram um certo reformismo, a partir de mecanismos moderados que visavam mudanças de aspectos da estrutura agrária, com objetivos publicamente definidos. Contudo, com a chegada de António Barreto no Ministério da Agricultura e Pescas, em 1976 (devido ao fato de Lopes Cardoso ter se demitido), as aplicações das leis

de Nacionalização e Expropriação das terras foram restringidas. Neste processo, com a publicação da Lei n.º 77/77 o movimento contra-reformista foi aplicado. Logo, a Lei Barreto, foi considerada como o principal instrumento desagregador da aplicação das leis de Expropriação e Nacionalização:

A aplicação do Decreto-Lei n.º 406-A/75 durou até à publicação da Lei n.º 77/77, de Setembro, e até essa data foram expropriados cerca de 900 000 hectares, dois terços do total da área estimada como passível de tal medida. Depois as leis de transformação fundiária passaram a ter uma aplicação minguada (FERREIRA, 2001, p. 105).

Para Maria Antónia Pires de Almeida (2006) o modelo de reforma agrária de António Barreto introduziu conceitos progressistas, ao contrário do modelo imposto em 1975. A partir deste momento ocorreu o enfraquecimento dos sindicatos agrícolas, porque, sua atuação seria tutelada pelo Estado, que possuía a partir de então um viés econômico neoliberal, além disto, os antigos latifundiários passaram a afrontar diretamente os sindicatos agrícolas, corroborando para seus processos de crises. José Soeiro (2013) pontua que esta contrarrevolução agrária ficará para a história como uma das páginas mais tenebrosas do processo iniciado com o 25 de abril.

Observa-se diante da análise das Leis de Expropriação e Nacionalização, assim como dos jornais *Diário do Alentejo* e *Combate* que o poder econômico dos grandes proprietários e a concentração fundiária foi alvo da Revolução em curso, marcada por objetivos anticapitalistas. Neste cenário, os trabalhadores rurais unidos através dos sindicatos e com o apoio do Estado através do aparato legal fornecido buscavam seus direitos fundamentais. Assim, a Revolução Agrária do Alentejo foi uma das estratégias centrais para resguardar as conquistas da Revolução de abril. Contudo, as políticas agrárias após o ano de 1976 foram bloqueadas, resultado da contrarrevolução, que conduzirá a restauração do poder do grande capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal viveu um longo e doloroso período sob vigência do Estado Novo. Contudo, com o fim do regime após a Revolução de 25 de abril, foi aberto um processo reivindicatório dos trabalhadores rurais alentejanos na busca da ocupação de terras e pelo fim da exploração trabalhista.

O sucesso do golpe de Estado português se deu, sobretudo, a adesão do povo que se encontrava muito insatisfeito com o rumo político que o país seguiu com a ditadura estanovista. Nota-se que sem esta atuação ativa do povo, e caso ocorresse sua indiferença a este fato histórico, provavelmente, se teria a manutenção do Estado Novo no poder. Contudo, o apoio popular deu a Revolução dos Cravos, uma larga dinâmica social, cultural e política.

Com a implementação do Programa do MFA este organismo ficou responsável pelo regime político, econômico e social do país, durante o período de vigência dos Governos provisórios. Logo, durante este processo de transição política foi dada a base para a reforma agrária nos campos do sul de Portugal, objetivando a dinamização da agricultura e a reforma gradual da estrutura agrária.

É certo que os militares ficaram um tempo no poder, que logo foi autoqualificado de provisório, mas esta atuação foi partilhada com alguns dos partidos políticos do país, dentre estes, nesta pesquisa buscamos destacar a atuação do Partido Socialista e do Partido Comunista português. Outrossim, dentro do aparelho estatal as lutas multiplicavam-se, pois diferentes projetos estavam em crescentes embates para a conquista da hegemonia dentro da *Sociedade Civil* e da *Sociedade Política*.

A consequência deste processo foi o desenvolvimento de vastos movimentos sociais, que tiveram no MFA e nos órgãos do Estado, uma legitimidade política e jurídica. Neste cenário, os sindicatos dos trabalhadores precisavam de uma proteção legal para a defesa de seus interesses, fator que foi dado pelo Estado português. Em um mesmo sentido, os partidos políticos buscavam posições de poder e objetivavam o apoio popular (dentre estes destacou-se, sobretudo, a atuação do Partido Comunista).

Diante disto, entende-se que o Estado português após a Revolução dos Cravos, foi um importante meio de exercício de poder e um instrumento de ação que esteve no cerne das lutas. Logo, as forças políticas e as forças sociais agiram através dos recursos que este forneceu, tais como: a legalidade, a força e os meios materiais, que proporcionaram as iniciativas de mudanças das estruturas sociais e econômicas. Diante de tal questão, antes

da propriedade, o Estado que esteve como objeto central das lutas. Assim, foi o Estado que proporcionou iniciativas que levassem a transformação da sociedade portuguesa, dentre estas temos a transferência da grande propriedade.

Neste processo, a grande propriedade e o poder econômico dos proprietários e de suas empresas capitalistas agrícolas transformaram-se em alvos da revolução social em curso. Percebe-se, portanto, que a reforma agrária decorreu da Revolução política, visto que, a Revolução do Alentejo, não foi uma revolta contra o Estado, mas sim através do Estado, afinal foi dada a reforma agrária sua proteção e legitimação, tendo apoio dos seus principais agentes.

No Alentejo as expectativas dos trabalhadores rurais foram bem interpretadas e acolhidas pelo Partido Comunista Português, que lhes garantia cumplicidade no aparelho do Estado e os ajudava quanto a formação dos seus sindicatos. Deste modo, os grandes proprietários, como não tiveram apoio do Estado, foram facilmente derrotados, pois não possuíam a legalidade do Estado Novo de Salazar e Marcelo Caetano, para lhes garantir proteção. Nota-se então, a inversão de poder, pois a partir de 25 de abril os trabalhadores rurais é quem tinham a força e a legitimidade para ocupar às grandes propriedades fundiárias.

Diante disto, a intervenção legislativa do Estado durante os anos de 1974 a 1976, momento dos governos provisórios, gerou uma reforma agrária que foi fruto dos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores rurais, sendo assim, os Decretos- Leis (Lei 406-A/75, Lei 407/75 e Lei 407-A/75, Lei 541-B/75, Lei 407-C/75, Lei 406-B/75) aqui analisados, foram de suma importância para a legitimidade das ocupações e do processo revolucionário agrário. Resultando, este processo legislativo, na implantação da Constituição de abril de 1976.

No que tange ao processo de análise e levantamento do jornal *Diário do Alentejo* entre os anos de 1974-1975, o que se pode perceber é que este editorial assumiu posturas diferentes antes da Revolução dos Cravos e pós-Revolução. Isto se deu, claramente, pela censura estadonovista. Deste modo, o que se notou foi que as notícias dos meses de janeiro, fevereiro, março e meados de abril, não adentravam muito nas questões políticas do país, e quando tratavam sobre estas, era de um modo bem superficial, não tecendo críticas ao governo de Marcelo Caetano. Contudo, pós-Revolução o jornal assumiu a postura de porta-voz regionalista, apresentando as ações dos trabalhadores rurais contra a grande propriedade fundiária, e mostrando-nos o quanto a formação dos sindicatos e a atuação do Partido Comunista, foram importantes para atingirem o objetivo da

Revolução: proporcionar e garantir a terra a quem trabalhasse. O jornal *Combate* também apresentou a luta dos trabalhadores rurais alentejanos. Contudo, para este jornal este processo de busca pela hegemonia desta classe deveria ocorrer sem a interferência de nenhum partido e nem do MFA, assim, a autogestão dos trabalhadores para este jornal seria um ponto fundamental para a conquista da terra.

Portanto, nas notícias analisadas do *Combate*, o que podemos perceber é que este jornal foi importante para dar voz as causas trabalhistas, ponto em comum com o jornal *Diário do Alentejo*. Observa-se, que ambos estavam ideologicamente em prol da concretização de tornar hegemônico o projeto dos trabalhadores rurais, porém, defendiam diferentes perspectivas quanto ao processo de condução e consolidação deste projeto.

Quanto aos questionamentos iniciais apresentados nesta pesquisa, o que podemos responder conforme o que foi exposto nos três capítulos é que a Revolução Agrária do Alentejo foi obra dos trabalhadores rurais, que tiveram no Estado um importante aparato para a concretização dos seus objetivos centrais. Contudo, após as eleições de 1976 as bases da reforma agrária foram destruídas, sobretudo, com a Lei Barreto, que estagnou o processo revolucionário da região que historicamente ficou conhecida como ZIRA.

REFERÊNCIAS

Fontes

Diário do Governo Português, 1974.

Diário do Governo Português, 1975.

Diário do Governo Português, 1976.

Jornal *Diário do Alentejo* (1974-1976)

Jornal *Combate*

PORTUGAL. Lei nº 653/74, de 22 de novembro de 1974. Define as condições em que o Instituto de Reorganização Agrária pode tomar de arrendamento as terras incultas ou subaproveitada. Diário de Governo [Português], Lisboa, n. 272/1974, 22 de nov. de 1974, Série 1, p. 1440.

PORTUGAL. Lei nº 660/74, de 25 de novembro de 1974. Fixa as normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País. Diário do Governo [Português], Lisboa, n. 274/1974, 25 de nov. de 1974, Série 1, p. 1450 (1) – 1450 (3).

PORTUGAL. Lei nº 406-A/75, de 29 de julho de 1975. Fixa as normas a que deve obedecer a expropriação de determinados prédios rústicos. Diário do Governo [Português], Lisboa, n.173/1975, 29 de julho de 1975, Série 1, p. 1052(1) – 1052 (6).

PORTUGAL. Lei nº 406-B/75, de 29 de julho de 1975. Estabelece medidas de crédito agrícola a conceder às explorações agrícolas ou pecuárias geridas por trabalhadores rurais ou pequenos agricultores sob forma cooperativa. Diário do Governo [Português], Lisboa, n.173/1975, 29 de julho de 1975, Série 1, p. 1052(61) – 1052 (63).

PORTUGAL. Lei nº 407-A/75, de 30 de julho de 1975. Nacionaliza vários prédios rústicos beneficiados, no todo ou em parte, pelos aproveitamentos hidroagrícolas de Caia, Campilhas, S. Domingos e Alto Sado, Divor, Loures, Idanha, Mira, Roxo, Vale do Sado e Vale do Sorraia. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (4) -1056 (5).

PORTUGAL. Lei nº 407-B/75, de 30 de julho de 1975. Declara indisponível e submetida a controle estadual a produção de cortiça amadia extraída a extrair, nos termos usuais na campanha de 1975. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (5) -1056 (6).

PORTUGAL. Lei nº 407-C/75, de 30 de julho de 1975. Extingue todas as coutadas com exceção das reguladas pelo Decreto Lei n.º 733/74. Diário do Governo [Português], Lisboa 174/1975, 30 de julho de 1975, Série 1, p. 1056 (6).

PORTUGAL. Lei nº 541/75, de 9 de setembro de 1975. Aprova para adesão a emenda aos artigos do Acordo do Fundo Monetário Internacional, entrado em vigor em 28 de Julho de 1969. Diário do Governo [Português], Lisboa 211/1975, de 9 de setembro 1975, Série 1, p. 1343-1370.

PORTUGAL. Lei nº 77/77, de 29 de setembro de 1977. Bases Gerais da Reforma Agrária. Diário da Republica [Portuguesa], Lisboa, n. 226/1977, 29 de setembro de 1977, Série 1, p. 2374-2385.

Bibliografia

ABADIA, Danúbia Mendes. **O jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a revolução dos cravos (1974-1978)**. 2010. Dissertação de mestrado (Curso de História), Goiana, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALMEIDA, Maria. A revolução do Alentejo: Maria. A revolução do Alentejo: Memória e trauma da reforma agrária em Avis. Viseu: Tipografia Guerra, 2006.

ALCÂNTARA, Joana; PAÇO, Antônio; VARELA, Raquel. A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: revolução e democracia, um debate. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco**, v. 11 , n. 17 , p. 212-229, 2014.

AMARAL, Diogo Freitas. O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975). Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

ARCARY, Valério. A revolução solitária. In: VARELA, Raquel (coord.). Revolução ou transição? História e memória da Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand Editora, 2012.

ARCARY, Valerio. **O outro 25 de Abril e as diretas já**. In. Outros tempos, vol. 11, n17, 2014, p.230-245.

ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

BARRETO, António. **Anatomia de uma revolução: a reforma agrária em Portugal (1974-1976)**. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

BARROS, Afonso de. A reforma agrária em Portugal. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979.

BERNARDO, João. Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/ranie/Downloads/Labirintos do Fascismo Nova versao%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/ranie/Downloads/Labirintos_do_Fascismo_Nova_versao%20(2).pdf).

Acesso em: 22 jun. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, Rita Almeida de. **O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971**. In: Anuário Português de Direito Constitucional. Coimbra Editora, v. 3, p. 191-276, 2003.

CARVALHO, L. P. M. **O Movimento dos Capitães, o MFA e o 25 de Abril**: do marcelismo à queda do Estado Novo. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa: 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

CRUZ, Manuel Braga da. Notas para uma Caracterização política do salazarismo. **Análise Social**. Lisboa, v. 18, n.72, p. 773-794, 1982. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010356?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 20 jun. 2021.

DURIGUETTO, M.L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, n.118, p. 265-239, abr/jun., 2014.

FERREIRA, José Medeiros. História de Portugal: Portugal em transe. Lisboa: Editorial Estampa, v. 8, 2001.

_____. Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, volume 2. Caderno 24. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. Del Cárcere. 2ª ed. Turim, Giulio Einauldi, 1977.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A Construção do Bloco Histórico: via jacobina e o debate com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. São Paulo: Lutas Sociais, n.23, p. 80-92, 2009.

KARAWEJCZYCK, Mônica. **O jornal como documento histórico** – breves considerações. História, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010.

KOVÁČ, Michael. **Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano**. Artigo publicado nos anais do 5º ano do curso de Língua e Literatura Portuguesa, 1981.

LUCENA, Manuel de. Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica I. **Análise Social**. Lisboa, v. 20, n. 83, p. 423-451, 1984. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41010472?read-now=1&refreqid=excelsior%3Af843bef952721bd61e70b4de812db1dc&seq=29#page_scan_tab_contents. Acesso em: 20 jun. 2021.

LOCHERY, Neill. **Portugal saído das Sombras**. 1. Ed. Lisboa: Editorial presença, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi et.al. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

LAPUENTE, R. S. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DA MÍDIA, Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

MARCHI, Ricardo. As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). **Ler História**, n.63, p. 75-91, 2012.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações**. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9- 30, 2007.

MENDONÇA, Anderson. **O Salazarismo e a PIDE: política de repressão em Angola**. *Faces da História*. Assis- São Paulo, v.5, nº 2, p. 297-315, 2018.

MURTEIRA, António. **Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal**. Porto: Campo das Letras, 2004.

PEREIRA, Carlos. DA: Os primeiros anos de um jornal “anti-situacionista”. *Diário do Alentejo*, 2019. Disponível em: <https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/6986/da-os-primeiros-anos-de-um-jornal-anti-situacionista.aspx>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PIMENTA, Fernando Tavares. **A ideologia do Estado Novo, a Guerra Colonial e a Descolonização em África**. In: NUNES, João Paulo; FREIRE, Américo. *Historiografias portuguesa e Brasileira no século XX: Olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 183-201.

RAMPINELLI, Waldir José. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 119 – 132, 2014.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal. V.7. O Estado Novo (1926-1974)**. Editorial Estampa, 1998.

- ROSAS, Fernando. **Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- ROSAS, Fernando. **O Salazarismo e o Homem Novo**: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise social*, Lisboa, v. 35, p. 10031-10054, 2001.
- ROSAS, Fernando. **I O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo**, in J. M. Brandao de Brito, *Do marcelismo ao fim do Império*, Lisboa, Notícias Editorial, 1999.
- ROSAS, Fernando. Rafael Duque e a Política Agrária do Estado Novo (1934 – 1944). *Análise Social*, Lisboa, v. 26, p. 771 – 790, 1991.
- ROSAS, Fernando. Salazar e o poder. A arte de saber durar. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- ROSAS, Fernando. A crise do Liberalismo e as origens do Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal. **Penélope. Fazer e Desfazer História**, n.º 2, p. 98-114, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1976). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 14, p. 7- 29. Novembro, 1984.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988). Porto: **Afrontamento**, 1990.
- SOEIRO, José. Reforma Agrária: A Revolução no Alentejo. Lisboa: Página a Página-Divulgação do Livro S.A, 2013.
- SILVA, João Carlos Lourenço e. **O Marcelismo e a Fase Final da Guerra em África (1968-1974)**. Orientador: Rui Bonita Velez. 2020. p. 59. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Artilharia) – Academia Militar, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33531/1/TIA%20ASP%20ART%20SILVA.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- SPÍNOLA, António de. **Portugal e o Futuro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1974.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história do jornalismo em Portugal até o 25 de Abril de 1974**. Disponível em <Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>. (2008).
- SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e História*. Rio Grande: Biblos. n.19, p.109-125, 2006.
- TEODORO, António. Os programas dos governos provisórios no campo da educação. De uma intenção de continuidade com a reforma de Veiga Simão à elaboração de um

programa para uma sociedade a caminho do socialismo. **Educação Sociedade & Culturas**, nº11, p. 29-66, 1999.

VARELA, Raquel. “Um, dois, três MFA...”: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, n.63, p. 403-425, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/k7vrdj5Vy5mCLNRrqfKhbHK/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 18 jun. 2021.

VARELA, Raquel; PIÇARRA, Constantino. A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 1189-1218, 2016.

ZIGMAN, René B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. IN. *Projeto História*, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.